

CARLOS ESTEVAM ALDO MARTINS

CONDIÇÕES E LIMITES DO PODER TECNOCRÁTICO

Tese de Doutorado
apresentada ao Depart
tamento de Ciências
Sociais do Instituto
de Filosofia e Ciên
cias Humanas da Uni-
versidade Estadual
de Campinas.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

CAMPINAS
1975

CONTEÚDO

Introdução

Primeira Parte

- A Tecno-estrutura na história das idéias

- Capítulo I

A Tecno-estrutura em Platão

- Capítulo II

A Tecno-estrutura em Saint-Simon

- Capítulo III

A Tecno-estrutura em Veblen

- Capítulo IV

A Tecno-estrutura em Galbraith

Segunda Parte

- A Tecno-estrutura na história política

- Capítulo V

A Política de Platão

- Capítulo VI

A Política dos Saint-simonianos

- Capítulo VII

A Política dos Veblenianos

- Capítulo VIII

A Política da Tecno-estrutura

INTRODUÇÃO

Este trabalho compõe-se de duas partes simetricamente complementares. Na primeira, são apresentadas as teorias formuladas por autores que, em distintas épocas históricas, tornaram-se expoentes do pensamento tecnocrático. Na segunda, são analisadas as experiências políticas vividas pelos grupos tecnocráticos que, respectivamente, tentaram pôr em prática os princípios propostos por cada um dos autores aqui focalizados. Em resumo, a primeira parte refere-se à teoria política da tecnocracia, enquanto que a segunda ocupa-se da prática política da tecnocracia.

Não pretendemos, portanto, oferecer ao leitor um relato exaustivo da história da tecnocracia. Nosso objetivo é bem mais modesto. Resume-se ao simples esforço de isolar certos momentos históricos em que o pensamento e a ação de tipo tecnocrático conseguem adquirir uma fisionomia própria, distinguindo-se assim de outras manifestações da produção intelectual e de outras modalidades de militância política.

Esse procedimento, é bem verdade, tem o inconveniente de ser formalista. Ao tratar, como faremos a seguir, Platão, Saint-Simon, Veblen e Galbraith como representantes de uma mesma concepção da vida política, estaremos colocando num único saco, animais que de fato pertencem a espécies históricas inteiramente distintas. Visto por outro ângulo, ninguém negaria que o método adotado tem seu lado cabível e proveitoso. É cabível, acima de tudo, não porque os referidos autores representem momentos de um mesmo processo histórico. A rigor, o pensamento tecnocrático não tem história. Numa corrente de idéias os sucessores não costumam revelar qualquer consciência da obra de seus antecessores e, portanto, não elaboram materiais legados por uma tradição intelectual previamente estabelecida, ao contrário do que é notório em outras correntes do pensamento político como o liberalismo, o

socialismo e o fascismo, etc. O método é cabível porque, a despeito da desarticulação que prevalece entre os pensadores tecnocráticos ao nível de sua própria auto-consciência, e a despeito da especificidade que diferencia os contextos históricos em que viveram, é possível identificar um aspecto abstrato que é comum em todos, qual seja, o propósito de pensar a organização da vida social e política a partir da afirmação do primado da razão científica. Em outras palavras, os autores que a seguir estudaremos são, por assim dizer, análogos. E já que as analogias existem, torna-se mister explorá-las. Se bem que elas não sejam a única, constituem, não obstante, uma das vias de acesso cujo percurso contribui para aprofundar o conhecimento do fenômeno tecnocrático.

De fato, a partir do momento em que passamos a admitir que aquilo que os tecnocratas de hoje nos dizem, não constitui um modo de pensar irredutível a concepções formuladas no passado, constatamos prontamente que o método aqui adotado é capaz de gerar resultados proveitosos. Em outras coisas, verificamos que o discurso tecnocrático contemporâneo deixa de fazer jus aos títulos de originalidade e maturidade intelectual que apregoa possuir. Para espanto de muitos, as proposições dos tecnocratas de hoje, quando comparadas com as dos "tecnocratas" do passado, convertem-se em banalidades ou, pior do que isso, em equívocos que foram objeto de resoluta repúdio em épocas pregressas. A crítica teórica de seus próprios predecessores, uma crítica interna, imanente ao mundo do pensamento tecnocrático, ergue-se assim como um obstáculo invencível diante dos atuais ideólogos da tecnocracia.

Ademais da crítica teórica, passamos igualmente a levar em conta a crítica prática que o passado faz ao presente. Tal como veremos na segunda parte deste trabalho, os esforços realizados pelos que tentaram contrapor-se, em nome de concepções "tecnocráticas", às forças políticas efetivamente atuantes nos diferentes períodos históricos, foram coroados por indiscutíveis malogros e capitulações extraordinariamente degradantes. Nesse sentido, apesar de limitada pela perspectiva formalista, a análise empreendida na segunda parte, certamente nos permite extrair lições e hipóteses que ajudem a interpretar, de um modo mais acurado do que o costumeiro,

o real significado da pretensa "revolução tecnocrática" que, segundo proclama a ideologia, estaria se processando em nossos dias.

Se os conceitos apresentados na primeira parte e os eventos relatados na segunda contribuírem para desfazer as muitas ilusões criadas pelo tecnocratismo vigente, teremos atingido o objetivo que nos propusemos.

PRIMEIRA PARTE

A TECNOCRACIA NA HISTÓRIA DAS IDÉIAS

CAPÍTULO I

A TECNOCRACIA EM PLATÃO

Do ponto de vista da “história das idéias tecnocráticas”, Platão destaca-se no conjunto do pensamento grego pelo esforço teórico que realizou para sistematizar o ideal político do filósofo-rei. Sua contribuição surge, por outro lado, como coroamento da vasta tradição intelectual construída pelos primeiros filósofos jônicos e pitagóricos, na linha que vai de Homero a Platão, passando por Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Heráclito, Parmênides e Pitágoras.

Esses primeiros filósofos, aos quais se atribui a criação original do método de pensar propriamente científico, foram, sucessiva e gradualmente, elaborando uma visão de mundo cujo conteúdo acabaria por se desdobrar numa série de implicações de cunho tecnocrático. Ao que parece, Platão insere-se nesse processo no momento em que os frutos tecnocráticos do pensamento grego estão prestes a madurar. Depois de dar sua própria contribuição ao pleno desenvolvimento da árvore da ciência, ele finalmente organiza o conjunto dos resultados alcançados, construindo o corpo teórico apresentado na *A República*. Vejamos, portanto, ainda que sumariamente, de que modo foram assentadas as premissas das quais o Estado comandado pelo rei-filósofo emerge como inevitável conclusão.

A tradição filosófica a que se filia Platão surgiu e fortificou-se na corrente de pensamento que aceitou o compromisso épico de se engajar, em nome da razão científica nascente, na luta primordial travada contra o império das forças irracionais que dominaram a pré-história da civilização helênica. De um modo geral, admite-se que esse esforço de auto-afirmação da razão começa em Homero. Aí começa, justamente porque é Homero quem empreende, pela primeira vez, o relato da epopéia da própria razão. Basicamente, a narrativa homérica conta como foi que o poder das forças sombrias, repre-

sentadas por entidades irracionais e violentas como os Titans, chega a ser submetido ao controle dos deuses superiores do Olimpo. Assim é que o processo de desenvolvimento do pensamento grego, tal como foi inaugurado e, ao mesmo tempo, descrito por Homero, representa o progressivo estabelecimento de uma organização racional e sistemática que vai ganhando terreno e sobreimpondo um ordenamento universal ao conjunto de representações inconexas, elaboradas nas concepções míticas do mundo.

A ascensão dos deuses luminosos e diurnos do Olimpo, coroada pela supremacia alcançada por Zeus, que assume o papel de juiz dotado do poder supremo de decidir em última instância, retrata a vitória da razão que assegura o advento de um reino dominado pela imparcialidade e pela justiça. Em lugar do arbítrio irresponsável das entidades obscuras, que tornavam a vida universalmente insegura e o destino necessariamente incerto, com a ascensão de Zeus emerge um novo princípio de legalidade que confere estabilidade estrutural tanto ao plano divino (cósmico), quanto ao plano humano e social.

Na *Iliada*, Zeus assiste, impassível, a batalha decisiva da Guerra de Tróia. Os deuses inferiores que o rodeiam dirigem-lhe apelos emocionais, ora a favor dos gregos, ora a favor dos troianos, sem contudo conseguir quebrar sua impassibilidade. Finalmente, ele decide, com plena imparcialidade, qual dos dois lados merece a vitória. Para tanto, utiliza uma balança em cujos pratos distribui os prós e os contras. O fiel da balança decreta, objetivamente, qual é o certo e o justo, julgamento este que traduz a verdade sobre o resultado do conflito.

Pensar como quem pesa tornou-se, com efeito, uma analogia insistente entre os primeiros filósofos. Em Parmênides, a imagem da balança reaparece na concepção de que a lei fundamental da lógica é o equilíbrio. Assim, o princípio de identidade, o axioma supremo que, para Parmênides, fundamenta a racionalidade do pensar, enuncia simplesmente que “o que é, é”, ou seja, exprime a igualdade obtida pelo ato de colocar num dos pratos o mesmo que foi posto no outro. Em suma, o pensamento é um “pesamento” e o seu princípio, ou seja, a lei a que está submetido e que o torna consistente é o equilíbrio.

A mesma concepção homérica reaparece em Anaximandro, que formula, no século VI a.C., o primeiro enunciado de

uma lei universalmente válida: "Todas as coisas pagam entre si as injustiças cometidas ao longo do tempo". Equivale a dizer, o mundo é um cosmo e não um caos porque, embora tudo mude, nada acontece arbitrariamente, desde que existe uma ordem subjacente que fornece a razão de ser da instabilidade aparente. O dia, ao expulsar a noite, se excede; mas ele paga a injustiça que assim comete quando, graças à lei que governa o universo, a noite volta e restabelece-se o equilíbrio aparentemente perdido. Na interpretação de Jaeger,⁽¹⁾ Anaximandro universaliza uma cena de tribunal e confia o exercício da justiça ao princípio impessoal e objetivo representado pelo Apeiron, que encarna a imagem da balança.

Dando continuidade a esse movimento inicial, outros passos, ainda mais importantes, foram dados na direção do ideal do rei-filósofo. Com efeito, ao explicitar e expandir o mito helênico, a tradição jônica produziu a idéia-chave, segundo a qual o universo constitui um todo ordenado e inteligível porque todas as coisas, a despeito de sua diversidade e de sua mutação incessante, são derivadas, em última análise, de uma mesma origem comum: o universo tem uma raiz única, uma única arquê, da qual tudo mais é decorrência. Seja qual for essa raiz comum (a água, o ar, o fogo, o átomo, etc.), o importante é que, cada ser particular não sendo mais do que um estado ou uma transmutação em que se expressa a substância primordial, a ordem natural é garantida pelas relações necessárias e objetivas que vinculam os fenômenos à sua arquê como efeitos à sua causa. Como dizia Heráclito, todas as coisas se transformam em Fogo e vice-versa, assim como as mercadorias se transformam em ouro e vice-versa. O Fogo é o padrão comum, a Razão comum, a unidade subjacente à troca, em contraste com a diversidade das coisas trocadas uma pelas outras.

Em suma, o universo era concebido em termos de uma mono-arquê. Por outro lado, a lógica analógica que estruturava o pensamento da época, não supunha diferenças radicais entre o aspecto físico e o aspecto humano da ordem universal: as metáforas, em suma, não eram metáforas, as imagens referentes a um aspecto, sendo perfeitamente intercambiáveis com as imagens referentes ao outro. Nessas condições, a idéia de um princípio supremo que governa a natureza era

¹ Jaeger, Werner, *La Teología de los Primeros Filósofos Gregos*, Fondo de Cultura Económica, México, 1952.

a tradução e, ao mesmo tempo, traduzia-se na idéia de um príncipe soberano que rege a *polis*. A mono-arquê remete ao monarca e o monarca à mono-arquê.

De um passava-se diretamente ao outro e, para que um fosse o mesmo que o outro, sem que na passagem se perdesse nada de essencial, a natureza do príncipe havia que ser idêntica ao princípio da natureza. Como este era intercambiavelmente visto como Fogo, Divino, *Logos* ou Razão, a justiça entre os homens e o equilíbrio da sociedade só poderiam ser assegurados pelo domínio da luminosa-lei-divina-da-ração-universal. Nas decisões do governante ecoariam as palavras do filósofo: “não falo por mim, mas pelo meu *Logos*”.

O passo final, que levou à formulação explícita do ideal do rei-filósofo na obra de Platão, decorreu da transmutação dessas imagens, ainda toscas e vinculadas à experiência sensível, em noções cada vez mais racionalizadas pelo auxílio das matemáticas desenvolvidas pelos pitagóricos. Assim foi que a justiça universal, sendo harmonia, transfigurou-se na idéia de música, a mesma música que os sentidos percebiam como sons concordantes e a matemática traduzia em números e relações lógicas, a mesma música das esferas celestes que a astronomia reduzia a fórmulas de equilíbrio geométrico. Da Lei à Justiça, da Justiça à Harmonia, da Harmonia à Música, da Música ao Número que não é captado pelos órgãos dos sentidos, mas é alcançado pela inteligência matemática, chega-se à idéia de uma disciplina científica que confere aos iniciados a visão dos deuses, o dom de ver as coisas, não como aparecem aos mortais, mas como realmente são em sua essência eterna.

Contudo, foi necessário ainda a crise profunda que abalou a fé absoluta na verdade matemática para que esta, efetivamente, surgisse como a chave que desvenda todo o mistério do mundo. A crise do pitagorismo primitivo eclodiu com a descoberta de um ser autocontraditório no próprio seio do sistema matemático: o número irracional. Considerando-se que a matemática da época era aritmo-geométrica, ou seja, adotava um método de notação figurada que constituía as grandezas a partir de unidades concretas e estanques, era-lhe impossível traduzir na forma de número uma grandeza como $\sqrt{2}$, que exige a decomposição da unidade. Essa impossibilidade punha em cheque a solidez de todo o edifício: como atribuir, por exemplo, o caráter de verdade universal ao teorema de Pitágoras se não é possível identificar na forma de um número o valor da hipotenusa de um triângulo cujos

catetos são iguais à unidade? A raiz de dois foi considerada um irracional no exato sentido em que ela podia ser vista quando se manifestava no desenho geométrico, mas não podia ser intelegida aritmeticamente pela razão.

Em função de sua participação na reformulação da matemática pitagórica, Platão foi levado a desenvolver sua teoria dos números ideais (não-sensíveis) que, ampliando o conceito de número para além dos limites da aritmo-geometria, abre lugar para a incorporação dos números irracionais como parte integrante do sistema matemático. Em resumo, tendo se perguntado o que são os números irracionais, Platão descobre que, em lugar de representar uma alarmante e trágica exceção, o campo dos irracionais constitui um nível mais profundo de racionalidade, uma espécie de subsolo mais essencial e, portanto, mais real, do qual emerge, entre outras coisas, o próprio ser dos números inteiros. Dito em outras palavras, supondo-se que Y e X sejam números inteiros, o que é por exemplo, a raiz de dois? Se a representarmos como $Y > 2 > X$, ela surge como sendo duas coisas ao mesmo tempo. Por um lado, ela não é igual nem a Y , nem a X . Por outro lado, ela é igual a Y por excesso e igual a X por falta. Generalizando, equivale a dizer que, entre duas realidades concretamente dadas (X e Y), as quais podem ser qualquer coisa, desde dois números inteiros até dois partidos políticos, o número ideal representa a “justa medida”. Ele é o ser em si mesmo, o conteúdo acabado e o ponto exato de equilíbrio que os fenômenos particulares refletem imperfeitamente, ora pecando por excesso, ora pecando por falta.

Se a matemática é apenas a ciência dos números sensíveis, isso significa que a verdadeira balança, aquela que determina o ponto preciso em que o Real, a Razão e a Justiça se fundem em um único ato de julgar, não se encontra na matemática e sim na ciência dos números ideais, a meta-matemática ou dialética, ou seja, na ciência que define o saber próprio e exclusivo do filósofo. O conhecimento matemático, embora superior a qualquer outro, é ainda, e apenas, uma aproximação: só a dialética, apreendendo as formas ideais, apreende a essência das coisas. Donde, só o filósofo, conhecendo a “justa medida” e transformado em filósofo-rei, é capaz de governar por meio das medidas justas que conferem a cada cidadão, sem “mais”, nem “menos”, o que a cada um cabe segundo uma métrica absolutamente objetiva, que é a linguagem da realidade em oposição à linguagem da consciência individual do governante.

Considerando-se as condições da época, o “tecnocratismo platônico”, além de seu extraordinário poder persuasivo, tinha o mérito de conceber a política em termos de superação da realidade vigente. Ao contrário do servilismo e da falta de imaginação que condena os tecnocratas contemporâneos à mediocridade do pragmatismo, Platão insistia na tese de que o conhecimento resulta de uma atividade de integração dos dados e, portanto, só se realiza verdadeiramente enquanto transcende o que se oferece à percepção imediata. Por conseguinte, para ele o problema político só podia ser cabalmente pensado sob a condição de seu tratado primeiro no plano fértil da imaginação, que elabora e confronta entre si arquetipos ideais ou modelos inteligíveis de estruturas sociais historicamente inéditas. Por isso mesmo, as meras aproximações empíricas e os ajustamentos circunstanciais nunca significaram para ele, como significam para as elites tecnocráticas contemporâneas, uma resposta à altura das grandes questões políticas. A “justa medida” constitui, por definição, um padrão crítico do *status quo*.

A característica da postura platônica é, assim, a idéia de que a política não se esgota na mera prática da luta pelo poder, nem é iluminada pelo mero entrelaço das opiniões elaboradas ao sabor do momento. Para encontrar seu sentido profundo, a atividade política tem que pressupor um esforço prévio, dirigido à investigação sistemática dos fundamentos da conduta humana. Tal investigação, por sua vez, não pode se deter no plano da psicologia e da ética: ela necessita ir até o fundamento último das coisas e, a partir daí, derivar uma explicação global da realidade que inclui em seu bojo as razões de ser da conduta dos homens na arena política. Uma vez alcançada a *episteme* (ciência) estaria ultrapassado o plano da *doxa* (opinião), teriam sido criadas as condições para que a política pudesse deixar de ser, graças ao empenho das vontades, o simples entrelaço fortuito de ações inspiradas em motivos cegos que não se explicam a si mesmos. Fundada na verdade, a política se transformaria em atividade efetivamente criadora de algo novo: ela seria capaz de produzir a não-existente integração ao real e, assim, concretizar a justiça e a beleza entre os homens.

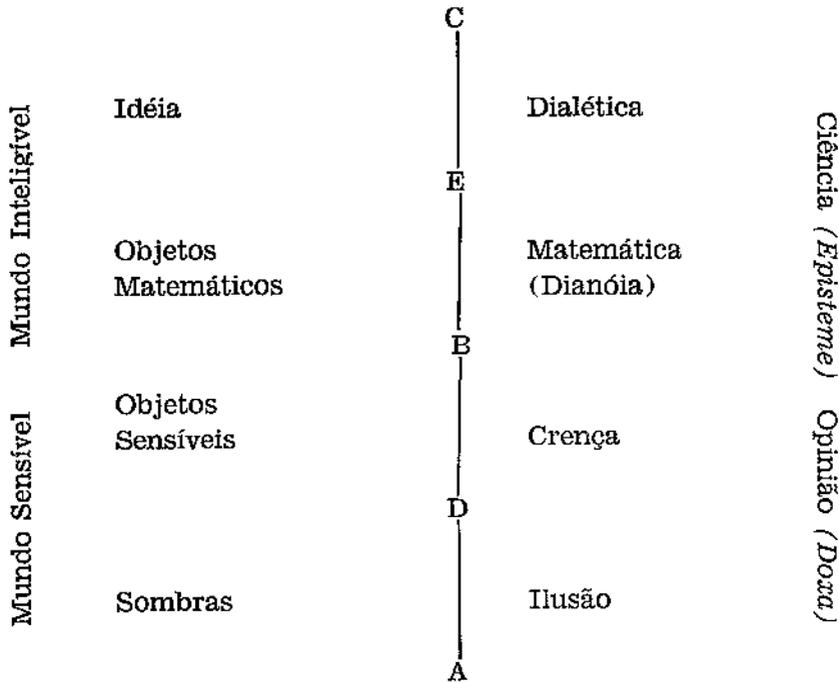
A política, portanto, pressupõe o encontro da verdade e a verdade, para ser encontrada, pressupõe a ascensão filosófica, ou seja, o movimento ascendente pelo qual o espírito humano partindo das aparências das coisas eleva-se até alcançar a apreensão das essências, que são o verdadeiro ser das coisas.

Dito de outra forma, a verdade sobre as coisas deste mundo se encontra num plano transcendente ao qual só temos acesso por meio do pertinaz exercício da razão. Como foi acima mencionado, os pitagóricos sustentavam a tese de que todas as coisas, no fundo, são números; com isso queriam dizer que os objetos, tal como os vemos, são apenas um reflexo exterior de uma constituição numérica interior; uma vez encontrada a estrutura numérica de um dado ser, estaria descoberto o segredo íntimo que o explica. Qualquer objeto dado seria, apenas, uma cópia ou imitação de um modelo matemático pré-existente: uma cadeira, por exemplo, seria a imitação da fórmula numérica da cadeira em geral. Os pitagóricos, entretanto, concebiam as entidades matemáticas em termos realistas: tal como as coisas que os reproduzem, os números também eram definidos como seres materiais, corpóreos. A novidade introduzida por Platão, a partir da crise científica provocada pela descoberta dos números irracionais, consiste em romper com o caráter imanentista desse modo de pensar. Ele passa a afirmar que a realidade se desdobra simultaneamente em dois planos: a face interna das coisas, aquela que só é apreendida pela reflexão racional, existe num plano de realidade distinto daquele em que se situa a face externa que é apreendida pelos sentidos. Uma coisa é o mundo sensível, outra coisa é o mundo das idéias, as quais são entidades imateriais, incorpóreas, imutáveis e eternas.

Além disso, num segundo movimento de superação dos pitagóricos, Platão introduz a hipótese de que, assim como o mundo sensível se desdobra em dois níveis distintos, o nível de menor realidade, representado pelas sombras dos objetos sensíveis e o nível de maior realidade, representado por esses próprios objetos sensíveis, também o mundo inteligível se desdobra em vários níveis: o primeiro deles é aquele em que se situam os objetos matemáticos; acima deste, estaria o nível das idéias ou formas ideais e, finalmente, encimando a estrutura do real, estaria a essência das essências ou a super-essência representada pela idéia do Bem.

Se o real é diferenciado, torna-se forçoso que o conhecimento do real também o seja. Simetricamente, a cada nível da realidade corresponde um tipo específico de conhecimento, sendo que a hierarquia em que se ordenam os seres determina a superioridade ou inferioridade relativa das várias modalidades de conhecimento. O famoso esquema da linha dividida, proposto por Platão, sumariza essas relações da seguinte forma:

B E M



A opinião (*doxa*) é inferior à ciência (*episteme*) e, dentro desta, ao contrário do que admitiam os pitagóricos, a matemática é definida como uma forma de conhecimento inferior à dialética. Em seu conjunto, esse esquema estabelece as etapas ascendentes da ascese filosófica em direção ao saber supremo; partindo do mundo sensível, a reflexão racional, depois de ter feito a descoberta das estruturas matemáticas, eleva-se à compreensão dialética das puras essências, para, finalmente, atingir a intuição do Bem que é o princípio supremo da realidade e da cognoscibilidade de todas as coisas. O indivíduo capaz de realizar essa trajetória é comparado por Platão ao prisioneiro que, libertando-se do fundo de uma caverna, onde apenas lhe era dado ver as sombras das coisas, consegue chegar a contemplar diretamente o Sol.

A implicação política dessa alegoria é patente. O comum dos mortais vive normalmente como o prisioneiro da caverna. Os que se recusaram a permanecer atados ao mundo das noções ilusórias e empreenderam a prolongada busca da ver-

dade, são os únicos que reúnem as condições necessárias para o desempenho do papel de líder, pois só eles podem guiar os demais em direção à existência livre, justa, bela e auto-consciente.

A urdidura do argumento a favor do rei-filósofo completa-se por meio de duas outras construções teóricas: a teoria da virtude e a teoria do Estado propriamente dito. Por caminhos diferentes, ambas conduzem à conclusão de que a “boa existência” requer necessariamente o governo dos mais sábios.

O que é a virtude? O que faz com que o comportamento dos homens se torne virtuoso? A resposta de Platão é aqui a mesma que a de Sócrates: a virtude é conhecimento. Se o Bem é algo que existe em si mesmo, fora da consciência dos homens e a despeito da vontade de cada um, se o Bem é objetivamente real, a realização do bem na forma da prática de atos bons não é função do mero querer mas, ao contrário, decorre necessariamente do conhecimento do bem. A hipótese subjacente à teoria da virtude é a de que todo homem prefere o bem ao mal. Dada essa opção natural, a conduta virtuosa passa a depender exclusivamente do grau em que cada homem consegue aprofundar seu conhecimento do bem. A fórmula correta não é a de que quanto mais o homem deseja fazer o bem, tanto mais virtuoso ele se torna: a suposição de base previamente admite que todo homem deseja o bem com o máximo de suas forças. A fórmula correta consiste, então, na afirmação de que quanto mais o homem conhece o Bem, tanto mais ele o pratica. Daí resulta que a sociedade excelente, aquela em que as relações sociais são justas, só pode ser a obra daqueles que conhecem o Bem: não há Estado justo onde o poder não é monopólio dos homens de saber.

A despeito de sua teoria da virtude e, a rigor, em contradição com ela, Platão admite a hipótese de que os interesses materiais, egoísticos, podem atuar como causas que impelem os homens em direção ao mal como causas que “desvirtuam” que surgem a partir das diferenças de propriedade e de relações familiares. Na constituição do Estado ideal, contudo, tais causas de “desvirtuamento” tornam-se inoperantes na medida mesmo em que as instituições da propriedade privada e da família são abolidas no que tange ao conjunto de indivíduos (homens e mulheres), encarregados da condução dos negócios públicos. Isso, contudo, nos remete ao exame da teoria do Estado propriamente dita.

O direito de mando que o filósofo reivindica só se sustenta, em última instância, se for possível demonstrar que a soberania do mais sábio é uma condição requerida pela própria natureza do Estado ideal. Essa demonstração começa pelo postulado de que todos os homens têm necessidades a ser satisfeitas. Como nenhum homem é auto-suficiente, a razão de ser de toda sociedade é dada pelo imperativo da mútua satisfação das necessidades humanas por meio da troca de bens e serviços. Por outro lado, se a sociedade é um sistema de intercâmbios, a razão de ser do Estado reside na necessidade de que esse sistema opere da forma mais harmoniosa possível, provendo, portanto, a adequada satisfação das necessidades dos indivíduos. Em outras palavras, não se pode dizer que uma dada relação social encontra-se fundada na natureza das coisas simplesmente porque os indivíduos envolvidos nessa relação, de fato, estão fazendo aquilo que querem fazer. Isso não basta para provar que a interação entre eles é a mais proveitosa possível do ponto de vista do bem bem comum e do bem individual. Que necessidade os indivíduos procuram satisfazer por meio de seus esforços cooperativos? São necessidades genuínas ou deturpadas pela incidência de apetites inferiores, de natureza anti-social?

Daí a indispensabilidade do poder coativo do Estado. É preciso que cada qual seja conduzido, pela força se for o caso, a cumprir o seu papel específico na divisão geral do trabalho. Mas que tarefas devem ser atribuídas a que categorias de indivíduos? Só os mais sábios, graças ao conhecimento do real, estão em condições de responder a essa pergunta, e, portanto, só eles têm a competência necessária para acionar os poderes do Estado na direção adequada. Mais especificamente, a análise científica da realidade social revela que há três funções fundamentais a serem cumpridas: a função de produzir os bens necessários à subsistência humana, a função de proteger a integridade do Estado e, finalmente, a própria função de governar. Por outro lado, a análise científica da psicologia humana revela que as pessoas têm diferentes aptidões inatas e, portanto, executam certas tarefas melhor do que outras; além disso, tendem a fazê-lo com crescente perfeição quanto mais persistentemente dedicam-se com exclusividade aos trabalhos para os quais estão naturalmente dotadas.

Graças a essa feliz coincidência, a população de qualquer Estado compõe-se de três categorias de indivíduos classificados segundo suas aptidões naturais: os produtores, os guar-

diões e os governantes. Como “devemos admitir que todas as coisas são produzidas em maior abundância, mais facilmente e com uma qualidade superior quando cada homem faz o que é apropriado à sua natureza, deixando aos outros as demais tarefas, conclui-se que a posição ocupada pelo filósofo-rei nada tem de excepcional: ela resulta da aplicação do mesmo princípio que regula a distribuição das tarefas atribuídas às demais categorias sociais. Fica assim demonstrado que o seu direito de governar é apenas a outra face do seu dever de governar.

A arte do estadista baseia-se na ciência da “justa medida”. Quem conhece a “justa medida” é capaz de realizar a justiça social, pois esta se reduz ao estabelecimento de uma equilibrada inter-relação entre as três classes de funções desempenhadas pelas três classes de indivíduos. Esse é o fim a ser alcançado. Quais seriam, entretanto, os meios a serem utilizados pelo estadista?

A essa altura tocamos num ponto de decisiva importância para a compreensão da prática política de Platão, a cuja análise voltaremos na Segunda Parte deste trabalho. Aqui desejamos apenas sublinhar dois aspectos da questão. O primeiro é o de que, ao indicar os meios necessários à constituição do Estado ideal, Platão está, *ipso facto*, enunciando as condições requeridas para a realização de seu projeto de organização tecnocrática da sociedade. Constituindo tais condições exatamente os meios que conduzem ao fim colimado (o Estado Ideal), elas nos proporcionam a chave para a interpretação da prática de Platão enquanto ato político. Com efeito, supondo-se que ele se lança à atividade política com o propósito de concretizar o sistema político idealizado na *A República*, nada mais natural que, estipulado o fim, ele se dedique a criar as condições capazes de produzir o resultado almejado. Nossa hipótese, em contraste com a interpretação corrente na historiografia, é a de que a atividade política de Platão é permanentemente impulsionada pelo afã de criar as condições objetivas e subjetivas que, a seu ver, propiciariam a concretização do Estado tecnocrático por ele idealizado. O segundo ponto que desejamos sublinhar aqui é o efeito de retroação que a prática política de Platão exerceu sobre sua atividade teórica. N’*A República*, ele entendia que as condições requeridas eram de dois tipos:

a) As que implicavam na eliminação das causas negativas que poderiam destruir a unidade da elite dirigente composta de guardiães e governantes. Como foi acima menciona-

do, tais causas seriam, essencialmente, as tendências dissociativas e conflituosas alimentadas pela propriedade privada e pelos laços familiares. Daí a teoria comunista exposta na *A República*. Daí também decorre o fato, aparentemente desconcertante, de que o comunismo em Platão, ao contrário de ser o modo de vida proposto para a sociedade como um todo, aplica-se exclusivamente aos membros das classes dominantes e, assim, ao invés de representar uma forma de superação da dominação de classes, seria instituído para perpetuar as relações existentes de exploração e controle. Como observa Sabine, "Platão nunca pensou em eliminar as desigualdades de riqueza pelo fato delas serem injustas para os indivíduos desprivilegiados. Seu propósito era o de gerar o maior grau possível de unidade do Estado e a propriedade privada era incompatível com isso (...). Ele não pretendia usar o governo para igualizar a riqueza, mas igualizava a riqueza a fim de remover uma influência perturbadora sobre o governo." ⁽²⁾

b) As condições que implicavam em desenvolvimento das causas positivas que contribuem para aumentar a coesão social entre os membros da elite dirigente. Tais causas seriam, essencialmente, as características subjetivas desenvolvidas pelo processo de formação ideológica dos guardiães e governantes. Daí a teoria da educação. Daí também outro fato, aparentemente desconcertante: por um lado, Platão não hesita em admitir que o Estado é, acima de tudo, uma instituição educacional: por outro lado, entretanto, seu modelo de Estado ideal, apesar de retirar todas as funções educacionais do âmbito da iniciativa privada, e apesar de transformar a educação numa obrigação compulsória submetida à coerção estatal, não estipula nenhum esquema educacional para a classe dos produtores, ou seja, para a maioria esmagadora da população.

É que, mais uma vez, também aqui a preocupação central de Platão incidia sobre a questão da unidade do Estado: o controle educacional é visto como um meio positivo de integrar a elite dirigente, desde que cimenta a solidariedade de seus membros ao conduzi-los a compartilhar uma mesma e única visão do mundo. Dado que o conteúdo político de tal situação reduz-se no fundo a uma ideologia de dominação, é claro que o processo educacional não podia ser apresenta-

² Sabine, George H., *A History of Political Theory*, George G. Harrar and Co. Ltd., London, 1961, p. 58.

do como um caminho de liberação franqueado à classe dominada; ao contrário, seu objetivo seria o de proporcionar às classes dominantes a formação profissional e a doutrina integradora tidas como meios indispensáveis à perpetuação estável do sistema de classes. Essas mesmas razões explicam outros aspectos chocantes da *A República*: a valorização da educação como instrumento de unificação moral da elite impunha o expurgo dos poetas do passado, assim como a censura dos novos, a fim de que a juventude não sofresse más influências num regime em que a educação elementar consistia essencialmente no ensino da literatura.

N'*As Leis*, entretanto, Platão passa a sustentar um outro ponto de vista. Entre *A República* e *As Leis* intercala-se o período em que Platão se empenha diretamente na atividade política. São os resultados alcançados nessa prática política que constituíram, a nosso ver, o determinante decisivo do seu novo modo de pensar, expresso n'*As Leis*. A diferença mais notável entre *A República* e *As Leis* consiste em que, no primeiro trabalho, não há lugar para o Direito no modelo de Estado proposto por Platão, enquanto que, no segundo, o Direito surge como a instituição suprema na vida do Estado, à qual devem se submeter tanto os governados como os governantes.

Uma diferença de semelhante envergadura acarreta, segundo alguns comentaristas, "mudanças drásticas em todos os princípios fundamentais da organização política, mudanças mais drásticas do que as que o próprio Platão conseguiu efetuar até às últimas conclusões lógicas".⁽³⁾ Segundo essa interpretação, teríamos que, nos termos da nossa problemática, o projeto tecnocrático proposto por Platão n'*A República* veio a ser substituído pela concepção de um Estado de Direito, em que o império da lei toma o lugar do despotismo político do filósofo-rei. Numa palavra, o Platão maduro deixaria de ser um pensador tecnocrático. Em contraste com essa interpretação, nossa hipótese é a de que Platão permanece fiel ao ideal tecnocrático. A chave da questão está em que o Estado de Direito, delineado n'*As Leis*, não se situa ao mesmo nível que o Estado Tecnocrático idealizado n'*A República*, mas ao nível das condições propiciadoras deste último, ao nível, portanto, dos meios adequados à realização de um fim. Em outras palavras, o *status* metodológico da teoria exposta n'*As Leis* é exatamente o mesmo que define a teoria do

³ Sabine, George H., *op. cit.*, p. 67 e seguintes.

comunismo e a teoria da educação na *República*. Ou seja, trata-se de uma nova teoria das condições requeridas pela revolução tecnocrática.

Essa hipótese nos permite re-interpretar o significado da experiência política de Platão. Centrando toda a questão em torno da teoria das condições, encontramos aí o ponto em torno do qual gravitou a *República*, a prática política e *As Leis*. A prática política se explica pela teoria das condições d'*A República* e o fracasso na política, equivalendo ao fracasso da tentativa de criar as condições supostas n'*A República*, explica o surgimento de uma nova teoria das condições n'*As Leis*. A volta à política, na Carta VII, representa, por sua vez, uma tentativa de levar à prática a nova teoria contida n'*As Leis*. Essas formulações nos remetem ao capítulo posterior, onde examinaremos a aventura tecnocrática de Platão no plano da vida política.

Antes, porém, de passarmos ao plano da história política para examinarmos de que modo Platão tentou implementar suas idéias tecnocráticas, seria interessante minuciar outros aspectos de seu pensamento que o aparentem com os autores modernos e o distinguem como pensador tecnocrático.

a) A naturalização da realidade social é uma abordagem insistente em toda a literatura tecnocrática. Em Platão ela é visível na idéia de um Bem subjetivo, existente em si mesmo e imutável em suas propriedades que não só podem ser conhecidas como, uma vez conhecidas, o são em caráter definitivo. A mesma abordagem caracteriza a freqüente analogia entre o estadista e o médico: as sociedades existentes são vistas como enfermas e o verdadeiro estadista como o especialista que conhece o método de cura e cujo parecer, portanto, não é suscetível de ser questionado pelos leigos e ignorantes. A mesma tendência naturalizante revela-se, uma vez mais, na análise que decompõe toda e qualquer sociedade em três funções básicas, às quais correspondem, natural e eternamente, três categorias sociais absolutamente imutáveis.

b) Dada a naturalização do social, destaca-se, por um lado, a proeminência hierárquica daqueles que conhecem a estrutura natural do real e ganha corpo, por outro lado, a idéia de que os homens atuam no sistema societal como executantes de tarefas impostas pela natureza das coisas, a importância social de cada qual sendo estritamente dependente do valor que a tarefa tem para a sobrevivência do conjunto. Nessas condições, ou seja, como peça de uma engrenagem, a liberdade que o Estado pode conceder ao indivíduo, em lugar

de ampliar sua capacidade de ação como cidadão dotado de uma vontade própria, limita-se a garantir o exercício da função a que está fadado por vocação natural.

c) Em última análise, a teoria pressupõe que todos os recursos cognitivos existentes na sociedade encontram-se concentrados na elite governante. Em contrapartida, a obediência é apresentada como a virtude política suprema dos trabalhadores. Definidos como inapelavelmente ignorantes, não lhes cabe qualquer direito de participação ativa no processo de tomada de decisões que orienta o funcionamento do Estado. Numa palavra, a maioria esmagadora da população não tem acesso à cidadania e isso, ao contrário de ser um mal, é a condição indispensável para que cada indivíduo alcance o máximo possível de auto-realização sob o comando clarividente do rei-filósofo.

d) Como os demais pensadores tecnocráticos, Platão não escapa à regra geral de conceber o regime político, quanto à forma, sob a espécie do autoritarismo. No fundo, é isso que explica a notável omissão das idéias de Lei, Direito e Opinião Pública no plano da República ideal. Só o Estado autoritário, garantido pela capacidade coatora dos guardiães, é compatível com o poder discricionário exercido pelos tecnocratas; como estes não dispõem de um poder próprio que se afirme por si mesmo, é necessário que sua liberdade de ação se fundamente no regime político enquanto tal e, como a única forma de regime que concentra as funções decisórias em mãos do executivo é o autoritarismo, daí resulta a indissolúvel união entre tecnocracia e autoritarismo que encontramos, tanto em Platão quanto em qualquer outro pensador tecnocrático. Um aspecto dessa tendência inevitável no pensamento tecnocrático é o desprezo pela vida político-partidária. Em sua análise dos defeitos dos Estados existentes, Platão destaca, por um lado, a incompetência dos governantes e, por outro lado, a violência, o egocentrismo e o subjetivismo das disputas partidárias. Dividido em facções, o Estado se torna incapaz de realizar seus objetivos supremos determinados pelo bem comum. O espírito partidário é tido como a causa da irracionalidade na vida política e da instabilidade dos governos. A supressão dos políticos é, assim, um objetivo que Platão comparte com todos os demais tecnocratas.

e) Outra tese igualmente consensual é a idéia da intrínseca benevolência do poder tecnocrático. O autoritarismo do déspota esclarecido não só se justifica à luz da razão, como deve ser desejado como um bem político por todos os súditos

a ele submetidos. Quanto maior o poder do tecnocrata mais leve é o seu jugo. Isso é assim porque, ao contrário do político comum, o tecnocrata analisa a sociedade e toma decisões não em termos do poder controlado por indivíduos ou grupos, mas em termos dos serviços que cada qual pode prestar à coletividade. Até mesmo o seu próprio poder soberano não é visto como poder pelo filósofo-rei, mas como tarefa que lhe cabe desempenhar em nome do adequado funcionamento do conjunto social. Suas ordens não soam como exercício do poder; são apenas imperativos decorrentes da ordem natural das coisas. Quem assim as compreende, recebe-as como uma bênção e as obedece sem se sentir constrangido a fazê-lo.

f) A contrapartida da tese da benevolência do poder é a tese da irrelevância da vontade dos governados. Desde que o governo é exercido para o bem dos cidadãos, a idéia de que os atos do governo deveriam supor o consentimento dos governados não faz sentido para Platão, como tão pouco para qualquer outro tecnocrata conseqüente.

CAPÍTULO II

A TECNOCRACIA EM SAINT - SIMON

Deve-se a Saint-Simon (1760 - 1825), “pessoa incapaz de organizar qualquer coisa, exceto o futuro” ⁽⁴⁾ a primeira grande concepção tecnocrática elaborada no contexto da sociedade capitalista. Da mesma forma que o tecnocratismo da antiguidade grega, o *saint-simonismo* é, antes de mais nada, uma utopia. Nisso reside tanto a sua inferioridade quanto a sua superioridade. Inferioridade se o compararmos com a concepção científica e revolucionária proposta um século mais tarde por Veblen; superioridade se o compararmos com as concepções meramente ideológicas que, um século e meio depois, os tecnocratas de hoje utilizam para glorificar a sociedade capitalista contemporânea.

Sendo um utopista, Saint-Simon teve pelo menos o mérito de recusar o *tatus quo*. Seu inconformismo, entretanto, não tinha fôlego suficiente para enfrentar todas as contradições que dilaceravam o mundo real de seu tempo. Em lugar de uma visão crítica aprofundada, Saint-Simon preferiu projetar os seus ideais subjetivos sobre a realidade dos fatos e, por isso mesmo, foi incapaz de apontar os meios políticos apropriados à realização de seu modelo de sociedade futura. São conhecidos, por outro lado, seus apelos ingênuos à boa vontade e ao desprendimento dos vários setores da sociedade. Ele parecia acreditar que os governantes, inclusive a própria dinastia dos Borbons, os capitalistas em geral, a classe média e também os trabalhadores poderiam vir a colaborar com seus planos de reforma social, movidos por um ideal abstrato de justiça e pela força lógica que ele atribuía às suas próprias idéias. Em suma, ele supunha que seus projetos, uma vez formulados e compreendidos, transformar-se-iam, automaticamente, num imperativo categórico para todos

⁴ Gouhier, H., *La Jeunesse d'Auguste Comte*, vol. 2, p. 152, 1936, Paris.

os homens de bem os quais, constituindo a maioria da população, não teriam dificuldades para pô-los imediatamente em prática.

O núcleo fundamental do pensamento de Saint-Simon é constituído pelo problema da unidade do conhecimento. A importância dessa questão surge claramente na tese, depois retomada por Auguste Comte, de que a unidade da sociedade só existe verdadeiramente quando o conjunto das idéias diretrizes que orientam o comportamento dos membros da coletividade encontra-se organizado num todo coerente. Dessa suposição decorre a originalidade de Saint-Simon como pensador tecnocrático. A seu ver, a sociedade torna-se caótica e não consegue emergir de permanente estado de crise e autodestruição, se se encontra dividida por modos contraditórios de pensar e tenta organizar-se com base em concepções derivadas de filosofias incompatíveis entre si. Numa palavra, a integração do saber é condição *sine qua non* para a integração social e a prosperidade do conjunto. "Não há sociedade sem que existam idéias comuns; Cada indivíduo necessita sentir o laço que o une aos demais e que garante a união recíproca." Uma vez que tenha sido criado e implantado um sistema unificado de conhecimentos relativos ao mundo físico e humano, a ordem social perde o caráter de uma artificialidade imposta pela força e se transforma num sistema essencialmente justo de co-operação, que garante o pleno aproveitamento das energias produtivas existentes na sociedade.

A vida social, entretanto, não se esgota no seu aspecto espiritual. Para Saint-Simon, a sociedade é uma obra coletiva, resultante da combinação de esforços individuais que, basicamente, se desdobram em duas direções: pelo lado da produção intelectual e pelo lado da criação da riqueza material: "A capacidade do espírito humano é igual em espiritualismo e materialismo; há descobrimentos igualmente importantes a serem feitos em ambas as direções e o desenvolvimento de cada uma dessas capacidades contribui igualmente para o progresso da civilização".⁵

Essas duas capacidades encontram-se estruturadas em duas ordens institucionais. Os indivíduos úteis à saúde do organismo social ocupam em cada uma delas o lugar hierárquico que lhes cabe em função de importância atribuída às

⁵ Gurvitch, George, *Saint-Simon e Proudhon*, p. 32, Ediciones Galatea, Buenos Aires, 1958.

atividades produtivas a que se dedicam. Os inúteis, não tendo um lugar definido em nenhuma das duas ordens, constituem as classes parasitárias que não fariam a menor falta caso fossem a qualquer momento eliminadas.

Em segundo lugar, as duas capacidades constituem dois poderes complementares: o espiritual e o temporal. As ordens institucionais são hierarquias cujos vértices definem as elites de poder. Cada uma das elites, apoiando-se autonomamente sobre sua própria base, não se encontra subordinada a nenhum poder que lhe seja superior. Ao mesmo tempo, contudo, cada uma das ordens vê a outra como um complemento natural de si mesma. Assim se casa o idealismo com o materialismo: "todo sistema social não é mais do que a aplicação de um sistema de idéias"; em compensação, "a base de toda a sociedade e de todo pensamento é a produção material, a divisão do trabalho e a propriedade." ⁽⁶⁾

Em resumo, os princípios teóricos que fundamentam o tecnocratismo de Saint-Simou resultam de uma generalização que extrapola para a sociedade capitalista moderna as doutrinas clássicas do cristianismo medieval. Em primeiro lugar, a tese de que a unidade da sociedade depende da unidade do saber não é mais do que uma versão abstrata da concepção teológica, que via no combate às heresias e na defesa intransigente de uma única fé a condição sem a qual o Império não poderia ser mantido como um todo integrado. Segundo esse ponto de vista, se a comunhão no cristianismo assegurava a união espiritual da espécie humana, era forçoso que o Estado se transformasse num Estado cristão contribuindo de sua parte para a consolidação dessa comunidade fundada num mesmo conjunto de crenças e propósitos coletivos.

Em segundo lugar, a teoria da divisão dos poderes em espiritual e material é igualmente uma formulação abstrata da teoria das duas espadas formulada explicitamente pelo papa Gelasius I no final do século V. Retomando a temática de Santo Agostinho que via o homem simultaneamente como cidadão da cidade terrena e da cidade celeste, Gelasius concebe a Igreja e o Império como duas associações igualmente universais que dividem entre si a responsabilidade de zelar pelos interesses espirituais e materiais da humanidade. As duas espadas empunhadas pelo mesmo indivíduo simbolizavam o paganismo concretizado na pessoa do Imperador ro-

* Idem, idem.

mano divinizado. As duas espadas separadas, uma empunhada pelo Imperador, outra pelo Papa, simbolizam por um lado a coexistência de dois poderes específicos e autônomos e, por outro lado, o princípio de que um se completa pelo outro, formando juntos uma estrutura de controle dual da sociedade graças à qual são atendidas, harmonicamente, tanto as necessidades terrenas quanto as necessidades extraterrenas. O *Sacerdotium* espiritualizaria a ação do *Imperium* infundindo-lhe um senso cristão de justiça e altruísmo, enquanto que o *Imperium* materializaria o exercício do *Sacerdotium* fornecendo-lhe os meios materiais adequados à concretização de seus objetivos imateriais.

É a partir da doutrina teocrática dos Padres Fundadores da Igreja que Saint-Simon avalia o significado do presente e do passado histórico e esboça o seu plano para uma futura reorganização tecnocrática da sociedade. O presente era, então, a Revolução Francesa. Um aristocrata confrontado com uma revolução burguesa e anti-aristocrática tende a pensar em duas alternativas: ou a revolução, enterrando as instituições medievais, representa o fim de tudo; ou, pelo contrário, é apenas uma convulsão transitória que terminará com a restauração dos valores tradicionais. Saint-Simon, entretanto, preferiu uma terceira alternativa: a revolução é irreversível, por um lado, e transitória, por outro. Seu termo final há de ser uma sociedade historicamente inédita mas que, ao mesmo tempo, reedita a estrutura medieval numa nova versão adaptada às condições do mundo moderno.

O Velho Estado Teocrático-Militar, depois de transitar pela revolução, assumirá finalmente a forma de um Novo Estado Tecnocrático-Industrial. Assim sendo, o nobre que for capaz de trocar os seus títulos de origem aristocrática pelos certificados de competência científica, sobreviverá à crise representada pela Revolução com seu *status* social salvo e sua proeminência política intacta. Não deixa de ser curioso constatar que se, em lugar da revolução francesa, pensarmos na crise capitalista dos anos 30, o sonho utópico de Saint-Simon, *mutatis mutandis*, acabou renascendo como fantasia ideológica no Novo Estado Industrial descrito por Galbraith.

Não foi por acaso que a última obra de Saint-Simon intitulava-se *O Novo Cristianismo*. De fato, a civilização medieval constituía para ele um modelo de sociedade orgânica. A existência de uma religião universalmente aceita permitia que as forças produtivas organizadas sob a dominação territorial e militar dos senhores feudais, fossem combinadas num

mesmo esforço conjunto orientado à realização dos objetivos formulados por um corpo sacerdotal coeso, organizado numa Igreja e submetido à autoridade internacional do Papa. Com o passar do tempo, essa comunidade orgânica foi sendo minada pela ação de forças adversas que acabaram por destruir sua integridade original. O mundo compactado pelo militarismo feudal e o cristianismo católico foi sucedido por uma época eminentemente transitória, marcada pela crise que resulta da ruptura com o passado, da divisão interna entre forças incompatíveis e conflitantes e da incapacidade de erigir uma nova ordem sobre os escombros do mundo que ruíu. As elites dirigentes durante essa época crítica são constituídas, na esfera material, pelos burocratas e advogados que manejam o aparelho do Estado para proteger os interesses anti-sociais das classes ociosas, constituídas por rentistas e proprietários absenteístas e, na esfera espiritual, pelos pensadores metafísicos que, inspirados no ceticismo racionalista, proclamam um credo inconsistente fundado em princípios negativos de "igualdade" e "direitos naturais" abstratamente concebidos. A Revolução Francesa foi o atestado dramático do fracasso dessas elites e de sua total incompetência para criar o modelo de uma comunidade viável.

Mas, em oposição ao que pretendia o pensamento conservador de seu tempo, Saint-Simon considerava impossível o retorno à antiga ordem medieval sustentada por uma visão de mundo que havia perdido sua validade. Ao contrário, para ele as forças que substituiriam a precariedade do atual sistema de dominação metafísico-burocrático pela sólida constituição de uma nova sociedade autenticamente orgânica, eram justamente as mesmas e específicas forças que haviam destruído a ordem medieval e atingiam agora o limiar de sua plena realização histórica. O futuro caberia à aliança vitoriosa da Ciência com a Indústria.

Indústria, para Saint-Simon, é toda atividade econômica produtiva. Um fazendeiro é um industrial se, como organizador da produção, participa diretamente do processo produtivo. Pela mesma razão, um operário também é um industrial. Equivale a dizer, "indústria" é o nome de uma ordem institucional da sociedade da qual participam empresários, lavradores, operários, capatazes, artesãos e, inclusive, comerciantes e banqueiros. Todas essas categorias, uma vez que são membros da indústria, têm um interesse comum e estão unidas em torno do mesmo objetivo na luta contra os mesmos adversários. Em suma, uma concepção estritamente

semelhante à solidariedade que Galbraith atribui aos diversos setores componentes do seu Novo Sistema Industrial.

A Velha Indústria de Saint-Simon teve, entretanto, um desenvolvimento histórico distinto do da Nova Indústria de Galbraith. Segundo Saint-Simon, ela sempre esteve em luta contra o poder territorial-militar. “Se remontamos na história da indústria à época dos gregos e dos romanos, encontraremos que entre esses povos a classe industrial era completamente escrava da classe militar.” Durante a Idade Média, “a escravidão da classe industrial muda de natureza e se transforma em servidão da gleba”. Ao mesmo tempo, ela conseguiu tirar proveito do caráter centrífugo do sistema feudal: “encontrando-se a classe dominante disseminada pelo campo, os industriais que lograram estabelecer-se nas cidades já não se submetiam ao controle imediato e contínuo dos senhores”.

“O segundo progresso da classe industrial consiste na sua liberação. É um ponto capital para ela; é o começo de sua existência política.” “Este importante passo é habitualmente designado como a liberação das comunas; e é justo usarmos essa expressão, pois as comunas e a indústria eram uma só e mesma coisa, uma vez que as comunas eram constituídas em sua totalidade pelos artesãos e negociantes que haviam se estabelecido nas cidades.”

Na base desse processo emancipatório está o fato de que “a liberação das comunas cria uma propriedade industrial que tem origem no trabalho, propriedade distinta, independente e rival da propriedade territorial que é originária e naturalmente militar”. A propriedade que nasce do próprio trabalho não é um roubo ou usurpação. É diferente de todas as outras formas de propriedade; sua origem a dignifica. A nova propriedade industrial é um direito inquestionável, eminentemente defensável. Por conseguinte, a classe industrial cresceu a partir de seu próprio esforço. Foi, assim, graças à ampliação de sua base material específica que “a classe industrial, escrava em sua origem, aumentou e elevou a sua existência social e está hoje, finalmente, em situação de assumir o poder geral”.⁽⁷⁾

É com base nessa análise que Saint-Simon interpreta os resultados alcançados pela Revolução Francesa. Para ele, a luta aberta entre industrialismo e feudalismo que se inicia no século XIV e se desenvolve paralelamente ao

⁷ Saint-Simon, *L'Industrie*, Tomo III, pp. 142-143, 1821-22, Paris.

conflito dos sábios contra os sacerdotes, tornou-se mais complexa a partir do século XVI. Em parte, devido a intervenção da monarquia que apóia as cidades contra a nobreza militar, mas, ao mesmo tempo, mantém os privilégios econômicos e sociais de origem feudal. Por outra parte, a reforma protestante, não obstante tenha reforçado o espírito crítico e a autonomia do conhecimento científico, contribuiu igualmente para a conservação do poder espiritual nas mãos dos teólogos e sacerdotes. Finalmente, é também a partir do século XVI que se desenvolvem as classes intermediárias metafísico-burocráticas. A Revolução foi apenas a explosão desse quadro complexo formado por tendências incompatíveis, mantidas artificialmente em equilíbrio. Como simples convulsão de uma ordem insustentável, ela em si mesma foi antes destrutiva do que construtiva. Em outras palavras, não foi o processo de tomada revolucionária do poder pela classe industrial. Apesar de todos os progressos realizados, finda a Revolução, a indústria permaneceu numa situação anárquica, carente de organização efetiva e alijada do comando do Estado.

Ademais, esse último passo no caminho do poder supremo não poderá ser dado pela Indústria sozinha. Como toda sociedade orgânica, a nova sociedade industrial há de se caracterizar por uma estrutura dual de organização e controle. Concretamente, isso significa que a conquista final do poder por parte da Indústria só se efetivará graças à sua aliança com a Ciência. Com efeito, "a classe militar ou feudal porque tem princípios próprios pôde conservar o poder geral". "Por falta de princípios próprios, a indústria não fez outra coisa até hoje senão criticar as maquinações feudais: não pôde tomar por si mesma a iniciativa e dar o impulso final." ⁽⁸⁾ Tanto para transformar esse estado de coisas, quanto para constituir a nova sociedade, o que falta à Indústria é o complemento que só a Ciência pode lhe dar.

Na verdade, segundo Saint-Simon, desde sempre, desde a época em que a indústria encontrava-se em regime de escravidão, a ciência foi sua fiel e constante aliada na luta contra o mesmo sistema de opressão. Enquanto a indústria se opunha ao poder territorial-militar, a força corrosiva da ciência fazia ruir o sistema de crenças teológicas que legitimava a dominação feudal. Na etapa subsequente, com o aparecimen-

⁸ Saint-Simon, *Mémoire sur la Science de l'Homme*, p. 43, cf. Gurvitch, *op. cit.*

to das camadas intermediárias constituídas por burocratas, metafísicos, advogados e proprietários ociosos, a ciência continuou a sua obra atacando o pseudo saber metafísico em nome de um saber positivo, fundado no conhecimento dos fenômenos reais.

Procedente de outra parte do mundo, trazida para a Europa pelos árabes, a ciência veio se unir ao esforço emancipatório da indústria. Em seu processo específico de evolução, o pensamento humano atravessou os estágios do politeísmo, do monoteísmo e da metafísica até atingir a etapa final e definitiva da ciência positiva. A matemática e a física foram as primeiras disciplinas a se tornarem científicas e positivas. Esse processo, contudo, não chegou a seu termo. Segundo o "Plano das Operações Científicas Necessárias para a Reorganização da Sociedade", preparado juntamente com Comte e por este mais tarde descrito como "a grande descoberta de 1822", caberia ainda aos homens de ciência a tarefa de transformar em disciplinas positivas a biologia, a fisiologia e a ciência social, que Saint-Simon chamava de "fisiologia social". Isso feito, uma vez descobertas as leis naturais e imutáveis que regem o funcionamento e o desenvolvimento das sociedades, segundo a mesma necessidade que comanda as leis da gravitação universal, seria possível a elaboração de uma Enciclopédia do Conhecimento Científico, na qual as várias disciplinas seriam articuladas num único corpo de proposições científicas, capaz de substituir a *Summa Theologica*, símbolo da unidade do espírito medieval. Seria então possível inaugurar o reino do pensamento positivo em substituição à teologia e à metafísica.

Basicamente, o positivismo seria a aplicação do método científico a todos os aspectos da natureza e da experiência humana. Na definição proposta por Comte, o estágio positivo é alcançado quando "o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de chegar a concepções absolutas, abandona a indagação sobre a origem e a finalidade do universo, assim como sobre as causas intrínsecas das coisas, e formula para si mesmo a tarefa de meramente descobrir, pela razão e a experiência combinadas, as leis efetivas dos fenômenos, ou seja, suas relações invariáveis de sucessão e similaridade".⁽⁹⁾ Entre parêntesis, vale a pena observar que dificilmente poderíamos encontrar uma definição mais acabada da concep-

⁹ Comte, Auguste, *Curso de Filosofia Positiva*, Lição I.

ção tecnocrática do saber: o anseio humano de compreender o mundo e investigar a fundo o sentido da existência é fria e cinicamente descartado, como se fosse uma necessidade irrelevante, para ser substituído por uma abordagem extrínseca à realidade dos fenômenos e que se contenta em descobrir como é que as coisas funcionam nas relações externas que mantêm umas com as outras, sem qualquer interesse em descobrir porque que assim é, como foi que essas relações vieram a se constituir dessa forma e não de outra, e mediante que transformações deixariam de ser tal qual se apresentam. Trata-se, em suma, de uma concepção do saber perfeitamente adequada às forças sociais, cujos interesses se limitam à mera manipulação dos fenômenos no interior dos estritos limites definidos pelo quadro do *status quo*. Não se trata de saber para compreender e transformar a realidade em função de objetivos humanos que a transcendem; trata-se apenas de saber o suficiente para poder influir calculadamente sobre os dados da situação existente.

Em sua formação intelectual Saint-Simon foi influenciado pelo Iluminismo em geral e, mais diretamente, pelo assim chamado grupo dos "Ideólogos" liderados por Condorcet, Destutt de Tracy e Cabanis. Os Ideólogos, por sua vez, eram herdeiros de Kant. Significativamente, entretanto, em decorrência do vício típico de todo pensamento de cunho tecnocrático, os Ideólogos identificavam-se com Kant não só no seu repúdio à dogmática metafísica, como também em sua interpretação otimista do progresso do método científico na física e na matemática. Em outras palavras, o que os Ideólogos absorveram foi o Kant da *Crítica da Razão Pura*. Como observou Felix Markham, eles simplesmente ignoraram a tentativa heróica realizada por Kant na *Crítica da Razão Prática* "para salvar o eu ético da tirania do determinismo científico indicando os limites da aplicação do método científico".¹⁰

Da mesma forma que o tecnocratismo na época de Platão situava-se no pólo oposto à posição dos Sofistas, segundo os quais "o homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são e das que não são enquanto não são", também o tecnocratismo do tempo de Saint-Simon, inevitavelmente, repelia a reivindicação kantiana a favor da liberdade espiritual e da auto-determinação da vontade individual. É com base nessa percepção parcial e distorcida do passado

¹⁰ Markham, Felix, "Introduction", in *Social Organization, The Science of Men*, Harper and Row, 1964, p. XXIX.

cultural que Saint-Simon traça para si mesmo e para a posteridade a tarefa de constituir “as ciências políticas e morais” por meio da aplicação do método científico tal como fora exemplificado pela física de Newton.

O êxito dessa empresa, que culminaria na formulação positiva de uma ciência do homem, forneceria à Indústria a condição necessária e o impulso final para a instauração de um novo modelo de sociedade. “A história comprova”, diz Saint-Simon, “que as revoluções científicas e políticas foram, sucessiva e alternadamente, causas e efeitos uma das outras”. O empreendimento de reformar o plano espiritual da sociedade desencadearia uma série de transformações. Saint-Simon acreditava que “depois de elaborado o novo sistema de conhecimentos científicos, haverá uma reorganização dos sistemas de religião, de política geral, de moral, de instrução pública e, por conseguinte, do clero”.⁽¹¹⁾

Este último ponto, a reorganização do clero, é de suma importância. O clero reorganizado é, na verdade, o resultado da substituição dos sacerdotes pelos cientistas, os quais passariam a exercer, sob a autoridade internacional de um comitê equivalente ao papado, as funções e os direitos anteriormente atribuídos ao corpo eclesiástico. Como elaborador e depositário do novo credo científico-positivo, ao contingente tecnicocientífico caberia a mais cara herança que a Igreja poderia legar: o direito de sentar-se ao lado dos industriais e empunhar a espada do poder espiritual. Nas palavras de Saint-Simon, “no momento em que todos os nossos conhecimentos particulares eram conjecturais ou metafísicos, foi natural que a direção da sociedade, no que se refere aos assuntos espirituais, estivesse em mãos de um poder teológico, porque os teólogos eram, então, os únicos metafísicos gerais. Em contrapartida, quando todos os nossos conhecimentos estão fundados em observações, a direção dos assuntos espirituais deve ser confiada à capacidade científica positiva”.⁽¹²⁾

Nas suas *Lettres d'un Habitant de Genève*, Saint-Simon dividia a sociedade em três classes: os que não têm nada, os proprietários e os homens de ciência. Para superar a crise da Revolução Francesa, decorrente da falta de competência dos dirigentes tradicionais, era necessário reestruturar o governo com base nas pessoas de cultura e inteligência supe-

¹¹ Saint-Simon, *Organizador*, cf. Gurvitch, *op. cit.*, p. 45.

¹² Saint-Simon, *Lettres*, in Markham, *op. cit.*, p. XXIV.

rior, as quais seriam organizadas no chamado "Conselho de Newton". O objetivo final a ser alcançado seria uma situação estável em que, nas suas próprias palavras, "o poder espiritual estaria nas mãos dos cientistas e o poder temporal nas mãos dos proprietários".⁽¹³⁾

Os experimentos da Revolução Francesa no terreno religioso, tais como o Culto do Supremo Ser instituído por Robespierre, estavam na linha da reforma da Igreja idealizada por Saint-Simon com base na tese de que o Deus descrito pelos teólogos não é mais do que razão e sabedoria elevadas ao infinito, sendo assim a religião essencialmente o culto de uma inteligência divinizada. Por conseguinte, religião e ciência são, no fundo, a mesma coisa; o que muda é o conteúdo das crenças que ambas sistematizam num corpo integrado de conhecimentos sobre a realidade física e social. A superioridade da ciência sobre a religião reside no fato de que o saber que ela representa, em lugar de ser obtido pela via de uma suposta revelação divina, é logrado mediante um método objetivo em que a indagação é racionalmente controlada e a demonstração factualmente comprovada.

Nada mais justo, portanto, que os cientistas ocupem o lugar dos sacerdotes. Tal substituição envolve, além do mais, a excepcional vantagem de ajustar-se ao caráter eminentemente elitista que é típico da tecnocracia. Com efeito, Saint-Simon admite que, tal como acontecia com a religião, o conjunto de proposições que formam o credo positivista assumiram uma forma para as elites educadas e outra, essencialmente diferente, para as massas ignorantes. Para as elites elas serão verdades científicas, ou seja, proposições aceitas (ou recusadas) em função de critérios de julgamento que as referidas elites estão em condições de aplicar e que, portanto, as protegem contra os enunciados que lhes pareçam falsos e inaceitáveis. As massas, por sua vez, relacionar-se-iam com a ciência sob a forma de um culto. Para elas, as proposições científicas assumiriam o caráter de dogmas religiosos, ou seja, o caráter de mistérios, nos quais se deve crer a despeito de seu conteúdo ser impenetrável pela mente do homem comum. A explicação científica da experiência humana constituiria assim uma nova religião, dando lugar ao surgimento de uma instituição essencialmente ambígua: "uma institui-

¹³ Saint-Simon, *Mémoire sur la Science de l'Homme*, op. cit., vol. 40, p. 310.

ção que, dependendo do nível intelectual do indivíduo, seria percebida quer como científica, quer como religiosa".⁽¹⁴⁾

Revelando mais taxativamente o seu pensamento a respeito das relações entre as elites e as massas, Saint-Simon declara em outra parte que "a religião é a soma das aplicações da ciência por meio das quais os homens esclarecidos governam os ignorantes".⁽¹⁵⁾ A grande vantagem de uma sociedade orgânica é que nela as partes inferiores e superiores entendem-se perfeitamente bem. A ciência-religião, transformando em orgânica a nova sociedade industrial, eliminaria qualquer possibilidade de um conflito natural e inevitável entre burguesia e proletariado. Como ele próprio dizia, "a preservação da propriedade é o principal objetivo da política. A única barreira que os proprietários podem erguer contra o proletariado é um sistema de ética",⁽¹⁶⁾ vale dizer, uma ideologia, de cunho teológico, metafísico ou positivista, pouco importa, capaz de justificar satisfatoriamente as relações econômicas, sociais e políticas prevalentes.

Concretamente, o sistema de dominação concebido por Saint-Simon realizar-se-ia através da direção consciente e o planejamento sistemático da economia e da sociedade. Tal sistema se organizaria a partir de um centro de poder que assumiria a forma constitucional de um Parlamento Tecno-Industrial composto por três Câmaras especializadas, respectivamente, em invenção, avaliação e execução. O Poder Inventivo seria constituído por engenheiros, artistas e cientistas e planejaria o programa anual de atividades a serem empreendidas pela sociedade. Aos artistas caberia essencialmente o papel hoje desempenhado pelos técnicos em comunicação: a missão de moldar os sentimentos e as opiniões da população. O Poder Avaliativo seria constituído apenas por cientistas e teria a incumbência de examinar e aprovar os projetos encaminhados pela outra "Casa do Congresso", além de se encarregar do controle do sistema educacional. Por fim, o Poder Executivo, constituído pelos líderes da indústria, controlaria o orçamento nacional e implementaria os projetos aprovados.

Esse tipo ideal de governo diferencia Saint-Simon tanto do liberalismo quanto do socialismo. Tal como os tecnocra-

¹⁴ Saint-Simon, *Introduction aux Travaux Scientifique du XIX Siècle*, 1807.

¹⁵ Saint-Simon, *L'Industrie*, op. cit., vol. 18, p. 221.

¹⁶ Gurvitch, op. cit., p. 58.

tas contemporâneos, ele recusava as noções liberais clássicas: não acreditava numa economia capaz de florescer espontânea e automaticamente, não via porque reduzir a um mínimo as atividades governamentais, nem admitia que os interesses individuais tendam a coincidir com o interesse geral. Por outro lado, não endossava a crença socialista num triunfo final das classes trabalhadoras. A seu ver, a sociedade sempre esteve e estará submetida ao controle da elite educada. Em cada época histórica, o ideal dos setores populares deve ser a submissão a uma liderança adequada aos imperativos do momento.

Na era moderna, os trabalhadores encontravam-se, em sua vida cotidiana, subordinados aos industriais e cientistas. Como simples executantes que são, os trabalhadores devem acatar as ordens dos organizadores da produção no interior das empresas. Basicamente, é graças aos organizadores que os trabalhadores conseguem sobreviver. Nada mais natural, portanto, que a estrutura de autoridade existente nas fábricas transforme-se na estrutura de autoridade da sociedade global, generalizando-se para o corpo social tanto a disciplina quanto os vínculos de subordinação que são indispensáveis às moléculas industriais. O mal para as classes trabalhadoras seria ter que se submeter a uma liderança artificialmente imposta. Os cientistas e os industriais, ao contrário, são os líderes naturais de toda a população laboriosa.

Essa conclusão coaduna-se perfeitamente com a missão histórica que Saint-Simon se auto-atribuiu: “recebi a missão de tirar os poderes políticos das mãos do clero e da nobreza para entregá-lo nas mãos dos industriais e a levarei a cabo quaisquer que sejam os obstáculos que encontrar”. Com efeito, declara Saint-Simon, “os homens do povo, assim como os ricos, têm dois tipos de necessidade: de subsistência e de instrução”. Para satisfazer a primeira, “o melhor meio é confiar aos chefes das empresas industriais o cuidado de elaborar o orçamento e, por conseguinte, de dirigir a administração pública. Como é de se esperar, os chefes de empresas, em nome dos seus próprios interesses, tratarão de aumentar suas empresas ao máximo possível e daí resultará o crescimento da massa de trabalhos executados pelos homens do povo”.⁽¹⁷⁾ Paralelamente, as necessidades de instrução serão atendidas pela elite científica.

¹⁷ Idem, idem, pp. 30 e 56.

Das considerações anteriores decorre a inevitável conclusão: suave é o jugo do Estado Tecnocrático-Industrial. Aqui Saint-Simon não prima pela originalidade, mas pela coerência. De fato, não há tema mais recorrente do que este em todas as manifestações do pensamento tecnocrático. Sua-ve também é o jugo do Rei-Filósofo em Platão, assim como é leve como a pluma o peso do poder dos engenheiros de Veblen e da tecnoestrutura de Galbraith. É sempre assim que a dominação tecnocrática se imagina a si própria: inquestionável e autoritária, por um lado; macia e imperceptível, pelo outro. De tão suave que é, a tecnocracia imagina-se um autoritarismo quase grátis, já que o submeter-se a ele custa tão pouco que é quase nada.

A recorrência dessa temática é facilmente compreensível. Na visão tecnocrática, o mundo social não se acha estruturado em termos de forças sociais que têm interesses objetivos conflitantes, e que lutam concretamente entre si para manter ou transformar o quadro histórico que define as posições dos diversos atores e as regras do jogo político. Para o pensamento tecnocrático, as contradições entre classes, grupos e setores da sociedade existem antes, mas não depois de instaurada a ordem tecnocrática. Esta surge justamente como a solução definitiva que suprime o estado de irracionalidade caótica anteriormente prevalecente. Daí para a frente, reinando a Verdade Tecnicocientífica, reina a objetividade, a imparcialidade, a justiça, a eficiência, enfim, um conjunto de fatores que não querem mal a ninguém e só se exercem no sentido de realizar o bem de todos. Fica sepultado no passado tudo aquilo que aumenta o peso opressivo do exercício do poder: as ilusões, os erros, os equívocos, os interesses particulares, as paixões individuais e coletivas, os institutos, os preconceitos irracionais, a demagogia e a exploração de uns pelos outros. Por trás do poder tecnocrático, está a autoridade impessoal da Razão Tecnicocientífica funcionando como o impossível Maestro que, em última análise, é o único responsável pela orquestração da grande sinfonia da produção e do bem-estar geral. Como o filósofo grego que dizia falar não por si, mas pelo seu *Logos*, Saint-Simon também dizia aos governantes no “Novo Cristianismo”: “Príncipes, escutai a voz de Deus que fala através de mim”. Daí decorrem, inevitavelmente, tanto a necessidade do autoritarismo, quanto a suavidade do jugo. Foi também Saint-Simon o criador do *slogan* (a seguir acriticamente incorporado à literatura marxista), segundo o qual a meta suprema da nova

sociedade seria “substituir o governo dos homens pela administração das coisas”, como se administrar as coisas não fosse justamente um meio efetivo de governar os homens.

“A indústria”, diz Saint-Simon, “é uma unidade: todos os seus membros estão unidos pelos interesses gerais da produção.” Essa mesma unidade prevalece no plano espiritual da sociedade: “o progresso das ciências é um interesse comum a todos os homens”. No passado, o povo era súdito; na sociedade Tecnocrático-Industrial, transforma-se em sócio. “Numa cooperação em que todos contribuem com sua capacidade e com seu esforço, há verdadeiramente associação e não existem outras desigualdades, além das decorrentes das capacidades ou aptidões, ou seja, as inevitáveis. Seria absurdo, ridículo e funesto pretender fazê-las desaparecer. Cada um tem um grau de importância e recebe benefícios proporcionais à sua capacitação. Isto constitui o mais alto grau de igualdade possível e desejável. O domínio exercido pelos novos chefes será o estritamente necessário para manter a ordem no trabalho, ou seja, muito pouco.”⁽¹⁸⁾

“Na nova ordem industrial, o arbítrio e o mando não são considerados, nem poderiam ser considerados ingredientes necessários porque, por um lado, tudo pode ser julgado do ponto de vista do plano concebido para trabalhar pela prosperidade geral e, por outro lado, a realização do plano só pode exigir um grau muito débil de mando de uns homens sobre outros” (...) “Numa sociedade organizada para o fim positivo de trabalhar para a prosperidade com as ciências, as artes e os ofícios, o ato mais importante, que consiste em fixar a direção em que a sociedade deve machar, não pertencem mais aos homens investidos em funções governamentais. É exercido pelo próprio corpo social.” Os indivíduos encarregados das funções sociais mais elevadas e os próprios governantes “não desempenham, de certo ponto de vista, senão papéis subalternos porque sua função consiste em seguir uma direção que não foi escolhida por eles (...) A ação de governar torna-se, então, nula ou quase nula enquanto ato de mandar”.⁽¹⁹⁾

O autoritarismo tecnocrático de Saint-Simon é completado pelo universalismo político. Nisso também ele foi de uma consistência exemplar. Ao contrário dos tecnocratas de hoje, Saint-Simon jamais procurou ocultar o fato óbvio de

¹⁸ Idem, idem, pp. 46-47.

¹⁹ Idem, idem.

que a tecnocracia, enquanto tal, é de todo incompatível com o nacionalismo, qualquer que seja a forma em que este último se apresente. É claro que numa sociedade verdadeiramente tecnocrática, os interesses particulares devem ceder lugar aos imperativos decorrentes do conhecimento técnico-científico. Sendo a ciência, por definição, um saber de natureza universal, diante dela os interesses nacionais não passam de pretensões particularistas inteiramente destituídas de razão de ser. Dado um conflito entre Ciência e Nação, o tecnocrata conseqüente não tem o direito de hesitar: ele está, *a priori*, seja qual for o conteúdo do conflito, do lado da Ciência contra a Nação. Uma tecnocracia nacionalista é uma contradição nos termos. Só por acaso o interesse de uma dada nação pode coincidir, nessa ou naquela questão, com os ditames da ciência. O ponto de vista da ciência só se identifica com os interesses da humanidade em seu conjunto.

Assim é que Saint-Simon insiste no caráter eminentemente universalista que a nova organização intelectual da sociedade deve assumir, para realmente ser capaz de substituir a Igreja medieval no papel de líder espiritual da humanidade. Não se trata, para ele, de cada país estruturar a sua própria tecnocracia nacional. O governo tecnocrático que ele tem em vista é, desde logo, um governo mundial, constituído pelas maiores sumidades científicas produzidas pela humanidade e dotado dos poderes necessários para planejar o desenvolvimento das forças materiais e espirituais da sociedade mundial. A tecnocracia ou é um fenômeno trans-nacional, ou é uma farsa, pois não é possível servir à nação sem trair à ciência.

Esta, assim como as demais teses tecnocráticas de Saint-Simon, foram transformadas em letra morta pela prática histórica do capitalismo. O que sobreviveu como realidade não foi Saint-Simon mas o *saint-simonismo*, ou seja, não a concepção de uma sociedade tecnocraticamente organizada, mas um modo particular de conceber a questão da empresa capitalista moderna. Esse é o ponto que retomaremos no capítulo seguinte, dedicado à análise da tecnocracia no contexto da história política.

CAPÍTULO III

A TECNOCRACIA EM VEBLÉN

Se em Saint-Simon encontramos uma clara manifestação do pensamento tecnocrático utópico, em Veblen temos o mais lídimo representante do pensamento tecnocrático científico. Da morte de Veblen a nossos dias dista meio século. Nesse período, duas coisas aconteceram. Em primeiro lugar, os ideais de Veblen não se realizaram: a sociedade capitalista transformou-se, mas não no sentido de ter passado pela revolução tecnocrática antevista por Veblen. Em segundo lugar, um número crescente de autores passou a fazer justamente aquilo que Veblen havia se recusado a fazer, ou seja, conceber como tecnocrática a sociedade capitalista que não foi transformada em seus alicerces pela revolução tecnocrática. Em outras palavras, os sucessores de Veblen, diante do aborto do movimento tecnocrático, passaram a ver como irrelevante justamente aquilo que, para Veblen, era absolutamente essencial e decisivo: a Revolução Tecnocrática.

Quem quer que queira, hoje, ser fiel à posição de Veblen, não pode evitar a conclusão de que os autores tecnocráticos contemporâneos converteram-se, em oposição a Saint-Simon, por um lado, e a Veblen, pelo outro, em representantes do pensamento tecnocrático ideológico. A volta a Veblen permanece sendo a única alternativa científica disponível. Se essa volta, nas condições atuais, não é mais possível, isso significa apenas que tornou-se inexequível, com base na análise científica do capitalismo, argüir a inevitabilidade de uma revolução tecnocrática capaz de pôr fim ao presente sistema e de instaurar em seu lugar um novo tipo histórico de sociedade.

A tecnocracia, para Veblen, é um fenômeno que só pode ser entendido a partir da análise das contradições que se acumularam ao longo do processo evolutivo do sistema capitalista. Ele distingue duas etapas específicas nesse processo. A primeira delas teria se estendido, aproximadamente, desde a Revolução Industrial até meados do século XIX, tendo se

encerrado na Inglaterra um pouco antes do que nos Estados Unidos. Esse foi o período glorioso da expansão capitalista em que o cenário econômico era dominado pela figura típica do capitão de indústria. Nesses primeiros tempos, o complexo industrial não havia ainda adquirido, na linguagem de Veblen, as características de um verdadeiro sistema mecânico. O pequeno tamanho das unidades produtivas, o nível tecnológica ainda incipiente, assim como outros fatores correlatos, não permitiam que o conjunto dos processos industriais chegassem a formar um mecanismo rigoroso e delicado, cujas partes interdependentes só podem funcionar mediante um alto grau de ajustamento recíproco e coordenação global. Segundo Veblen, tratava-se de uma economia de natureza antes manual do que mecânica, relacionada mais com a ferramenta do que com a máquina, e que apelava mais para as habilidades artesanais e a intuição criadora do que para os processos automáticos e o pensamento sistemático.

O capitão de indústria é um produto desse contexto específico. Possuindo as virtudes requeridas pela natureza do sistema, o capitão de indústria pôde ser o motor de sua expansão e os papéis que desempenhou foram integralmente válidos até o momento em que, graças a sua ação, a economia atinge o limiar de uma nova ordem industrial. Foram os capitães de indústria que transformaram em realidade as promessas da Revolução Industrial. Eles eram uma mescla de homens de negócios e técnicos industriais. Ao mesmo tempo em que cuidavam dos aspectos comerciais, administrativos e financeiros de seus empreendimentos, participavam diretamente, como projetistas e construtores, do lado técnico da atividade produtiva. Para Veblen esse período é simbolizado pelo esforço pioneiro dos empresários ingleses que desenharam, experimentaram, construíram e comercializaram o conjunto de equipamentos que formou as fundações do parque industrial moderno, assim como descobriram e exploraram novos produtos, novas fontes energéticas, processos mais eficientes de produção e técnicas mais racionais de administração e de organização do trabalho: “aos homens dessa classe a indústria deve muito do seu êxito inicial tanto quanto de seu crescimento posterior”.⁽²⁰⁾

Para Veblen, são esses capitães que os economistas têm em mente quando falam dos salários de gerência que devem

²⁰ Veblen, T., *The Engineers and Price System*, Augustus M. Kelley, Bookseller, New York, 1965, p. 33.

ser atribuídos aos empresários em retribuição ao trabalho produtivo por eles efetivamente realizado. Em conjunto, armadores, fabricantes, exploradores de minas, comerciantes e banqueiros constituíam uma robusta comunidade capitalista profundamente imiscuída em todos os aspectos materiais e técnicos do processo concreto de produção, uma comunidade capaz de dedicar-se, com o mesmo grau de envolvimento, tanto à expansão comercial quanto à criação tecnológica.

Em conseqüência do próprio dinamismo dessa classe, o sistema acaba finalmente por assumir uma nova configuração que exclui o capitão de indústria, destituindo-o de sua posição de líder econômico. Para Veblen, a segunda etapa do desenvolvimento capitalista é caracterizada pela formação de uma nova ordem industrial, cuja estrutura constitui o que ele chama de um "sistema mecânico". Trata-se de uma organização tecnicamente auto-equilibrada em que as diferentes partes (matérias-primas, recursos energéticos, equipamentos, métodos produtivos, mão-de-obra, etc.) combinam-se entre si de um modo tal, que daí resulta um todo cuja existência depende de rigorosos e delicados processos de ação recíproca e da estreita interconexão observada entre os elementos e o todo. O alto grau de complementaridade e de solidariedade interna prevalecente no sistema determina que o funcionamento adequado de qualquer de suas partes seja condicionado pela *performance* de cada uma das outras.

Reproduzindo um tema que é constante em todas as manifestações do pensamento tecnocrático, e ao qual deveremos voltar mais adiante em termos de uma reflexão crítica, Veblen insiste na tecla de que, dado o novo padrão de articulação das forças produtivas, o sistema industrial, considerado em si mesmo, deve ser visto como um mecanismo rigorosamente impessoal que funciona e se desenvolve segundo as suas próprias leis e, desde que entregue a si mesmo, é capaz de servir as necessidades humanas de consumo e bem-estar em benefício de todos, sem se deter diante de preconceitos tradicionais e privilégios infundados.

Trata-se, por outro lado, de um sistema dotado de um imenso potencial produtivo e essencialmente vocacionado para a produção em grande escala de bens e serviços estandarizados. Finalmente, deduz-se de cada uma de suas características a conclusão de que se trata de um sistema destinado a funcionar em âmbito mundial. A imposição política de barreiras nacionais é uma prática inteiramente incom-

patível com a natureza e a capacidade de expansão do novo sistema industrial. Se lhe for dado operar livremente, em obediência exclusiva aos imperativos que lhe são congêntos, todas as nações teriam algo a ganhar e nenhuma beneficiar-se-ia a custa de qualquer outra. Como Saint-Simon, Veblen era internacionalista e tão pouco admitia que uma posição consistentemente tecnocrática pudesse incluir os objetivos particularistas e irracionais inerentes ao ponto de vista nacional.

As características da infra-estrutura econômica são vistas por Veblen como o fator determinante da posição e do papel que *devem* ser atribuídos aos técnicos na sociedade. “A indústria de tipo moderno”, diz ele, “é altamente produtiva contanto que as condições necessárias para o seu funcionamento sejam satisfatoriamente atendidas. Essas condições necessárias da indústria produtiva possuem um caráter técnico bem definido e estão se tornando mais e mais exigentes com cada novo avanço das artes industriais.”⁽²¹⁾ Daí resulta que “os técnicos, por possuírem a experiência e a informação tecnológica adequada, são o primeiro e indispensável fator no trabalho cotidiano de tocar as atividades produtivas do país”.⁽²²⁾ Não obstante, por mais verdadeira que possa ser, essa constatação não autoriza a conclusão de que os técnicos só por isso sejam aceitos e tratados como os senhores tecnocráticos do sistema.

Como é óbvio, a natureza de um aparelho produtivo não determina, inexoravelmente, que ele seja posto a funcionar de acordo com suas virtualidades. Os usos a que um mecanismo é submetido não dependem dele e sim daqueles que o comandam. O emprego adequado ou inadequado, a utilização eficiente ou ineficiente da capacidade produtiva existente é função, em última instância, do modo pelo qual é resolvido o problema do poder na sociedade industrial.

Esse é um dos pontos em que Veblen claramente se distingue de seus correligionários tecnocratas, anteriores ou posteriores. Ele não barateia as soluções dos impasses apelando para transformações automáticas ou imperceptíveis da estrutura de poder. É a luta política, entre interesses materiais contrapostos, que cabe, em última análise, decidir sobre como funcionará na realidade o sistema produtivo que tem, objetivamente, as características tecnológicas acima enumeradas.

²¹ Idem, idem, p. 131.

²² Idem, idem, p. 133.

A natureza do sistema não pré-determina o resultado do conflito político: ela apenas indica que, entre as diversas categorias sociais existentes, o conjunto formado por cientistas, técnicos e especialistas seria, em princípio ou teoricamente, o único apto a assumir a direção conseqüente do sistema.

É lógico que um mecanismo regulado por princípios objetivos de funcionamento, princípios esses que no fundo são leis científicas e normas técnicas, só pode atingir um nível de rendimento ótimo se estiver sob o comando dos tecnólogos, ou seja, sob o comando daqueles que conhecem essas normas e leis e por isso mesmo são capazes de operar o sistema sem contrariar os requisitos que lhe são inerentes. Dado que a máquina produtiva é o que é, a nova ordem industrial só se completará, formando um quadro coerente, na medida em que os “engenheiros de produção”, que constituem o que Veblen chama de *Staff* Geral da Indústria, assumam a responsabilidade pela formulação de uma estratégia global de produção, distribuição e consumo, supervisionem a atividade dos demais agentes econômicos e trabalhem co-ordenadamente com base num entendimento prévio comum. Por conseguinte, Veblen recusa a solução das duas espadas propostas por Saint-Simon. A divisão do poder entre a burguesia e os técnicos é para ele a essência e o mal da situação existente: “nessa administração bi-cameral da indústria, os técnicos representam o sistema industrial, enquanto que os homens de negócio defendendo os interesses comerciais dos proprietários absenteístas são um corpo que detém o usufruto da comunidade industrial”.⁽²³⁾ “Nesse esquema bi-partido das funções administrativas, o dever dos técnicos é planejar o trabalho e executá-lo, e o dever dos capitães econômicos é o de evitar que o trabalho beneficie quem quer que não seja eles próprios e os seus sócios capitalistas.”⁽²⁴⁾ Veblen não tinha dúvidas de que o “sistema mecânico” reclama, como complemento, um poder tecnocrático irrestrito. Nas suas próprias palavras, “para o funcionamento adequado desse estabelecimento econômico global, é essencial que o corpo de especialistas tecnológicos que, por formação, talento e interesse, constitui o *staff* geral da indústria, deva ter mãos livres para dispor dos recursos disponíveis em matérias-primas, equipamento e força de trabalho, a despeito de quaisquer que sejam as pretensões dos interesses nacionais

²³ Idem, idem, p. 163.

²⁴ Idem, idem, p. 164.

ou dos interesses estabelecidos. Qualquer grau de obstrução, desvio ou sonegação de qualquer das forças industriais, com vistas à obtenção de vantagens específicas por parte de qualquer investidor ou de qualquer nação, provoca, inevitavelmente, um deslocamento do sistema e daí resulta uma diminuição desproporcional de sua eficiência operativa e, portanto, uma perda desproporcional para o todo e uma perda líquida para todas as suas partes".⁽²⁵⁾

Veblen limita-se, portanto, a afirmar que o sistema mecânico *deve* ser governado pelo poder tecnocrático. Ele não diz que essa relação, só por ser lógica, é real. O que ele diz é que a tecnologia escolheria os tecnólogos como governantes se a escolha dos governantes fosse, como pensam os tecnocratas de hoje, um ato da própria tecnologia. Em outras palavras, Veblen distingue claramente o processo de secularização do processo de tecnocratização da sociedade: de que os técnicos sejam indispensáveis não se infere que os técnicos sejam poderosos. Em lugar de inferências lógicas, antes de qualquer outra coisa trata-se de saber qual é a situação de fato existente. E é isso o que Veblen faz com uma honestidade exemplar. "Por hábito arraigado", diz ele, "os técnicos, os engenheiros e os especialistas industriais formam uma espécie inofensiva e dócil, em geral bem alimentada e placidamente satisfeita com o *full dinner-pail* que os prepostos dos Interesses Constituídos habitualmente lhes concedem. Na verdade, eles constituem o indispensável *staff* geral da indústria que alimenta os Interesses Constituídos, mas até agora pelo menos, não têm tido voz ativa no planejamento e na direção do sistema industrial, exceto como empregados a soldo dos financistas."⁽²⁶⁾

Da perspectiva de Veblen, a transferência automática do poder para os tecnólogos é uma hipótese que só tem sentido para os autores que partem da premissa ideológica segundo a qual todas as forças sociais existentes numa sociedade capitalista, inclusive as classes e grupos dominantes, estão, igualmente e acima de tudo, interessadas em que o sistema econômico funcione na plenitude de sua capacidade e que o produto gerado seja distribuído tendo exclusivamente em vista o benefício individual e coletivo máximo possível em termos tecnológicos.

²⁵ Idem, idem, p. 54.

²⁶ Idem, idem, p. 135.

Veblen recusou-se a endossar semelhante mistificação. Para ele, o "sistema mecânico" havia sido criado e estava funcionando numa sociedade obviamente capitalista. E é justamente na contradição entre o nível tecnológico das forças produtivas e os interesses concretos das classes dominantes, que ele via a característica fundamental da segunda etapa do desenvolvimento capitalista. Essa contradição inexistia na primeira etapa porque, por um lado, o aparelho produtivo ainda não atingira um alto grau de integração e, por outro lado, o capitão de indústria, semicapitalista e semi-engenheiro, constituía uma liderança autêntica e adequada, cujos interesses coincidiam com as necessidades de expansão do sistema. A passagem da primeira para a segunda etapa é assinalada precisamente pela eliminação do capitão de indústria e o surgimento, em seu lugar, do capitão das finanças ou o *entrepreneur*, definido por Veblen como um especialista no aspecto financeiro das coisas.

Junto com o "sistema mecânico", o que surge não é o tecnocrata, mas o seu oposto: o capitalista puro. É o próprio desenvolvimento tecnológico que substitui o capitão de indústria pelo *entrepreneur*; este vai ganhando proeminência justamente na medida em que vão se delineando os traços do novo "sistema mecânico". Eis como Veblen descreve o processo: "o aumento de escala, o alargamento do raio de ação e a profunda especialização da indústria mecânica avançada ganharam a dianteira. Progressivamente, os encargos relacionados com a gestão dos negócios tornaram-se maiores e mais exigentes, na medida mesma em que a escala das coisas tornava-se maior. Assim, a cabeça diretiva dos empreendimentos foi progressivamente passando a dar cada vez mais atenção ao aspecto exclusivamente financeiro. Ao mesmo tempo, e movida pelas mesmas considerações, a administração comercial da indústria foi progressivamente transferida para os grupos financeiros. Isso acaretoou uma outra divisão, separando a administração da propriedade dos equipamentos e recursos industriais. Acontece porém, que, ao mesmo tempo, o sistema industrial, no seu lado tecnológico, foi progressivamente tornando-se maior e indo mais longe em âmbito, diversidade, especialização e complexidade, assim como em capacidade produtiva por unidade de equipamento e mão-de-obra".⁽²⁷⁾

²⁷ Idem, idem, p. 34.

Aí está para Veblen, a contradição fundamental que estrangula a sociedade capitalista desenvolvida e, ao mesmo tempo, dita-lhe o caminho de sua superação histórica. Um fato material novo, a máquina, contrapõe-se a uma instituição social obsoleta: a propriedade. Nessa contradição encontram-se as raízes da dinâmica de uma mudança global da sociedade. "A disciplina do processo de máquina" requer a soberania de nova racionalidade tecnicocientífica, enquanto que o privilégio sem-razão da propriedade luta por impor à máquina as regras moral e fisicamente irrelevantes que regulam o funcionamento, não da produção ou do consumo, mas do valor, do preço e do lucro.

Na medida em que os interesses financeiros assumem o controle da indústria, o potencial tecnológico do sistema não pode ser plenamente atualizado: as atividades econômicas são essencialmente limitadas, deformadas e sabotadas, uma vez que se encontram subordinadas a interesses completamente divorciados do processo produtivo real. O capitalismo criou um formidável aparelho produtivo e o colocou nas mãos de "donos absenteístas". O poder de mando irrelacionado com o objeto de mando expressa-se, nos termos de Veblen, pela "propriedade de um bem industrialmente útil por qualquer pessoa que não esteja diretamente empregada em sua utilização industrial".⁽²⁸⁾

Por treinamento e por interesse, os dirigentes do sistema pensam e agem exclusivamente segundo uma mentalidade mercantil-financeira. Suas unidades de cálculo e seus padrões de avaliação são concebidos em termos de lucros privados, baseados em diferenças de preço. Avaliando as situações exclusivamente pelo ângulo da lucratividade, eles não só são incapazes como não estão interessados em aprender os fatos e os valores tecnológicos, os quais só têm sentido em termos de *performances* materiais efetivadas no mundo real das coisas e não no mundo simbólico do dinheiro.

O capitalismo criou a indústria moderna e a indústria moderna revelou-se inteiramente incompatível com o capitalismo. Por um lado, dado o seu caráter mecânico e interdependente, o novo sistema industrial requer coordenação técnica adequada entre todos os seus elementos componentes. Para tanto, os capitães financeiros encontram-se inteiramente desqualificados. Por outro lado, o bem-estar da comunidade industrial internacional reclama produção máxima

²⁸ Idem, idem, p. 156.

uma vez que, do ponto de vista dos interesses não-capitalistas, não há qualquer motivo para que seja restringida a utilização da capacidade produtiva instalada. Entretanto, os Proprietários Absenteístas (ou, generalizando, os Interesses Constituídos) estão preocupados apenas com a máxima rentabilidade financeira dos investimentos, não lhes importando os efeitos provocados por seu comportamento sobre o lado não-financeiro da vida econômica. Em última análise, a sociedade encontra-se submetida ao governo do sistema de preços. Coisa que não era um inconveniente na etapa de tecnologia atrasada, quando a capacidade de absorção do mercado estava à altura da capacidade de produção da indústria. Na etapa subsequente, entretanto, a expansão das forças industriais ultrapassou de muito, e tenderá a ultrapassar cada vez mais, os estreitos limites dos mercados compradores. Nessas condições, o sistema de preços transforma-se na camisa de força da indústria e instaura-se, assim, a contradição entre produção possível e produção vendável.

A classe dominante, na medida em que vive do lucro privado, não tem escolha: ela necessariamente toma o lado da máxima renda capitalista em prejuízo de máxima produção industrial. Em outras palavras, ela situa-se em contraposição a todas as forças dinâmicas da sociedade que favorecem o progresso, a eficiência, o pleno emprego dos fatores produtivos e a elevação constante do nível de bem-estar material e cultural da coletividade. Em oposição frontal a esses interesses, a classe dominante impõe a regra geral da restrição, intencional e calculada, do produto industrial. A livre concorrência deixa de ser o princípio básico de gestão do sistema econômico e, em seu lugar, institucionaliza-se a prática da sabotagem legítima: “torna-se um dever da direção empresarial ajustar a produção aos requisitos do mercado, limitando o produto industrial ao que o tráfego pode tolerar, ou seja, ao que irá proporcionar o maior ganho líquido possível”.⁽²⁹⁾

Por haver conferido plena autoridade e poder discricionário para a formulação de suas metas e a alocação de seus recursos a uma classe especializada em preços, lucros e manobras financeiras, a sociedade é sistematicamente vitimada pelo controle restritivo da produção com vistas a maximização da lucratividade do mercado, e assiste, impotente, ao

²⁹ Idem, *idem*, p. 38.

esvaimento de suas energias criadoras malbaratadas pelos descompassos, pelos desperdícios e pelas fricções inúteis que decorrem da administração desordenada e incompetente dos recursos naturais, de mão-de-obra e dos equipamentos existentes.

A dominação exercida pelos Interesses Constituídos é, portanto, duplamente lesiva: em função da incompetência técnica, as riquezas disponíveis são irracionalmente destruídas; em função da renda capitalista, a produção é criminosamente sabotada. Em suma, a classe dominante não é mais do que um monstruoso parasita, cujos tentáculos emperram as engrenagens do sistema industrial, sugam as suas energias e devoram os seus melhores frutos. Nas palavras de Veblen, “os ganhos líquidos da direção financeira continuam a crescer independentemente de qualquer esforço criador de sua parte. Nessas condições, os capitães financeiros, como classe, obtêm um aumento não ganho de renda”.⁽³⁰⁾ É de todo infundada a suposição de que essa classe faz algo para merecer a renda que a sofre. A falácia do raciocínio econômico corrente consiste em admitir que a existência da renda é a prova do serviço prestado: “uma vez que o capitão financeiro tem habitualmente recebido uma parte substancial da renda anual da comunidade, imaginamos que ele presta um serviço substancial à comunidade”. Chegamos ao ponto de chamá-lo de “produtor”, “tanto na teoria econômica, quanto na linguagem cotidiana”.⁽³¹⁾

Vivemos no seio do absurdo se confiamos ao sistema de preços a responsabilidade pela co-ordenação de nossas vidas. A premissa teórica que fundamenta tal sistema é a de que as diferenças entre os preços é essencial, enquanto que a sobrevivência humana não o é tanto. A premissa teórica que o põe em movimento é a de que “um lucro razoável não pode ser nunca inferior ao maior lucro possível”.⁽³²⁾ Os homens de negócio representam a materialização social desse sistema: são suas criaturas e seus agentes. Do ponto de vista de nova ordem-industrial, são uma realidade destituída de sentido.

Não obstante, são uma realidade. E, se não há razões tecnológicas nem econômicas que justifiquem a subordinação de sociedade aos Interesses Constituídos, a manutenção dessa realidade só se explica pela intervenção do poder poli-

³⁰ Idem, idem, p. 43.

³¹ Idem, idem, p. 29.

³² Idem, idem, p. 13.

tico e ideológico organizado no Estado da classe dominante. Nas palavras de Veblen, “os homens de negócios, encarregados de administrar a salutar porção de sabotagem, poderiam vir a defrontar-se com a escolha entre um desagradável corte da renda grátis que vai para os Interesses Constituídos, ou uma incontrolável explosão de descontentamento popular. (...) D acordo com um antigo hábito, eles tenderão a manter intacta a renda grátis dos Interesses Constituídos a despeito de qualquer descontentamento popular e, em seguida, com a ajuda dos tribunais e do braço militar, acertarão as contas com os descontentes. (...) Como a empresa comercial é o paládio d’A República, é justo que sejam tomadas todas as medidas necessárias para sua salvaguarda”.⁽³³⁾

Como por fim a esse estado de coisas? O desenvolvimento tecnológico, por si mesmo, é incapaz de superar as condições existentes, já que é um dado objetivo da situação o fato de que os Interesses Constituídos dispõem de poder suficiente para controlar o processo de mudança tecnológica podendo, inclusive, estancá-lo ou fazê-lo retroceder caso necessário. Se o determinismo tecnológico não tem força para implantar uma solução satisfatória e automática, isso significa que o *status quo* tenderá a se reproduzir indefinidamente, a menos que os interesses que ele contraria sejam levados a se insurgir contra ele e, impulsionados pelas iniciativas da vontade política, desencadeem um processo revolucionário que culmine com o sepultamento definitivo das instituições capitalistas e a construção de uma ordem social edificada sobre novas bases.

Para Veblen, a sociedade pós-capitalista ainda não existe: ela é um projeto cuja realização requer uma revolução. Como ele próprio faz questão de observar, não há “nenhum nome mais gentil” para designar a transformação que precisa ocorrer: “agora, somente medidas subversivas e extremas podem salvar a população submetida ao crescente desserviço representado pelo governo dos Interesses Constituídos. (...) Não será necessário agitar bandeiras e confrontar armas a menos que, como começa a parecer provável, os guardiões da velha ordem achem preferível esse tipo de coisas”.⁽³⁴⁾ Por seu turno, um movimento revolucionário supõe a mobilização e a organização de uma aliança de forças sociais de tipo muito especial. Em primeiro lugar, a coalizão revolu-

³³ Idem, idem, pp. 16-17.

³⁴ Idem, idem, pp. 154-6.

cionária deve ser capaz de conceber o plano que define a estrutura de uma nova sociedade, na qual as limitações e contradições vigentes seriam suplantadas. Em segundo lugar, ela tem que incluir as classes e grupos essenciais à constituição dessa ordem social superior à existente, equivale a dizer, as classes e grupos que são partes integrantes do processo de emersão histórica do novo sistema industrial e que, por isso mesmo, não têm qualquer compromisso com a preservação das relações sociais e práticas espoliativas do capitalismo perempto. Finalmente, desde o início, a coalizão revolucionária deve marchar sob a liderança do setor apto a assumir o controle do aparelho produtivo e a administrá-lo com vistas à plena utilização dos fatores, à distribuição equitativa de riqueza e à permanente elevação dos níveis de bem-estar coletivo.

Com base nesses critérios, Veblen extrai duas conclusões importantes: 1) os dois componentes principais da coalizão revolucionária são o proletariado industrial e o contingente tecnicocientífico. Ambos engendraram e foram engendrados pelo sistema industrial. Ambos estão congenitamente destinados a acompanhá-lo em sua expansão futura. Para ser vitoriosa a revolução depende da união dessas duas forças. A greve geral, a ser deflagrada pelo contingente técnico-científico no momento oportuno, não significará nada se for apenas um pronunciamento isolado: “sozinhos e por si mesmos os técnicos podem, em poucas semanas, anular a capacidade produtiva da indústria. (...) Mas na medida em que não contarem com o consentimento tolerante da população em geral, respaldada pelo apoio agressivo da força de trabalho industrial (...) eles serão substancialmente impotentes para edificar, sobre novas bases, uma organização produtiva viável”.⁽³⁵⁾ É necessário, por conseguinte, “criar um entendimento comum e um sentimento de solidariedade entre os técnicos e a força de trabalho industrial”.⁽³⁶⁾ 2) Por outro lado, o segundo ponto em que Veblen insiste é o de que o proletariado não tem condições para se colocar na posição de setor hemogênico da coalizão.

Eis como Veblen elabora este ponto: “A mais notória tentativa de criar uma organização viável das forças industriais nos Estados Unidos é, até o momento, a A.F.L. No entanto, é

³⁵ Idem, idem, p. 167.

³⁶ Idem, idem, p. 168.

suficiente mencionar o seu nome para descartarmos a ilusão de que exista algo a esperar (ou temer) em termos de um movimento radical sob o seu comando. Em si mesma, a A.F.L. é um dos Interesses Constituídos, tão pronto quanto qualquer outro a batalhar a favor de sua própria cota de ganho e privilégio. A Federação não foi organizada para a produção, mas para a barganha. Ao mesmo tempo, seria uma fantasia inteiramente quimérica acreditar que essa organização de trabalhadores seria capaz de assumir e gerir qualquer setor apreciável do sistema industrial, mesmo que o seu interesse unilateral em obter privilégios para si própria não impedisse os trabalhadores de se lançarem naquela direção.”⁽³⁷⁾

Na revolução prevista por Veblen, ao proletariado caberia o papel decisivo, embora secundário, de participar do processo de transformação a ser conduzido sob o comando do contingente tecnicocientífico. Esta é a força inequivocamente revolucionária que forma a vanguarda do movimento. “Nenhum passo efetivo na direção de uma virada revolucionária na América, tal que desmonte a ordem estabelecida e desinstale os Interesses Constituídos que atualmente controlam o sistema industrial do país, poderá ser realizado se não for pela iniciativa e sob a direção dos técnicos do país, agindo em comum na base de um plano previamente concertado.”⁽³⁸⁾ “A probabilidade de um Soviet na América é a probabilidade de um Soviet de técnicos.”⁽³⁹⁾ É do contingente tecnicocientífico que provém a inspiração intelectual, a liderança política e, inclusive, os quadros do comando militar que será necessário constituir para “enfrentar a oposição armada dos partidários da velha ordem:(...) na medida em que as operações de guerra tornarem-se atualmente um assunto de natureza substancialmente tecnológica, tanto no que diz respeito à condução imediata das hostilidades, quanto no que se refere às atividades de apoio e abastecimento”.⁽⁴⁰⁾

A posição de vanguarda não é atribuída ao contingente tecnicocientífico, apenas pelo papel que ele está fadado a desempenhar à frente da luta pelo poder. Mais do que isso, o argumento decisivo para dirimir a questão da hegemonia política prende-se ao seguinte dilema: ou os tecnólogos constituem o corpo diretivo da nova sociedade, ou esta não esca-

³⁷ Idem, idem, p. 88.

³⁸ Idem, idem, p. 138.

³⁹ Idem, idem, p. 134.

⁴⁰ Idem, idem, p. 141.

pará a um colapso fatal e irremissível. Tal argumento, por sua vez, é um mero corolário de premissa tecnocrática que, como vimos, concebe o sistema social sob a espécie da perfeição mecânico-matemática. Se a sociedade, no fundo, é um relógio, só é *natural* o poder dos relojoeiros. A união do relógio com o relojoeiro, a instituição do Estado Tecnocrático, é o momento culminante e final do processo revolucionário.

Seja como for, o que distingue Veblen dos demais tecnocratas é a sua visão da sociedade capitalista como um quadro complexo, intrinsecamente contraditório, que só pode ser transformado pela via da luta política e através de um processo conflitivo que não depende, para chegar a seu termo, da simples disposição subjetiva dos indivíduos intelectualmente indignados com o *status quo*. Em outras palavras, a singularidade de Veblen decorre dele ter rejeitado, simultaneamente, tanto o determinismo tecnológico que grassa no pensamento tecnocrático contemporâneo, quanto o voluntarismo subjetivista à la Saint-Simon. Com efeito, Veblen visualizava uma transformação radical, ou seja, verdadeiramente significativa ao nível histórico-estrutural; situava o cerne do processo na confrontação revolucionária entre interesses sociais irreconciliáveis e, finalmente, vinculava o êxito da luta à existência de pré-condições objetivas, na ausência das quais os atos revolucionários se transformariam em gestos quixotescos.

Veblen chegou, inclusive, ao requinte de distinguir dois tipos de pré-condições objetivas da revolução tecnocrática. Por um lado, aquelas que, sendo de natureza estrutural, não dependem direta e imediatamente da vontade humana. Por outro lado, aquelas que, sem deixar de serem objetivas, são de natureza política, ideológica ou organizacional, o que as torna suscetíveis de serem produzidas a partir de iniciativas conscientes e intencionais.

As pré-condições estruturais referem-se, como já vimos, à formação de um sistema industrial caracterizado pela crescente inter-conexão dos seus elementos e pelo fortalecimento do setor constituído pelos especialistas, desprovidos de motivações comerciais e capazes de manejar o sistema nos seus aspectos precipuamente tecnológicos.

Como a vida econômica é administrada segundo critérios irracionais da alocação dos recursos existentes, e o esforço produtivo é submetido às distorções decorrentes das práticas indiscriminadas de sabotagem, torna-se inevitável que sur-

jam, de tempos em tempos, crises econômicas de grande envergadura. Crises de superprodução, acompanhadas de ondas generalizadas de desemprego, podem atingir níveis dificilmente toleráveis pela população e precipitar o momento do colapso final da ordem econômica capitalista. No capítulo seguinte veremos como o movimento tecnocrático inspirado por Veblen, valeu-se da crise dos anos 30 nos Estados Unidos para tentar o assalto ao poder estatal.

As pré-condições políticas e organizacionais foram conceituadas por Veblen a partir do objetivo central da revolução tecnocrática. A derrubada da ordem vigente implica, em última análise, na tomada do poder por um Diretório Técnico e, conseqüentemente, na liquidação dos Proprietários Absenteístas e dos Interesses Constituídos. Tal evento, segundo Veblen, pode se consumir por dois caminhos: ou pela dura e simples abdicação, ou pela desapropriação direta dos meios de dominação. No primeiro caso, os Interesses Constituídos se auto-eliminariam voluntariamente, desde que se vissem forçados a reconhecer, diante de uma crise econômica de proporções gigantescas, que a situação industrial fugia inteiramente ao seu controle. O mais provável, contudo, seria a confrontação prevista no segundo caso, hipótese em que os Interesses Constituídos tenderiam a se defender até o último homem, adotando, inclusive, o recurso à resistência armada.

Trata-se, por conseguinte, de fazer face a essa eventualidade. Para tanto, seria necessário criar pré-condições políticas e organizacionais, que, por um lado, garantissem a vitória das forças tecnocráticas num contexto de luta política generalizada e, por outro lado, permitissem, em prazo relativamente curto, sustar os efeitos da crise e consolidar o poder do novo Estado tecnocrático.

Em uma palavra, a realização dos objetivos revolucionários dependia, em última instância, da potência organizada das classes e grupos interessados na liquidação do sistema de dominação vigente. Para esse efeito Veblen sugeria, entre outras, as seguintes medidas: 1) Mobilizar "os milhares de técnicos espalhados pelo País"; 2) Explicitamente, Veblen refere-se à necessidade de criar "soviets de técnicos". Propunha que os técnicos fossem organizados de forma efetiva, de tal modo que a cooperação entre eles pudesse nascer um plano estratégico conjunto, assim como as unidades táticas responsáveis pela execução prática de missões específicas; 3) Mobilização e organização do apoio ativo da força de trabalho industrial; 4) Promoção de campanhas de publicidade para

conquistar a adesão entusiástica da população em geral; 5) Realizar o cadastramento das forças industriais do país (*industrial survey*). 6) Identificar as linhas de descompasso, desperdício e atrito existentes no sistema e denunciar as causas concretas da má administração da economia; 7) Elaborar e divulgar o esquema de um tipo de gestão praticável, em substituição ao presente controle comercial da economia; 8) Constituir o Estado-Maior das forças revolucionárias, selecionando e recrutando engenheiros e economistas, com base nos critérios de competência técnico-científica e identificação com os valores e objetivos da nova ordem.

Veblen tão pouco esqueceu-se de que, se não fossem criadas pré-condições ideológicas favoráveis, o processo revolucionário não poderia sequer ser iniciado. Como uma prova a mais de sua lucidez, ele encarava esse ponto com pessimismo. No que diz respeito à firmeza das convicções ideológicas, ele simplesmente não acreditava que os tecnólogos já estivessem preparados para participar de uma revolução tecnocrática. Até que ponto estavam eles realmente persuadidos da necessidade de instituir o primado da razão e da técnica sobre os interesses econômicos e políticos das classes? Até que ponto não estavam eles próprios comprometidos com o sistema capitalista, do qual de certo modo participavam como um grupo relativamente privilegiado?

Veblen considerava “que só recentemente os tecnólogos começavam a se sentir incomodamente conscientes de sua classe e a refletir sobre o fato de que constituem juntos o indispensável *staff* geral da indústria. Sua consciência de classe tem assumido a forma imediata de um crescente senso da dilapidação e da confusão envolvidas na gestão da indústria pelos interesses financeiros”.⁽⁴¹⁾ Não obstante, para Veblen era evidente que, em geral, os tecnólogos são eficientemente adestrados para manifestar uma lealdade canina aos princípios e porta-vozes da ordem constituída. Como empregados nas grandes organizações e como cidadãos do Estado nacional, os tecnólogos acostumaram-se a cumprir ordens acreditando na legitimidade dos motivos que as inspiram. Desse processo bem sucedido de socialização, resulta o paradoxo de que a emancipação prometida pela rebelião dos tecnocratas tenha que começar pela transformação da mente escravi-

⁴¹ Idem, idem, p. 71.

zada dos tecnólogos. Segundo a aguda percepção de Veblen, o saber especializado só por si não faz a ninguém um sujeito autoconsciente e autônomo.

No “Memorando sobre a Criação do Soviet de Técnicos”, Veblen é taxativo quanto a indispensabilidade dessa pré-condição subjetiva: “Nas presentes circunstâncias não é necessário ter qualquer medo, ou qualquer esperança, de um efetivo transtorno revolucionário na América (...) Nenhum passo decisivo pode ser dado a não ser pela iniciativa e sob a direção dos técnicos do país. (...) Como é notório, nenhum passo dessa natureza foi dado até o momento, nem existem evidências de que algo desse gênero esteja sendo cogitado pelos técnicos. Eles ainda são consistentemente leais, com uma lealdade que ultrapassa a de um homem-alugado, à ordem constituída do lucro comercial e da propriedade absenteeista.”⁽⁴²⁾

Esse mesmo tipo de limitação ideológica, esse mesmo espírito acomodado e conformista fundado numa profunda alienação da consciência individual e coletiva, também caracterizava, segundo Veblen, a massa da população: “em virtude de um hábito enraizado, a população americana é incapaz de perceber um caminho que não esteja entregue à responsabilidade dos homens de negócio; ao mesmo tempo, o passo revolucionário a ser dado só pode ter êxito se implicar na exclusão dos homens de negócio de todas as posições de responsabilidade. A deferência sentimental do povo americano à sagacidade dos homens de negócio é massiva, profunda e alerta. De tal modo que será necessário uma experiência dura e prolongada para removê-la”.⁽⁴³⁾ Ademais, as massas populares não apenas resistem a romper seus vínculos de subordinação com a burguesia, como também relutam em aceitar a nova liderança tecnocrática. Por conseguinte, do ponto de vista das pré-condições ideológicas, a situação prevalecente é duplamente desfavorável: por um lado, o sistema dominante beneficia-se de uma relação estável com o conjunto da população; por outro lado, a construção da coalizão das forças revolucionárias esbarra na resistência ativa das massas que se recusam a ingressar num sistema de alianças em que os tecnólogos constituem o setor hegemônico: “o sentimento popular não tolerará que a responsabilidade seja assumida pelos técnicos, os quais são concebidos, na percepção popular,

⁴² Idem, idem, p. 238.

⁴³ Idem, idem, p. 156.

como uma espécie de irmandade fantástica de excêntricos superespecializados, que não são confiáveis quando estão longe do alcance da vista, a menos que se achem contidos pela mão de seguros e sadios homens de negócio. (...) Por ora, a propriedade absenteísta está a salvo. (...) ⁽⁴⁴⁾ O senso econômico-moral da comunidade americana orienta-se inequivocamente no sentido de que a propriedade absenteísta é fundamental e eternamente boa e justa. (...) Apesar de tudo, a propriedade absenteísta é o ídolo de todo verdadeiro coração americano". ⁽⁴⁵⁾

Como pensador tecnocrático, Veblen foi arguto e consistente, não só ao analisar a sociedade do seu tempo e identificar os mecanismos de transformação que seria necessário acionar: ele manteve o mesmo alto nível teórico ao conceber o modelo da sociedade futura. Crítico no diagnóstico, revolucionário na estratégia, realista na tática e conseqüente no prognóstico, Veblen criou um paradigma de pensamento tecnocrático nunca antes alcançado, nunca depois igualado.

Com efeito, a contribuição de Veblen para a conceituação da sociedade tecnocrática típica-ideal não deixa nada a dever à sua análise da transição do capitalismo para a tecnocracia. Em primeiro lugar e acima de tudo porque, ao contrário dos seus antecessores e sucessores, ele foi capaz de pensar a tecnocracia no seu sentido mais profundo, ou seja, não como um capitalismo disfarçado que não ousa dizer seu nome, mas como modo tecnocrático de produção.

Na realidade, Veblen tinha em mente todo um novo sistema de instituições destinadas a tomar o lugar e substituir integralmente os mecanismos capitalistas de produção e distribuição da riqueza. A título de ilustração, basta mencionar os seguintes aspectos analisados por Veblen. O novo sistema econômico não se destinava à produção de mercadorias e à realização de lucro privado: suas motivações estariam fundadas no espírito de racionalidade e eficiência tecnológica, e os objetivos da produção teriam em vista a multiplicação dos valores de uso em benefício do bem-estar geral da coletividade. "Os estímulos para a acumulação privada da riqueza à custa da comunidade virtualmente desaparecerão" na medida mesma em que "os bens industrialmente úteis deixarão de servir aos propósitos da propriedade". ⁽⁴⁶⁾

⁴⁴ Idem, idem, pp. 150-1.

⁴⁵ Idem, idem, p. 161.

⁴⁶ Idem, idem, pp. 157-8.

Entre os deveres e os poderes do novo Estado Tecnocrático incluem-se: a alocação adequada dos recursos visando o pleno emprego das fontes de energia, dos equipamentos, de mão-de-obra e das matérias primas disponíveis na economia; a eliminação dos desperdícios das riquezas existentes, assim como a anulação do trabalho inutilmente duplicado; o fornecimento equitativo e adequado de bens e serviços ao conjunto dos consumidores, com a conseqüente extinção das atividades estéreis de publicidade e promoção de vendas, que encontram na "elevação do custo de venda o remédio para a subprodução".⁽⁴⁷⁾ Para que esses objetivos possam ser atingidos, a economia monetária será inteiramente abolida, sendo substituída por um novo sistema em que os preços seriam calculados segundo os métodos da contabilidade de custos. Ademais, todo o sistema de transporte passará ao controle das autoridades tecnocráticas constituídas, as quais efetuarão, diretamente e segundo critérios estritamente técnicos, a repartição e a distribuição do produto nacional. Vale lembrar que o novo modo de produção não supõe a existência de nenhum tipo de rede mercantil dedicada à comercialização da produção.

A um tal ponto era evidente para Veblen a natureza anticapitalista de uma sociedade verdadeiramente tecnocrática que nem sequer escapou-lhe a sutileza de ver no engenheiro e não no economista, o tecnocrata por excelência. Hoje em dia, quando falamos em tecnocratas, pensamos preponderantemente em economistas. Isso, da perspectiva de Veblen, é um péssimo sinal. "Não se pode dizer" sustenta Veblen, "que a profissão de economista seja constituída principalmente por (...) homens qualificados para serem chamados de Economistas de Produção. (...) Por tradição e por força da presença capitalista, os economistas têm habitualmente se dedicado à indagação teórica relativa aos meios e modos concernentes ao comércio, ao tráfego financeiro e à distribuição da renda e da propriedade, e não ao estado do sistema industrial considerado em termos dos meios e modos de produzir bens e serviços."⁽⁴⁸⁾ Assim é que, em lugar de sentir o horror que os pseudotecnocratas de hoje manifestam pelos cientistas sociais, Veblen preferiu denunciar a farsa que resultaria da inclusão de meros economistas burgueses nas hostes tecnocráticas.

⁴⁷ Idem, idem, p. 111.

⁴⁸ Idem, idem, pp. 144-5.

Do que foi até aqui exposto, deduz-se que Veblen distingue as diferentes acepções em que o termo tecnocracia pode ser empregado. Com efeito, tal como tentamos demonstrar em outro trabalho, ^(48-A) “tecnocracia” é uma expressão que pode ser usada para denotar fenômenos de distinta natureza. Em princípio, “tecnocracia” pode ser o nome com o qual designamos um modo de produção, um regime político, uma força sócio-política concreta ou, até mesmo, uma ideologia. Veblen manteve-se o tempo todo atento a essa multiplicidade de sentidos que o termo comporta. Assim é que para ele “tecnocracia” significa, em primeiro lugar, um modo específico de produção, perfeitamente distinguível do capitalismo, por um lado, e do socialismo, pelo outro. Nas páginas anteriores, tivemos igualmente a oportunidade de indicar que ele também pensou a tecnocracia como uma força social concreta, integrada num sistema de alianças políticas do qual participam outros grupos e organizações. Como vimos, ele recusou-se a conceber idílica ou abstratamente a participação dos tecnocratas na luta pelo poder estatal. Pensou-a, ao contrário, em termos reais, atribuindo aos tecnocratas um papel efetivo como agentes materiais de um processo de mudança social, como um grupo politicamente organizado, dotado de uma perspectiva histórica própria e que, concretamente, se esforça por articular uma frente única revolucionária com os demais setores da sociedade interessados na subversão da ordem vigente.

Por fim, resta-nos considerar que características Veblen reputava indispensáveis à constituição de um regime político de tipo tecnocrático. Para começar, note-se que Veblen corretamente atribuía a esse regime um sistema de crenças específico. Entre os valores básicos que dariam sentido e unidade ao funcionamento da nova ordem política, ele destacava, em primeiro lugar, a crença no primado da razão e da técnica sobre os interesses materiais das classes, dos grupos e das instituições civis ou estatais como a Igreja, as Forças Armadas, a burocracia, etc . . . Em segundo lugar, Veblen enfatizava a necessidade de uma ruptura das lealdades que implicam na subordinação dos tecnólogos aos interesses estranhos ao mundo da ciência e da técnica. A esse respeito as suas preferências tecnocráticas não o impediam de ser suficientemente arguto, para notar que um dos impecilhos pa-

^{48-A} Martins, Carlos E., *Tecnocracia e Capitalismo*, Ed. Brasiliense, 1974.

ra a criação da nova ordem reside justamente no fato de que os técnicos revelam “mais do que uma lealdade de homem alagado à ordem estabelecida”.

Em terceiro lugar, Veblen destacava, como elemento valorativo indispensável, a cristalização de um interesse comum em torno das seguintes orientações culturais: eficiência produtiva, utilização econômica dos recursos, distribuição equitativa da produção destinada ao consumo final, valorização do ideal de serviço inerente ao exercício condigno da autoridade profissional e, finalmente, o ideal de empreender uma aventura não-lucrativa em prol da maior racionalização da vida econômica, social e política.

Quanto à estrutura da autoridade, Veblen previa a eliminação das formas republicanas de governo e a sua substituição por um Diretório Central em cujas mãos se concentraria o poder político supremo, sendo que esse Diretório assumiria a forma de um Conselho Executivo tripartido ao longo das seguintes linhas funcionais: a) Engenharia de Recursos ou de Produção; b) Sistema de Comunicações; c) Distribuição de Serviços e Produtos. Naturalmente, Veblen refere-se aqui à supressão dos órgãos de representação popular, porque o regime político que tinha em mente substituir era a república liberal norte-americana. Se estivesse vivendo numa sociedade dominada por um regime político teocrático, logicamente, presumiria a substituição das instituições políticas de inspiração eclesiástica, da mesma forma que o seu Diretório Central passaria a ocupar o lugar dos órgãos controlados pelas forças armadas, caso estivesse analisando a passagem de um regime militarista para um regime tecnocrático.

Para garantir a eficiência e presteza ao processo de tomada de decisões, a autoridade teria que ser estruturada de modo a maximalizar a concentração e a centralização do poder governamental. Daí resultaria, entre outras coisas, uma limitação drástica no número de posições ao nível do Diretório Central, assim como a redução em número e em importância dos poderes regionais ou setoriais que pudessem concorrer com o poder central. As distorções, porventura decorrentes desse arranjo estrutural, seriam compensadas pela multiplicação de *staffs* técnicos, que cumpririam as mais variadas funções de assessoria junto às autoridades constituídas.

A efetivação da autoridade pública seria, no fundamental, limitada por duas ordens de direitos. Em primeiro lugar,

graças à criação de um sistema institucional de consultas, aos porta-vozes acreditados dos diferentes setores da economia (produção, comunicação e distribuição) seria conferido o direito político de apresentar demandas específicas a serem atendidas pelos órgãos governamentais. Em segundo lugar, caberia aos cidadãos em geral o direito social de serem respeitados pelo governo objetivos como: a correta alocação dos recursos, incluindo o emprego pleno e bem proporcionado, tanto dos equipamentos quanto da mão-de-obra; a eliminação do desperdício de riquezas sociais, assim como a abolição das duplicações inúteis de trabalho; fornecimento suficiente e equitativo dos bens e serviços destinados ao consumo do público em geral.

Finalmente, quanto ao processo de formação da autoridade, Veblen destacava os seguintes pontos. Em primeiro lugar e por definição, a condição *sine qua non* para ocupar posições de autoridade seria a de ser membro do contingente tecnicocientífico, condição essa que tanto mais se aplica quanto maior é o poder associado a cada posição. Em segundo lugar, o colégio eleitoral seria formado pelos círculos de elite do contingente tecnicocientífico o que, por sua vez e em terceiro lugar, permitiria que o processo de seleção dos governantes se desse não em termos de representação democrática, mas em termos de co-optação profissional. Esta poderia envolver, inclusive, processos de auto-seleção e auto-recrutamento por parte das personalidades eminentes do estabelecimento tecnicocientífico, em função dos princípios e ideais definidos no sistema de crenças do regime. O caráter antidemocrático de tais mecanismos seria amplamente contrabalançado pelo espírito de unidade que eles imprimiriam ao trabalho de equipe a ser realizado pela elite dirigente.

Eis aí como procede um cientista social empenhado em levar a sério os deveres de seu ofício. Por mais que discorde das teses políticas propostas por Veblen, é forçoso reconhecer que, ao contrário dos seus sucessores e por razões que serão explicitamente discutidas em capítulo posterior, ao tratar de descrever um regime político tecnocrático ele não se deixou confundir, nem procurou confundir a quem quer que seja, com a hipótese de que tal regime possa ser retratado por situações em que a autoridade do estabelecimento tecnicocientífico é abafada ou marginalizada pelos votos populares ou pelas baionetas, pelos *bureaux* ou pelas batinas, pela força de um partido político ou pelos privilégios de qualquer aristocracia que não seja a razão tecnicocientífica.

CAPÍTULO IV

A TECNOCRACIA EM GALBRAITH

Neste capítulo, certos aspectos da obra de Galbraith, em si mesmos relevantes para o nosso tema, serão deixados de lado. Como não poderia deixar de ser, nosso propósito não é o de reproduzir o pensamento do outor na íntegra, mas tão somente situar sua obra no conjunto da produção tecnocrática.

No essencial, desejamos estabelecer a hipótese de que, na evolução do pensamento tecnocrático, a contribuição de Galbraith é representativa de uma fase em que a postura tecnocrática tornou-se eminentemente ideológica, diferenciando-se por um lado, tanto do idealismo reformador de Platão, quanto das aspirações utópicas de Saint-Simon e, por outro, das pretensões científicas de Veblen.

De fato, para Galbraith não se trata, como em Saint-Simon, de esperar que a classe dirigente reconheça a sua incompetência e entregue o poder aos sábios. Nem se trata, tão pouco, de organizar os técnicos para a luta política pela tomada do poder, como em Veblen. Para Galbraith, nada disso precisa ser feito: o objetivo já foi atingido, o poder pertence aos técnicos e, conseqüentemente, vivemos numa sociedade tipicamente tecnocrática. Em síntese, a tecnocracia é o real; vale dizer, o capitalismo está morto.

Como se isso fosse pouco, acrescenta-se que, de quebra, o socialismo agoniza. A tecnocracia não só é a realidade, como essa realidade não reconhece as fronteiras que separam os diferentes sistemas sócio-econômicos: onde quer que se instale a tecnologia moderna, mais cedo ou mais tarde o poder tecnocrático assume o comando supremo. Nesse particular, Galbraith se comporta como um autêntico determinista tecnológico: o que se passa na superestrutura assim como na base econômica da sociedade pode ser explicado, quase que por dedução, a partir das mudanças ocorridas ao nível do

aparelhamento tecnológico. Daí resulta, como corolário, a tese de que a tecnologia atual, dita avançada, deve ser vista como a irmã xipófaga do tecnocrata: quem se casa com ela pode naturalmente desfrutá-la, mas não fora da vista do irmão, nem muito menos como chefe da família. Nessas condições, assim como aconteceu com o capitalismo, o socialismo também não tem escolha: ou permanece economicamente atrasado ou, tecnologizando-se tecnocratiza-se.

A estrutura do livro *O Novo Estado Industrial* constitui, sem dúvida alguma, uma contundente revelação do caráter ideológico do pensamento de Galbraith. Em síntese, a obra é constituída por três ondas sucessivas de argumentação. Como se fora uma trilogia em que a tese tecnocrática é primeiro afirmada como estado presente e, em seguida, negada, mas isso apenas para ser finalmente recuperada como estado futuro perfeito e acabado. Em outras palavras, trata-se de uma peça em três atos em que o herói do primeiro ato sofre uma derrota no segundo apenas a título de truque dramático para que seu valor seja devidamente realçado no terceiro e último ato. Em conformidade com esse esquema, a primeira parte é dedicada à demonstração de que, em qualquer sociedade tecnologicamente avançada, o poder real pertence de fato, ainda que não de direito, aos tecnocratas instalados nas grandes organizações públicas e privadas. A segunda parte do livro dedica-se a identificação de alguns (não todos, nem os mais importantes) males decorrentes da forma específica de organização social anteriormente descrita. Finalmente, a terceira parte coloca a pergunta: o que fazer? Ora, dado que a primeira onde de argumentos estabelece, via determinismo tecnológico, o caráter real, inevitável e inelutável da dominação tecnocrática, o jogo na terceira parte desenrola-se sem surpresas. Com as cartas marcadas de antemão, só existe uma única resposta para a pergunta a respeito do que fazer: para os males decorrentes da tecnocracia, o único remédio disponível é *mais tecnocracia*. Em outras palavras, o *status quo* é denunciado em seus aspectos negativos (aspectos esses cuidadosamente selecionados para que não se pense que o capitalismo é a natureza do *status quo*) não para demonstrar a necessidade de uma luta política anti-*status quo*, mas para reclamar o aperfeiçoamento da ordem vigente. Assim temos que os males existentes em primeiro lugar não decorrem do capitalismo, uma vez que este já não existe e, em segundo lugar, não decorrem tão pouco da tecnocracia, mas do fato de que o quadro tecnocrático,

a despeito da evolução ocorrida, ainda não está completo: é preciso integralizá-lo por meio de uma redistribuição do poder que aumente a participação do “estabelecimento educacional e científico” no processo de tomada de decisões.

Em resumo, a obra é constituída por esses três argumentos: 1.º Vivemos numa sociedade tecnocrática. Isso é um fato, um progresso e um bem; 2.º Os críticos apontam certos inconvenientes nessa ordem. Com a ressalva de que a consideramos essencialmente boa e não vemos qualquer substituto possível para ela, concordamos com as críticas e, inclusive, como prova de que não somos reacionários obtusos, as endossamos e nos dispomos a tomar as providências cabíveis no caso; 3.º Já que a tecnocracia é em si mesma um bem, eis a solução: o que falta é mais da mesma coisa. Precisamos aprofundar o processo de tecnocratização em curso e levá-lo as suas últimas conseqüências, integrando a universidade (com o máximo de estudantes que for possível) no sistema dominante.

Na exposição que se segue, examinaremos de *per si* cada um desses momentos do livro de Galbraith. Começando pela ordem, vejamos como se desenrola o primeiro ato.

O ponto de partida de Galbraith é a idéia de que o extraordinário progresso tecnológico experimentado no decurso do presente século, provocou efeitos essencialmente decisivos na organização da vida econômica e política. As transformações operadas ao nível das forças produtivas não foram, segundo Galbraith, mudanças corriqueiras que contribuíram apenas para o avanço de um mero progresso linear. Ao contrário, o que houve foi uma verdadeira revolução tecnológica. Diante desse evento, as organizações econômicas modernas, assim como o Estado, não tiveram outra alternativa senão a de adaptar-se à nova realidade e, com esse movimento, completaram o quadro de um transformação global da sociedade. O caráter inédito da nova tecnologia manifestase nas condições a serem atendidas para que ela possa ser proveitosamente empregada. Tais condições distinguem-se pelas seguintes peculiaridades: em primeiro lugar, elas têm necessariamente que ser satisfeitas, uma vez que são imperativos de natureza objetiva, dos quais depende o êxito ou o fracasso dos empreendimentos modernos; em segundo lugar, é impossível satisfazê-las sem passar para as mãos dos técnicos a parcela mais substancial do poder de comando empresarial e político. Exemplo disso é o fato de que, devido a uma exigência de caráter intrínseco, a nova tecnologia re-

quer a infusão no processo econômico de um volumoso e diversificado fluxo de conhecimentos tecnicocientíficos. Por outro lado, ela não se contenta com contribuições cognitivas esporádicas e assistemáticas. Ao contrário, requer a organização de *staffs* interdisciplinares, constituídos em caráter permanente e aptos a funcionar como sistemas integrados e operacionais. Desse imperatvivo resultaria a inevitável instituição do trabalho de comitês compostos de especialistas, o que constitui um novo padrão organizacional substitutivo das formas tradicionais de liderança técnica individual.

Em qualquer de seus aspectos, a nova tecnologia é vista como prenhe de conseqüências tecnocráticas. Assim é que, por exemplo, o seu alto grau de complexidade e sofisticação torna necessário o transcurso de prazos consideravelmente longos para a maturação de qualquer projeto importante. Por sua vez, o prolongamento temporal do ato de produzir acarreta uma série de implicações. Entre estas destaca-se a valorização dos especialistas, na medida mesma em que eles constituem justamente o setor da organização de cuja *performance* mais depende a variável tempo.

Paralelamente, a tecnologia avançada exige o comprometimento de grandes massas de capital, não só para fazer face aos novos custos representados pelo tipo especial de mão-de-obra, equipamentos e insumos que ela requer, como para atender aos novos encargos decorrentes da complexidade organizacional, da inflexibilidade dos programas de trabalho e do ampliado lapso de tempo que distancia a concepção do projeto da obtenção do produto vendável. Juntos, esses requisitos supõem empresas de grande porte e, mais do que isso, a autonomia financeira que se expressa num elevado grau de independência com respeito às fontes externas de suprimento de capital. Mais uma vez, essas características contribuem para reforçar o *status* dos técnicos e especialistas no interior da organização. Obviamente, se pela mão da nova tecnologia a empresa se torna uma unidade gigantesca e auto-suficiente, fora do alcance dos grupos econômicos externos, e se, por outro lado, ela não tem um "dono capitalista" interno, é inevitável que os técnicos tornem-se elementos de suma importância estratégica. Em semelhante contexto quem mais estaria, a não ser eles, em condições de responsabilizar-se pela sobrevivência e expansão da organização?

Numa época tecnologicamente menos avançada, a atividade de planejar poderia ser considerada útil sem, no entanto, chegar a ser essencial. A nova tecnologia, no entanto, im-

põe a indispensabilidade do planejamento. Como planejar é decidir e os planejadores são os técnicos, tudo se passa como se a nova tecnologia levasse os técnicos a ocupar os centros de decisão. É bem verdade que, com respeito a esse ponto, Galbraith conceitua a passagem da tecnologia à tecnocracia em termos da mediação representada pela instituição do mercado. Em outras palavras, em lugar de uma simples ilação linear, ele vê um processo que se desdobra envolvendo ações recíprocas entre diversos elementos constitutivos de um mesmo sistema de relações. Assim é que as características desenvolvidas pela nova tecnologia tendem a eliminar as condições necessárias ao funcionamento de um mercado competitivo e, na medida em que os mecanismos de mercado tornam-se inoperantes, ganham importância as atividades de planejamento no bojo das quais verifica-se a ascensão política dos técnicos.

Não obstante, a análise de Galbraith permanece incrivelmente superficial. Na verdade, ele satisfaz-se com a idéia de que o mercado, tal qual é descrito nos compêndios de economia liberal, constitui a alma do sistema capitalista. Ao afirmar que a nova tecnologia destrói essa entidade central ele, *ipso facto*, imagina ter demonstrado que o caminho está livre para a constituição de uma sociedade tecnocrática. Em outras palavras, é por causa da tecnologia avançada por elas empregada que as grandes organizações modernas precisam ser gigantes econômicos e, mais do que isso, necessitam controlar os mercados e manipular os consumidores de modo a vender suas mercadorias nas quantidades e a preços convenientes. Pelos mesmos motivos, também têm que controlar o fornecimento de matérias-primas, equipamentos e mão-de-obra de tipos e preços adequados; finalmente, é igualmente indispensável assegurar, por meio da colaboração do Estado, um fluxo e uma distribuição de renda capazes de garantir uma demanda global, cujo nível e cujo perfil nada deixem a desejar. Tudo isso requer planejamento e todo planejamento requer técnicos planejadores.

Temos, assim, que cada aspecto da nova tecnologia encerra uma nítida implicação tecnocrática. Essa é a estrutura do argumento apresentado na primeira parte do *Novo Estado Industrial*: um salto imediato e automático da tecnologia à tecnocracia. Em outras palavras, Galbraith proclama, sem o mínimo pejo, o sofisma que Veblen, com o máximo escrúpulo, procurou incansavelmente evitar. De fato, a análise que Galbraith faz da “nova tecnologia” é essencialmente idêntica à análise do “sistema mecânico” feita por Veblen, para

não falarmos da concepção *Saint-Simon* sobre a natureza do “sistema industrial”. No fundo, trata-se da mesma idéia: conceber o mundo das forças produtivas como se fosse um mecanismo de precisão, de natureza objetiva, regulado por leis universais de caráter tecnicocientífico e dotado de um potencial produtivo que só vem à luz por obra da sapiência dos especialistas, dado que estes são os únicos seres humanos que “entendem” o sistema. Em última análise, a tecnologia só tem afinidades com os tecnólogos: são eles que conhecem os seus segredos, satisfazem as suas necessidades, compreendem os seus caprichos, adivinham os seus sonhos, obedecem as suas ordens e alimentam a sua fome de auto-desenvolvimento. Tudo isso *Saint-Simon* já tinha visto e muito mais do que isso *Veblen* enfatizara.

Embora quando dito seja óbvio, nem sempre é notado que a relação entre tecnologia e tecnólogos é puramente tautológica. Na verdade, os laços que para *Veblen* e *Galbraith* unem os tecnólogos à tecnologia encontram-se inteiramente contidos na própria definição de tecnologia. Tais vínculos nada têm de novo. Eles existem sempre, seja qual for o nível de desenvolvimento tecnológico que se considere: uma boa cozinheira é tão perita na cozinha quanto o é um bom microbiologista no laboratório. Daí não se infere que, por causa da vinculação com o objeto de sua prática profissional, a cozinheira manda na casa ou o microbiologista manda na sociedade.

Platão, *Saint-Simon* e *Veblen* presumiam que o melhor governo seria o governo dos competentes. Mas afirmavam essa posição como um ideal a ser alcançado e não como se fosse a descrição de uma situação de fato existente. *Veblen*, como vimos, foi taxativo a esse respeito. Para ele, o vínculo entre a tecnologia e os tecnólogos fornecia a base objetiva para fundamentar uma norma prescritiva: dado que existe o vínculo, a sociedade *deve ser* organizada em termos de um Estado Tecnocrático. Ao contrário de *Galbraith*, ele não utilizou o referido vínculo como elemento de prova para “demonstrar” que a sociedade foi tecnocratizada. *Veblen* fez justamente o oposto: a existência do vínculo fornecia-lhe uma base para a crítica e a rejeição do padrão prevalecente na organização atual da sociedade.

Com *Galbraith*, ao contrário, da análise da tecnologia já se passa diretamente a conclusões tecnocráticas. Os *staffs* técnicos, por imposição da tecnologia, assumiram o controle das posições de comando efetivo; aos antigos dirigentes são

reservados apenas os cargos meramente honoríficos que continuam existindo (sem que ninguém saiba porque) na hierarquia formal das organizações. Presidentes, vice-presidentes, membros das juntas diretoras, chefes de divisões e departamentos foram convertidos, tanto pela solenidade, quanto pela ineficácia de suas atribuições, ao mesmo papel simbólico que os pequenos proprietários de ações desempenham nas assembléias de acionistas. Tantos uns, quanto outros, conservaram o direito de emitir suas opiniões nas várias cerimônias expressamente organizadas para esse fim. Além das aparências, nada indica que os figurões sejam capazes de alterar o curso natural das coisas. O poder supremo, o poder dispositivo pertence aos técnicos. Só depois de terem decidido entre eles a respeito de tudo que há de importante a deliberar e que os técnicos dão a palavra a seus superiores hierárquicos.

“A participação efetiva não se relaciona estreitamente com a hierarquia formal da organização. É preciso um certo esforço de imaginação para compreender isto. Todos somos influenciados pelo estereótipo do organograma administrativo das empresas (...) Assumimos que o poder vem do vértice para baixo. Os que estão no alto dão ordens; os que estão embaixo as passam adiante ou obedecem. Isto de fato acontece, mas somente em organizações muito pequenas, como num grupo de escoteiros. Nas grandes, as decisões requerem informação. Algum poder passa então para pessoa ou pessoas que têm esta informação. Se esse conhecimento for altamente específico destas pessoas, seu poder torna-se então muito grande⁽⁴⁹⁾ (...) Aqueles que ocupam uma posição formal elevada numa organização, exercem apenas modestos poderes de decisão substantiva. Isto não significa que eles estejam inteiramente desprovidos de poder (...) Decidir e ratificar são coisas freqüentemente confundidas. A primeira é importante; a segunda não.⁽⁵⁰⁾ Complexos dossiês, repletos de dados, são submetidos à junta de diretores. Concede-se tempo para estudos. Recomendações são anexadas. Dada a extensão e o caráter coletivo dos preparativos, rejeitá-los seria impensável. A junta, não obstante, fica com a impressão de que tomou uma decisão.”⁽⁵¹⁾

A tecnocratização ao nível micro manifesta-se com o mesmo ímpeto ao nível macro. No plano da sociedade o poder é igualmente transferido de seus antigos detentores — a velha burguesia financeira e industrial — para os coveiros

⁴⁹ Galbraith, J. K., *The New Industrial State*, pp. 76-7, The New American Library, 1967, N. Y.

⁵⁰ *Idem*, *idem*, pp. 80-1.

⁵¹ *Idem*, *idem*, p. 94.

de todo e qualquer interesse privado — as novas elites tecnocientíficas. Semelhante revolução é descrita nos seguintes termos:

“O poder vai para o fator de produção que é mais difícil de obter ou mais difícil de substituir. Em linguagem precisa ele adere ao fator com mais inelasticidade de oferta na margem (...) Numa certa época, se alguém tinha terra, o capital e o trabalho podiam ser prontamente obtidos (...) Na época do capital, a terra encontrava-se prontamente disponível nas pequenas proporções requeridas pela empresa industrial. O trabalho continuava a ser abundante (...) O capital conferia poder na empresa, e em consequência na sociedade (...) No sistema industrial, embora o capital seja usado em grandes quantidades, ele passa a ser, pelo menos em épocas de paz, ainda mais abundantemente fornecido (...) Ao mesmo tempo os requisitos da tecnologia e do planejamento aumentaram visivelmente a demanda de talento especializado (...) A simples posse do capital normalmente não mais garante que o talento requerido possa ser obtido e organizado. É de se esperar, portanto, que tenha ocorrido um novo deslocamento do poder na empresa industrial, do capital para a inteligência organizada. É de se esperar igualmente, que esse deslocamento reflita-se na distribuição de poder na sociedade global. Isto de fato ocorreu (...) Trata-se de uma ocorrência dos últimos 50 anos, que ainda prossegue.”⁽⁵²⁾

Como as decisões requerem informação, “o poder passa para as pessoas bem informadas”. Isso é o máximo que Galbraith consegue pensar sobre o problema do poder na sociedade capitalista. Veblen dedica-se ao minucioso exame de todas as mediações necessariamente envolvidas na passagem histórica concreta do saber ao poder: o modo de produção, o regime político, o sistema de alianças, a consciência de classe, a organização política dos técnicos, a resistência, inclusive militar, dos interesses constituídos, a estratégia e as táticas de luta, as pré-condições fornecidas pelas crises estruturais e conjunturais do sistema dominante, as dificuldades a serem vencidas para manter e consolidar o poder estatal depois que este tenha sido conquistado. Tudo isso é pura e simplesmente ignorado por Galbraith. O pior, entretanto, é que tamanha negligência não pode ser justificada pela simples falta de informação. Nenhum autor tem o direito de menosprezar a esse ponto os teóricos que o antecederam, sem incorrer no risco de ser considerado cientificamente irresponsável e moralmente desonesto.

⁵² Idem, idem, pp. 67-8.

De fato, com Galbraith o pensamento tecnocrático não se apresenta como tragédia, comédia ou melodrama e sim como uma farsa das mais grotescas. Como ideólogo do capitalismo monopolista, a única coisa que o preocupa é contestar as teses dos economistas iguais a ele em matéria de persuasão burguesa que, por inércia, continuaram a defender a ideologia do capitalismo liberal. Esse é o alvo de Galbraith. Por isso ele não vê a necessidade de confrontar-se com os demais teóricos da tecnocracia, nem a necessidade de indicar os fatos que comprovem o que afirma (nos capítulos seguintes veremos como os estudos empíricos refutam as teses de Galbraith), nem a necessidade de formular suas idéias em termos teoricamente relevantes. Como exemplo desse último ponto basta lembrar que Galbraith não se refere, em nenhum momento, a nada que se pareça com uma teoria do capital. A oposição entre tecnoestrutura e capital permanece, assim, rigorosamente indeterminada do ponto de vista teórico. Conseqüentemente, não chega a ser conceitualizado e muito menos explicado, o processo pelo qual são abolidos e superados os princípios que governam o funcionamento das sociedades capitalistas. Como não podia deixar de ser, tais deficiências se manifestam em uma série de pontos como, por exemplo, na confusão elementar entre as noções de planejamento centralizado, planejamento indicativo e previsões da firma. É claro que a programação capitalista de tipo indicativo não modifica, nem pretende modificar, as condições de produção e repartição existentes. Como elementos de uma totalidade organizada em função da lógica do capital, ela se coaduna com as demais estruturas e processos capitalistas e não só não transcende as relações de produção e da apropriação que definem a natureza do sistema, como, ao contrário, nelas se baseia. Ao falar de planejamento de um modo inteiramente inqualificado, Galbraith simplesmente omite essa e outras questões igualmente essenciais. O que ele diz é apenas que a tecnologia moderna requer a prática do planejamento. Sendo assim, conclui ele, como se isso fosse tudo, os técnicos decidem todas as questões fundamentais da sociedade industrial avançada.

Outra inconsistência notável surge de sua alegação de que os interesses capitalistas perdem seu caráter imperativo na medida em que a maximização dos lucros deixa de ser a motivação suprema da atividade empresarial. Na verdade, nos termos em que a propõe, tal alegação não passa de uma petição de princípios. Não tem sentido requerer maximiza-

ção dos lucros depois de ter afastado a hipótese do mercado competitivo perfeito: o próprio desaparecimento desse modelo provoca automaticamente a queda daquele requisito. Se assim é, não só não cabe à tecnoestrutura o mérito de haver abolido o motivo de maximização como, ao contrário, o fato de não perseguir esse objetivo em caráter prioritário indica que ela faz parte do capital e se curva às suas exigências. Dadas as novas condições criadas pela concentração monopolista, o permanente alargamento das dimensões e dos horizontes da firma, a qual se concebe como fonte do lucro futuro, torna-se o fim supremo ao qual os demais devem ser subordinados. Ao sacrificar o lucro máximo em favor dos objetivos de expansão, a tecnoestrutura se comporta como a simples assessoria técnica, que de fato é, demolindo preconceitos anacrônicos para prestar um serviço, louvável por seu acerto e oportunidade, aos genuínos imperativos do capitalismo hodierno.

A ausência de uma teoria do capital é sem dúvida a grande deficiência da obra de Galbraith. Por ser incapaz de descrever e explicar o processo do capital, Galbraith se vê forçado a refugiar-se no determinismo tecnológico. Na medida em que assume essa posição, escapa-lhe o princípio essencial segundo o qual o processo da produção é um processo social, em consequência do que as forças produtivas são, elas próprias, produtos sociais e históricos. Na realidade, o capital é uma relação de dominação que se desenvolve num contexto de oposição e de luta entre exploradores e explorados. Assim sendo, não tem sentido a descrição neutra que vê na tecnologia a causa da acumulação capitalista. Ao contrário, é o processo de acumulação que determina o desenvolvimento das forças produtivas, em conformidade com as condições históricas que especificam e concretizam o referido processo. O aperfeiçoamento da base tecnológica da produção se dá em função do fato de que a capacidade produtiva constitui um instrumento de exploração, e como tal é manejada de acordo com as necessidades de extração do mais valor que permite a auto-expansão do capital. Daí decorre que, em síntese, o sistema em que vivemos não é o que é porque a tecnologia que empregamos é ultra-avançada. Ao contrário, essa tecnologia foi criada e desenvolvida justamente para que o sistema pudesse continuar a se reproduzir tal qual é.

Nos termos de uma classificação recentemente proposta por Sweezy, Galbraith pertenceria à categoria dos economis-

tas burgueses heterodoxos. É curioso constatar, entretanto, que a posição de Galbraith é dificilmente sustentável mesmo quando a consideramos a partir da estreita perspectiva de análise que caracteriza esse agrupamento. Veja-se, por exemplo, o que acontece quando o comparamos com Burnham. Para começar, notemos que, se de fato existe o Estado tecnocrático imaginado por Galbraith, isso significa que a famosa Revolução dos Gerentes descrita por Burnham já se extinguiu. A crer no que Burnham e Galbraith dizem, torna-se necessário admitir que, pelo menos nos Estados Unidos, ou seja, pelo menos na principal potência capitalista contemporânea, em nada mais de três décadas, o sistema capitalista foi duas vezes superado, uma vez pelos Gerentes, outra vez pela Tecnoestrutura.

De fato, Burnham sustenta a tese de que os Gerentes a partir de um certo momento tornaram-se os reais detentores do poder tanto ao nível das empresas, quanto ao nível do Estado. Galbraith diz que não. Diz que, ao contrário, os reais detentores do poder são os tecnólogos. Ora, de duas uma: ou de fato houve a Revolução dos Gerentes e nesse caso não tem nenhum sentido a tese de Galbraith de que a Técnica esvaziou o poder do Capital (se Burnham está correto, Galbraith teria que demonstrar, isto sim, como foi possível destituir os Gerentes todo-poderoso); ou Burnham equivocou-se, e nesse caso Galbraith teria que discutir, coisa que ele não faz, a tese da revolução dos gerentes para elucidar o equívoco cometido por Burnham.

É igualmente importante considerar o fato de que Burnham não só não ignorou a existência dos tecnólogos, como atribuiu-lhes uma posição específica no seu modelo de sociedade pós-capitalista. Assim, tanto no geral, quanto no particular, da mesma forma que Veblen, Burnham coloca problemas que Galbraith não enfrenta e, se enfrentasse, ninguém sabe se seria capaz de resolver. Se não, vejamos o que Burnham tem a dizer:

“A teoria da Revolução Gerencial”, diz ele, “sustenta que estamos atravessando um período de transição social no sentido de (...) mudança das mais importantes instituições econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade. Essa transição, vai do tipo de sociedade que chamamos capitalista ou burguesa para o tipo de sociedade que chamaremos de Gerencial (...) Este período será mais curto do que foi a passagem do feudalismo para o capitalismo”. (Tendo começado por volta da Primeira Guerra Mundial, terminaria uns cinquenta anos depois, ou seja, antes de Galbraith começar a redigir o seu **Novo Estado Industrial**.) “O

que está ocorrendo nessa transição é a marcha do grupo ou classe dos Gerentes para o domínio social, para o poder e o privilégio, para a posição de classe dirigente.”⁽⁵³⁾

“Uma classe dirigente é um grupo de pessoas que, em virtude de relações sócio-econômicas específicas, exerce um determinado grau de controle sobre o acesso aos meios de produção. (...) Os Gerentes controlarão os meios de produção (...) não diretamente, através de direitos de propriedade conferidos a eles enquanto indivíduos, mas indiretamente, através do controle do Estado o qual, por seu turno, possuirá e controlará os meios de produção.”⁽⁵⁴⁾

Quem são esses Gerentes de Burnham? É claro que eles não são os técnicos de Galbraith. Na verdade, Burnham distingue nitidamente uns dos outros com base no tipo de função que cada categoria desempenha no processo produtivo. Com efeito, depois de mencionar um primeiro tipo de função característica da indústria não-moderna, Burnham destaca um segundo tipo (que define os tecnólogos) e, finalmente, um terceiro tipo (que caracteriza os Gerentes propriamente ditos):

“O segundo tipo consiste naquelas tarefas que requerem um elaborado treinamento em ciências físicas e engenharia. Um século atrás praticamente não existiam químicos, físicos, biólogos e engenheiros altamente treinados; (...) hoje poucos ramos industriais podem funcionar sem os seus serviços constantes.”

“O terceiro tipo consiste nas tarefas de direção técnica e coordenação do processo de produção (...) As diferentes atividades devem ser organizadas e coordenadas (...) Esse trabalho de direção e coordenação é, ele próprio, uma função altamente especializada. Frequentemente, também requer familiaridade com as ciências físicas ou as ciências sociais e psicológicas (...) Mas é um erro, cometido por Veblen entre outros, confundir essa função de direção e coordenação com o trabalho científico e de engenharia que inclui no segundo tipo de tarefas. (grifo nosso). Afinal, os engenheiros e cientistas são apenas trabalhadores altamente qualificados, que não diferem em natureza dos trabalhadores com aptidões para fazer um instrumento de precisão ou operar um mecanismo engenhoso. Eles não têm funções de orientação, administração, gerência e organização do processo produtivo. Para essas tarefas os conhecimentos científicos e de engenharia podem ser, embora nem sempre o sejam, uma qualificação, mas as tarefas em si mesmas não são científicas ou de engenharia no sentido usual. É este tipo de função que, no sentido mais claro e mais pleno, eu chamo gerência; e aqueles que a executam são os que eu chamo gerentes.”⁽⁵⁵⁾

⁵³ Burnham, James, *The Managerial Revolution*, Penguin Books, 1962, p. 73.

⁵⁴ Idem, idem, p. 74.

⁵⁵ Idem, idem, pp. 80-1.

Como se vê, os gerentes de Burnham são bastante parecidos com os tecnoburocratas descritos por Nora Mitrani.⁽⁵⁶⁾ Não são capitalistas proprietários, nem tecnocratas, mas tecnoburocratas que organizam os elementos do processo produtivo entre os quais, lado a lado como os equipamentos e as matérias-primas, encontram-se os trabalhadores comuns e os de alto nível, que chamamos de tecnólogos. Assim, a Sociedade Gerencial não é nem capitalista, nem tecnocrática. Curiosamente, entretanto, Galbraith não se satisfaz com essa Revolução dos Gerentes. Depois dos Gerentes terem deslocado os Capitalistas do poder, ele acha ainda necessário supor que os Tecnólogos tomaram o lugar dos Gerentes. O que haveria de errado com a Sociedade Gerencial?

Nesse ponto é que Galbraith se destaca entre os membros do seu agrupamento profissional: como ideólogo burguês ortodoxo ele pôde ver o que escapou à intuição dos seus colegas economistas burgueses heterodoxos. Na verdade, a hipótese de uma Revolução dos Tecnólogos contra os Gerentes, só se torna compreensível quando examinamos a questão do ponto de vista da defesa ideológica do capitalismo monopolista, vale dizer, quando nos situamos na perspectiva adotada por Galbraith. Ao que tudo indica, o cerne da questão reside no fato de que os Gerentes padecem a deficiência de não constituírem uma categoria social acima de qualquer suspeita. Na medida em que se trata de encobrir a dominação capitalista, pintando-a com as cores de uma sociedade justa e eficiente, é de se convir que o quadro fica muito mais persuasivo se for possível “demonstrar” que o poder soberano do Estado passou às mãos da elite tecnicocientífica. Eis aí uma imagem límpida, nova, tranqüilizadora e, ao mesmo tempo, cívica. Os Gerentes podem ser criticados por representar um interesse particular de grupo, em oposição aos interesses gerais da comunidade; ou podem ser acusados de serem insuficientemente competentes para assumir sozinho a responsabilidade pela gestão da sociedade. Os Tecnólogos, ao contrário, são inatacáveis. Portanto, fazer crer que houve uma Revolução Tecnocrática que afastou do poder tanto os Capitalistas quanto os Gerentes, é uma artimanha que, sendo bem sucedida, oferece a incomensurável vantagem de permitir que o capitalismo siga o seu próprio curso

⁵⁶ Mitrani, Nora, *Attitudes et Symboles Technobureaucratiques*, op. cit.

sem suscitar as oposições que tendem a ser despertadas pelos gerentes em geral, esteja ou não a propriedade dissociada do controle.

Até aqui discutimos o primeiro ato da obra de Galbraith. As possíveis críticas aos tecnocratas nos remetem ao segundo ato. De fato, este consiste numa cena de tribunal. A tecnocracia apresenta-se agora como réu e é responsabilizada pelos crimes que têm sido cometidos no âmbito da “sociedade tecnoestrutural”.

A primeira grande acusação diz respeito ao papel representado pela despesa militar na manutenção do sistema. Duas necessidades básicas são diretamente atendidas pelos gastos militares: a regulação da demanda global e o financiamento da pesquisa tecnicocientífica nos campos em que os custos e os riscos são demasiado elevados para a iniciativa privada. Conforme sustenta Galbraith, “se um amplo setor público da economia (...) é o fulcro para a regulação da demanda, as despesas militares são certamente o pivô sobre o qual o fulcro repousa”.⁽⁵⁷⁾ No tocante à pesquisa, os fundos militares desempenham um papel igualmente estratégico.

A dependência em que se encontra dos objetivos visados pela defesa nacional empurra o sistema em uma série de direções indesejáveis: guerra fria, corrida armamentista, obsolescência prematura de técnicas e equipamentos, acumulação física de um imenso estoque de recursos inúteis para fins civis e a presença angustiante do perigo de um desastre catastrófico.

A administração da demanda individual de bens e serviços é uma outra área em que são patentes os malefícios sociais produzidos pelo novo sistema industrial. As aspirações dos indivíduos, a despeito de sua aparente subjetividade, passaram a ser objeto de planejamento e, graças às artimanhas da publicidade e da promoção de vendas, são criadas, redefinidas, abolidas ou multiplicadas em função das conveniências da tecnoestrutura. O condicionamento das atitudes individuais e a disseminação de valores artificialmente criados tornam-se, assim, elementos indispensáveis à operação normal do sistema. “O efeito genérico do esforço de

⁵⁷ Galbraith, J. K., *op. cit.* p. 239.

vendas é o de transferir o *locus* da decisão de comprar: do consumidor, onde ela se encontra fora de controle, para a firma, onde está sujeita a controle.”⁽⁵⁸⁾

O sistema é igualmente criticável por sua incapacidade de atender as necessidades do bem-estar público. “Não são particularmente importantes para o sistema industrial serviços tais como cuidar dos doentes, dos velhos e dos enfermos mentais, prover as necessidades de higiene pública em geral, proporcionar parques e áreas de recreação, remover o lixo, criar estruturas públicas agradáveis, ajudar os empobrecidos e prestar uma série de outros serviços equivalentes.”⁽⁵⁹⁾

A expansão e a utilização do lazer, da mesma forma que as aspirações de ordem estética, constituem outros tantos objetivos em conflito com aquilo que o sistema quer e pode oferecer. Muitas coisas teriam que ser alteradas, ou mesmo suprimidas, se as considerações de estética e lazer criativo fossem introduzidas no cálculo da tecnoestrutura. Para começar, isso afetaria a própria localização das plantas industriais. “Elas não seriam construídas onde são mais eficientes, mas onde são menos ofensivas. Seu modo de operação, inclusive os odores que elas exalam na atmosfera e o entulho que depositam nos rios, lagos e subsolo, também seriam controlados. Isso significa custos mais elevados, menos volume de produção ou ambos. Seriam levantadas questões a respeito dos produtos — a forma, o número e a fabricação de automóveis que é coerente com um aspecto urbano agradável e uma atmosfera saudável. (...) Os objetivos estéticos contestam os direitos dos fios elétricos sobre a paisagem, das usinas hidro-elétricas sobre os cursos d’água ou dos parques nacionais, das pistas de alta velocidade sobre os espaços urbanos abertos, das escavações mineiras sobre as encostas virgens, dos *shopping centers* sobre as praças antigas, do trânsito aéreo sobre a tranqüilidade dos moradores.”⁽⁶⁰⁾

A indignação e a veemência do promotor são aspectos que não podem ser negados nesta cena de tribunal em que a tecnocracia está sentada no banco dos réus. No entanto, ingênuos são os que se iludem com a oratória dos promotores. Contra esse risco sempre vale a pena antepôr a regra

⁵⁸ Idem, idem, p. 215.

⁵⁹ Idem, idem, p. 353.

⁶⁰ Idem, idem, pp. 354-5.

de prudência que consiste em perguntar: De onde vem a indignação? Da malícia forense ou da análise despreconceituosa da realidade?

No caso em questão, tudo indica que as críticas acima reproduzidas são jogos retóricos de uma promotoria interessada em produzir um proveitoso efeito teatral. Não fosse assim, seriam outros os protagonistas da situação. A verdadeira indignação não perderia seu tempo em vituperar a pobre coitada da tecnocracia que entra no caso como Pilatos no Credo. A simples leitura da lista de acusações por si mesma patenteia o fato de que a tecnocracia não tem nada a ver com os crimes arrolados. A verdadeira indignação não hesitaria em convocar para o banco dos réus o verdadeiro culpado: o capital monopolista, cuja ausência Galbraith não denuncia uma única vez em seu libelo acusatório.

Que culpa tem a tecnocracia no caso da manipulação a que é submetida a vontade dos consumidores, para que a produção possa ser escoada nos volumes e aos preços de antemão pré-fixados? Numa linguagem adequada aos fatos, isso se explica em termos do processo de realização do capital.

Que culpa tem a tecnocracia no caso das plantas industriais que enfeiam a paisagem, deterioram os cursos d'água e poluem a atmosfera? No dia a dia capitalista é cabalmente sabido que essas coisas dizem respeito à rentabilidade dos investimentos privados. Não são os técnicos que estão no coração de problema, mas a taxa de lucro.

Que culpa tem a tecnocracia no caso do orçamento militar, da guerra fria, das guerras quentes e do armazenamento de um material bélico capaz de num único movimento varrer a vida humana da face da terra? Em palavras cruas, isso se chama o imperialismo.

Que culpa tem a tecnocracia do tamanho gigantesco e do número limitado das unidades econômicas que compõem o "novo estado industrial"? Muito antes que a própria palavra tecnocracia tivesse sido incrementada, qualquer pessoa bem informada já tinha tomado conhecimento da crescente e inelutável tendência de concentração e centralização do capital.

Com respeito aos dois últimos parágrafos, vale a pena reproduzir na íntegra a avaliação da obra de Galbraith feita por Hany Magdoff em *A Era do Imperialismo*:

"Via de regra os economistas têm se absterido de analisar os Estados Unidos como uma potência econômica mundial, ou como parte do sistema capitalista mundial. Um exemplo gritante do

modo pelo qual esta questão tem sido posta de lado é fornecido pela *magnum opus* de J. K. Galbraith, *O Novo Estado Industrial*. (...) Como o pivô de sua análise é o conceito de uma economia dominada pelas corporações gigantescas, ele acentua insistentemente sua influência estratégica sobre os assuntos econômicos e políticos, assim como a necessidade imperativa experimentada por essas corporações, para sua própria segurança e proteção, de controlar seus mercados e suas fontes de matéria-prima. Contudo, ninguém jamais descobriria, se se limitasse à leitura do livro de Galbraith, que essas corporações têm qualquer tipo de interesses econômicos no estrangeiro, apesar do fato de que as fontes externas de matéria-prima e os mercados externos para seus produtos constituem um componente significativo e crescente da atividade comercial dessas corporações gigantescas. Este aspecto é também ignorado em sua análise das relações entre os interesses das corporações e a política externa militar. Sobre este ponto, ele enfatiza o papel estratégico que os gastos militares representam para o crescimento e segurança das grandes firmas. Entretanto, não encontramos uma única palavra a respeito do envolvimento externo das grandes corporações — não obstante o fato de que o marco teórico utilizado por Galbraith, construído em torno dos imperativos de controle empresarial sobre mercados e matérias-primas, clame por uma análise desse tipo.”⁽⁶¹⁾

Há ainda um outro indício que atesta a má fé do promotor que lança sobre os ombros da tecnocracia os atentados cometidos pelo capital contra a humanidade. Além do capital monopolista, também não foram convocados, nem muito menos atacados e criticados os defensores ideológicos do capitalismo monopolista. Deliberada ou não, trata-se de uma omissão das mais suspeitas. Como se sabe, o livro de Galbraith dedica-se, de uma ponta à outra, a um ferrenho, sistemático e causticante ataque a um tipo específico de economista: os clássicos e neo-clássicos discípulos da escola liberal. Ou seja, os economistas burgueses ortodoxos que teorizam a partir da premissa de que o capital monopolista, assim como tudo que o acompanha, desde o dirigismo estatal até a usurpação da soberania do consumidor, constitui o mal econômico por excelência que danifica irreparavelmente a máquina sadia e honesta do capitalismo competitivo. Esses homens, suas idéias, seus valores e o mundo que representam são, o tempo todo, o alvo favorito sobre o qual se exercem a crítica e o sarcasmo do promotor.

No entanto, quem está preocupado hoje em dia com os seguidores de Adam Smith? Por que selecionar, entre os

⁶¹ Magdoff, Hany, *The Age of Imperialism*, Monthly Review Press, 1969, pp. 8-9.

economistas burgueses, os ortodoxos ao invés dos heterodoxos? *Ceux qui se semblent, s'assemblent*.

Finalmente, o pano se abre para o terceiro e último ato. Trata-se da seqüência final em que os progenitores da tecnocracia são admoestados e chamados à razão. Sendo responsáveis pela prole que puseram no mundo, devem assumir suas funções sociais e exercer o pátrio poder para que a família tecnocrática se integre numa unidade coesa e decente.

Com efeito, se o controle tecnocrático da sociedade leva a uma situação opressiva e intolerável, pergunta-se Galbraith: o que fazer? Depois de ter rejeitado a saída representada pelo socialismo democrático, Galbraith se mantém firme na esperança de encontrar um caminho próprio. E indaga: “qual é a mecânica da emancipação?” O mais importante passo, diz ele, já foi dado: “o conhecimento das forças que nos oprimem é o primeiro passo na direção da liberdade”.⁽⁶²⁾ Agora que já sabemos que a tecnocracia e o sistema industrial que ela dirige são os nossos opressores, resta apenas descobrir quem serão os nossos salvadores: “deve haver alguma força política capaz de realizar o que o sistema industrial ignora”. Para que lado então devemos nos voltar? Que força será capaz de dominar a tecnocracia? A resposta só pode ser uma: há que apelar para os pais da tecnocracia.

“É para o estabelecimento científico e educacional que devemos nos voltar para obter a iniciativa política que se faz necessária.”⁽⁶³⁾ A lógica do argumento é simples e familiar. “O banqueiro”, diz Galbraith, “quando o capital era um fator decisivo, era consciente do seu poder de barganha. O educador não devia ser mais inocente hoje”. Em outros termos, no tempo do capitalismo, o banqueiro controlava o comportamento alheio exigindo algo em troca dos dólares que fornecia. Hoje, no tempo da tecnoestrutura, os educadores e cientistas podem e devem fazer a mesma coisa: exigir algo em troca dos tecnocratas que fornecem ao sistema. Nas palavras de Galbraith, “o educador é uma figura de poder nesse (novo) contexto. Ele é a fonte do fator de produção do qual depende o sucesso industrial; ele deve tomar consciência disso e exercer seu poder”.⁽⁶⁴⁾

Galbraith reconhece, no entanto, que essa nova força política, dada a distância em que na realidade se encontra

⁶² Galbraith, J. K., *op. cit.*, p. 351.

⁶³ *Idem, idem*, p. 387.

⁶⁴ *Idem, idem*, p. 379.

dos centros efetivos de poder, tem um longo caminho a percorrer. "O estabelecimento científico e educacional", diz ele, "precisa superar formidáveis dificuldades. Como qualquer nova força política ele carece de confiança em si mesmo. Inclusive falta-lhe confiança nos seus próprios objetivos". São evidentes os traços de subordinação dos educadores e cientistas aos interesses do sistema dominante: "a educação superior moderna está, na verdade, extensamente acomodada às necessidades do sistema industrial (...) Agindo por si mesmo ou através do governo federal, o sistema industrial tem passado por cima da administração das universidades para adaptar a educação aos seus próprios interesses. O empresário do século XIX que intervinha para combater as heresias e exigir respeito pelos princípios do cristianismo e do capitalismo, exercia uma influência bastante trivial se comparada com o poder hoje exercido sobre a universidade".⁽⁶⁵⁾

Não obstante essa quase completa falta de autonomia, Galbraith insiste em que a única esperança de salvação encontra-se nas mãos dos cientistas e educadores: eles constituem "a maior oportunidade para a obtenção da emancipação" do jugo imposto pelo sistema industrial ao conjunto da população. Para tanto, contudo, é necessário que os cientistas e educadores tomem consciência do seu próprio poder e assumam as suas responsabilidades. "Todos os administradores de escolas e universidades, assim como muitos professores, desenvolveram hábitos de extrema subserviência nas questões em que há dinheiro envolvido. Muitos estudiosos, de um modo ou de outro, persuadiram-se de que não têm responsabilidades políticas ou públicas de qualquer espécie. Alguns chegam a acreditar que, como estudiosos, é necessário que evitem toda responsabilidade pública. Os educadores precisam tomar consciência de quão profundamente o sistema industrial depende deles. (...) Os educadores e cientistas dispõem do poder para exercer sua opção. Eles detêm as cartas críticas. Na medida em que se comprometeu com a tecnologia, o planejamento e a organização, o sistema industrial tornou-se profundamente dependente da mão-de-obra que esses aspectos requerem."⁽⁶⁶⁾

Tudo se passa, portanto, como se as relações de dependência e subordinação tivessem sido invertidas. Ao nível da realidade objetiva é o sistema industrial que depende do

⁶⁵ Idem, idem, pp. 379-380.

⁶⁶ Idem, idem, pp. 382-3.

sistema científico e educacional; ao nível do comportamento este último se conduz, paradoxalmente, como subordinado do primeiro. Mesmo depois de haver constatado e embora sendo incapaz de explicar a existência dessa inversão de valores, Galbraith não desanima e continua insistindo em que “apesar de tudo é certo afirmar que o futuro do que chamamos de sociedade moderna depende de quão decidida e efetivamente a comunidade intelectual em geral, e o sistema educacional e científico em particular, venham a assumir a responsabilidade pela liderança e a ação política”.⁽⁶⁷⁾

Nas páginas finais de sua obra magna, como que esmagado pela montanha de equívocos acumulados ao longo de trinta e tantos capítulos, Galbraith entra num processo de regressão que acaba por levá-lo a formular os apelos e a repetir as idéias professadas por Saint-Simon cento e cinquenta anos atrás: “Nenhum intelectual, artista, educador ou cientista pode permitir-se a conveniência de duvidar de sua responsabilidade. Para os objetivos importantes de agora não existem outros salvadores. Num mundo cientificamente exigente, os cientistas devem assumir a responsabilidade pelas conseqüências da ciência e da tecnologia”.⁽⁶⁸⁾ Não há dúvida que Saint-Simon assinaria isso, tanto hoje quanto no seu tempo. De fato, em 1813, na sua *Memória sobre a ciência do Homem*, ele assim se dirigia aos cientistas da época: “A Europa está numa luta de vida e morte: o que fazem vocês para deter essa matança? Nada. São vocês que aperfeiçoam os meios de destruição”.⁽⁶⁹⁾

A diferença é que Saint-Simon professava semelhante crença justamente por achar que a tecnocracia era um sonho que precisava ser realizado. Ele certamente não diria coisas desse teor nos capítulos finais de um livro dedicado a demonstrar a existência de um império tecnocrático. A teorização de Saint-Simon era utopista, mas não inconsistente. A de Galbraith consegue ser ambas as coisas.

A inconsistência vicia o centro do argumento central de Galbraith. Na primeira parte da obra, por que razão o poder abandona o capital? Porque o novo sistema industrial depende muito mais fundamentalmente do conhecimento técnico-científico, que é o fator escasso, do que do capital, que é o

⁶⁷ Idem, idem, p. 388.

⁶⁸ Idem, idem, p. 388.

⁶⁹ Saint-Simon, *Mémoire sur la Science de l'Homme* in Gurvitch, George, *op. cit.*

fator abundante. Na terceira parte da obra, o que se diz é que viveríamos no melhor dos mundos possíveis se o poder saísse de onde está e passasse às mãos dos representantes do conhecimento tecnicocientífico. Na primeira parte da obra dizia-se que o poder passa para os detentores do conhecimento porque este tornou-se indispensável. Na terceira parte, afirma-se que, pela mesma razão, ou seja, por causa da indispensabilidade, o poder *deve* transitar para o setor que é essencial ao sistema. Na primeira parte, a passagem do poder ocorrera automaticamente. Na terceira parte, para que tal passagem ocorra será necessário que haja liderança política, iniciativas, ações e lutas. Na primeira parte, os detentores do conhecimento exerciam conscientemente o poder de intervenção intencional, planejado e, portanto, consciente. Na terceira parte, lança-se um apelo para que esses homens tomem consciência de suas responsabilidades e ajam em conformidade consciente com elas. Em síntese, quando cai o pano no final do terceiro ato, fica uma frustração irreparável: o poder não está onde se pensava que estivesse, ou seja, nas mãos da tecnocracia, e o autor da obra acaba por reconhecer que desconhece o seu paradeiro.

SEGUNDA PARTE

A TECNOCRACIA NA HISTÓRIA POLÍTICA

CAPÍTULO V

A POLÍTICA DOS PLATÔNICOS

Para Platão, o problema da implantação de um governo tecnocrático comportava duas soluções alternativas: “os males não cessarão para os humanos antes que a raça dos puros e autênticos filósofos chegue ao poder, ou antes que os chefes de Estados, por uma divina graça, ponham-se a filosofar verdadeiramente”.⁽¹⁾ Ou o poder se transfere para as mãos dos sábios, ou a sabedoria se transfere para a cabeça dos poderosos: em qualquer dos casos, dar-se-ia a passagem à situação ideal. Em concordância com essa tese, a principal experiência política vivida por Platão e seus seguidores ocorreu no preciso momento em que lhes pareceu ter surgido a oportunidade de concretizar esta segunda via alternativa, a possibilidade de converter um rei de verdade, Dionísio II, de Siracusa, num verdadeiro filósofo.

Durante muito tempo Platão esperou por essa oportunidade que acabou por surgir, não em sua própria cidade, mas no estrangeiro e depois que ele atingira a casa dos quarenta anos. Ele próprio confessa que desde cedo almejava participar ativamente da vida política: “na minha juventude experimentei o que tantos jovens experimentaram. Tinha o projeto de, no dia em que pudesse dispor de mim próprio, imediatamente intervir na política”.⁽²⁾ Não obstante, a política pela política nunca chegou a fasciná-lo. O quadro oferecido pela *polis* ateniense, por um lado, e a influência cultural exercida especialmente pelos pitagóricos e por Sócrates, por outro lado, contribuíram para qualificar de um modo especial seu interesse pela política, na medida mesma em

¹ Platão, *Oeuvres Complètes*, Tome XIII, Les Belles Lettres, Paris, 1960, p. 326.

² *Idem*, *idem*, p. 324.

que o imbuíram de um sentido de missão redentora, acima da simples disputa das facções que se articulam ao sabor das circunstâncias do momento.

Com efeito, o cenário em que transcorreram os anos de sua mocidade, chocando-se com os princípios de sua formação moral, contribuiu para inibir e desviar da política cotidiana seu impulso inicial no sentido de uma participação ativa. Sua primeira experiência marcante ocorreu com a tomada do poder pela oligarquia dos Trinta Tiranos. Nesse contexto, suas chances de participação a nível de governo eram, em princípio, altas. Descendente de famílias tradicionais de Atenas, Platão estava ligado por laços de parentesco a figuras eminentes do mundo político. Sua mãe, casada em segundas núpcias com um político de destaque na época de Péricles, descendia de Solon e era prima de um dos Trinta Tiranos e irmã de outro. Segundo as próprias palavras de Platão, dentre os trinta que “constituíram a autoridade superior com poder absoluto (...) muitos eram meus parentes ou conhecidos e me convidaram imediatamente a exercer funções que me convinham”.⁽³⁾

Não obstante, esse primeiro flerte com o poder durou pouco. A princípio, Platão iludiu-se quanto ao significado do novo governo, julgando-o interessado em conduzir a *polis* em termos de um ideal de justiça, engano que não era de estranhar, “devido à minha pouca idade”. Logo em seguida, porém, desiludiu-se. Percebendo os interesses mesquinhos e as manobras com que o governo tentou inclusive comprometer seu mestre e amigo, Sócrates, em que Platão reconhecia o homem mais justo do seu tempo, “fiquei indignado”, diz ele, “e voltei as costas às misérias daquela época”.

Sua segunda experiência veio com a queda da Tirania e a restauração do regime democrático ateniense. Uma vez mais, confessa Platão, “embora de um modo menos intenso, fui de novo tomado pelo desejo de me meter nos negócios do Estado”.⁽⁴⁾ De passagem, vale a pena notar que mesmo nessas experiências da mocidade, Platão concebe seu ingresso na política como um movimento de cima para baixo, a partir do próprio poder do Estado. Nessas condições, sempre lhe ocorre o seguinte: se os acontecimentos não seguem o curso de seu agrado, em vez de tentar a alteração do quadro pressionando de baixo para cima, ele simplesmente se retira

³ Idem, idem, p. 324.

⁴ Idem, idem, p. 325.

de cena, enojado. Esse foi um traço constante do comportamento político de Platão, de resto perfeitamente coerente com sua abordagem teórica do fenômeno político.

Assim é que, uma vez mais, agora sob o regime democrático, ele volta a se decepcionar. Entre outras coisas, o acontecimento que mais o deprimiu efetivou-se quando os poderosos do momento sentenciaram Sócrates à pena de morte: “vendo isso e observando os homens que conduziam a política, quanto mais eu examinava as leis e os costumes e quanto mais amadurecido me tornava, tanto mais me parecia difícil bem administrar os negócios do Estado (...) A legislação e a moralidade estavam a um tal ponto corrompidas que eu, antes cheio de ardor para trabalhar pelo bem público, acabei por me sentir aturdido.”⁽⁵⁾

De novo, Platão torna a se afastar da prática política. Dessa vez, entretanto, já optara pela concepção que se encontra exposta n'*A República*. Na Carta VIII, rememorando esse momento decisivo de sua biografia intelectual, ele declara: “Compreendi, finalmente, que todos os Estados existentes eram mal governados, pois suas legislações mostravam-se praticamente insanáveis caso não fossem feitos preparativos enérgicos combinados com circunstâncias propícias. Fui, então, inevitavelmente levado a louvar a verdadeira filosofia e a proclamar que somente à sua luz podemos reconhecer a justiça na vida pública, assim como na vida privada. Conseqüentemente, os males não cessarão para os humanos antes que a raça dos puros e autênticos filósofos chegue ao poder, ou antes que os chefes de Estados, por uma divina graça, ponham-se a filosofar verdadeiramente.”⁽⁶⁾

Em resumo, o problema político ou seria superado pela via de uma revolução tecnocrática ou permaneceria irresolvido. Sem que os filósofos reinassem ou, alternativamente, sem que os reis filosofassem, a esperança do bom governo seria vã. Em face dessa conclusão, Platão assume duas atitudes complementares. De um lado, a espera passiva pelo surgimento do momento oportuno para intervir: “eu não cessava de espreitar os possíveis sinais de uma melhora dos acontecimentos e, em especial, do regime político; mas esperava sempre, para agir, que chegasse o bom momento”.⁽⁷⁾ De outro lado, a ação política indireta que se expressa na

⁵ Idem, idem, p. 326.

⁶ Idem, idem, p. 326.

⁷ Idem, idem, p. 325.

organização da Academia como um centro de pesquisas de alto nível e de treinamento avançado onde, entretanto, tratava-se de produzir tanto o conhecimento científico quanto os quadros competentes e disciplinados requeridos para a constituição de uma nova elite governante. A propósito, merece destaque o paralelismo que aqui se nota entre Platão, Saint-Simon e Veblen: nos três casos a atitude passiva se completa do mesmo modo no esforço tenaz de reunir conhecimentos e discípulos enquanto o “bom momento” não chega.

As atividades da Academia eram, por assim dizer, ação política entravada e, ao mesmo tempo, etapa preparatória de acumulação das energias exigidas pelo processo de ascensão ao poder. Nesse sentido, depois da morte de Sócrates, equivale a dizer, depois de sua segunda decepção com a política ateniense, havendo se dispersado o grupo que se reunia em torno do velho mestre, Platão empreende várias viagens. Em meio a estas encontra-se com Euclides, antigo membro do grupo socrático que fundara uma escola filosófica, e também com Arquitas de Tarento, matemático e político pitagórico que personifica uma versão bastante aproximada do sábio-governante. O estímulo para a criação da Academia parece provir em parte desses experimentos “estrangeiros” e, além disso, das atividades desenvolvidas por Isócrates que naquela época dirigia, em Atenas, um centro de educação superior destinado a preparar jovens candidatos à carreira política. Isócrates, filiado à corrente sofista, orientava os educandos justamente na direção que mais poderia repugnar a Platão: sua pedagogia consistia em desenvolver a mera habilidade retórica dos discípulos de tal forma que eles se tornassem capazes de argumentar persuasivamente em defesa de qualquer ponto de vista ditado pelas circunstâncias do debate político. No fundo, tratava-se de um tipo de educação pragmaticamente ajustada às realidades da democracia ateniense, realidades essas que Platão, como vimos, havia repudiado.

Por volta de 387 a.C., organizando a Academia, no fundo Platão estava criando uma Escola de Oposição que negava não só o *status quo* como o tipo de educação requerido pelo *status quo*. De fato, a Academia foi concebida no espírito do modelo dinâmico que caracteriza a própria ciência enquanto tal. Tratava-se de uma instituição voltada para a pesquisa original, empenhada em gerar conhecimento novo, capaz de questionar as concepções estabelecidas num processo de busca permanentemente renovada através da multi-

plicação das vias de abordagem adotadas pelas diferentes disciplinas. Mais valorizada do que a simples preservação do patrimônio científico adquirido e mais valorizada do que a simples transmissão desse patrimônio por meio do treinamento era a própria atividade de pensar com profundidade, clareza e criatividade. A Academia consagrava, em suma, a idéia de que a filosofia era, em primeiro lugar e acima de tudo, a própria atividade de filosofar.

Por certo, seria exagerado afirmar que Platão fundou a Academia com o único propósito de formar estadistas de alto nível. Na realidade, ele pensava menos em produzir profissionais especializados em matéria legislativa ou administrativa do que homens capacitados, por um processo adequado de adestramento intelectual, para distinguir as verdadeiras motivações das ações públicas e privadas, assim como os meios acertados para atingir o verdadeiro bem. Entretanto, dado que a produção e a aquisição de um novo método de pensar eram tidas por ele como a única salvação possível para os Estados existentes, é de se supor que Platão, através das atividades da Academia, intentava, em última análise, promover uma completa renovação dos quadros políticos das elites dominantes.

Os anos passam e Platão permanece absorvido pelas atividades de docência e pesquisa tal como se o mundo da política tivesse perdido para ele todo o seu antigo encanto. Durante cerca de vinte anos, além do magistério, dedica-se a escrever os “diálogos de transição” entre os quais encontra-se *A República*. Eis senão quando, em 367 a.C., com a morte de Dionísio I, tirano de Siracusa, surge o “bom momento” há tanto esperado e Platão reingressa na arena política, agora impulsionado pela esperança de concretizar, pela prática militante, o Estado ideal construído na teoria d'*A República*.

Em sua primeira viagem a Siracusa, Platão conhecera Dion, cunhado de Dionísio I e figura de destaque na política siciliana. Entre os dois, desenvolveu-se uma duradoura amizade, fortificada pela relação discípulo-mestre. Juntos, ao que tudo indica, conceberam um plano de reforma política a ser posto em prática tão logo as circunstâncias se mostrassem propícias. E é este, precisamente, o sentido que Platão e Dion atribuem à ascensão de Dionísio II ao trono. Tinham agora, ao alcance da mão, um novo rei no verdor de sua juventude, aparentemente atraído pela filosofia e, o que não é menos importante, déspota absoluto de um vasto domínio. Essa feliz conjugação de elementos, um rei autoritário suscetível

de ser transformado em filósofo, não podia senão despertar uma ilimitada esperança de êxito na alma de Platão. Na Carta VII ele o confessa de forma explícita e inequívoca ao esclarecer os motivos que o levaram a ir pela segunda vez a Siracusa atendendo aos ingentes apelos de Dion que, tanto quanto ele, pressentia ter chegado a hora da ação: "Quando refletia, com alguma atenção, sobre se devia ou não me pôr a caminho, o que na realidade me fez decidir foi o pensamento de que, se alguma vez, pudesse empreender a realização de meus planos legislativos e políticos, aquele era o momento de tentar: bastava-me persuadir suficientemente a um único homem e tudo estaria ganho".⁽⁸⁾

A que planos estaria Platão se referindo? A nosso ver não cabe a menor dúvida de que se tratava de implementar o projeto de organização tecnocrática concebido n'A *República*. A historiografia, no entanto, parece preferir uma outra interpretação.

A. E. Taylor, um dos mais insígnis intérpretes do platonismo, assim sustenta o ponto de vista difundido entre os historiadores que eliminam o conteúdo tecnocrático da atividade política de Platão. Ao viajar para Siracusa, "Platão não tinha, como se costuma imaginar, o ridículo objetivo de construir, na mais luxuriosa das cidades gregas, uma reprodução da sociedade concebida n'A *República*. Seu objetivo era mais prático e digno de um verdadeiro estadista: tentar preparar o jovem Dionísio para o dever prático e imediato de refrear o avanço dos Cartagineses e, se possível, expulsá-los da Sicília, transformando Siracusa no centro de uma forte monarquia constitucional que abarcaria o conjunto das comunidades gregas do oeste".⁽⁹⁾

Em nossa opinião, tal interpretação é absolutamente equivocada. Em primeiro lugar, ela contradiz frontalmente o depoimento prestado pelo próprio Platão nas famosas cartas em que relata sua aventura política em Siracusa. Nesses escritos, a narrativa não se centra em suas supostas funções de automeado artífice da política extensa do mundo grego; ao contrário, como já veremos, as referências incidem insistentemente sobre os princípios expostos n'A *República*. Em segundo lugar, a interpretação em apreço desvincula por completo a prática política de Platão tanto de sua

⁸ Idem, idem, p. 328.

⁹ Taylor, A. E., *Plato: the man and his work*, Meridian Books, New York, 1956, p. 7.

obra teórica, quanto de sua atividade docente, atribuindo-lhe um grau de irresponsabilidade intelectual e política que ele é o primeiro a recusar. Referindo-se à sua pregação anterior, ele declara: “Eu temia me ver reduzido a nada mais do que palavras — um homem que jamais se disporia a enfiar as mãos numa tarefa concreta”.⁽¹⁰⁾ Como é natural, repugnava-lhe a idéia de vir a se transformar em traidor do que ele próprio definira como a sausa da filosofia. Em terceiro lugar, para ser coerente com a hipótese de que a experiência política em Siracusa nada tem a ver com a obra teórica anterior (*A República*), seria necessário concluir que ela tão pouco relaciona-se com a obra teórica posterior (*As Leis*). Nesses termos, fica de todo inexplicada a nítida mudança de ponto de vista que *As Leis* apresentam em relação à *República*, a menos que se admita a hipótese simplista de uma evolução intelectual imanente à própria filosofia platônica.

Na realidade, as idéias sustentadas por Platão n’*As Leis* são a consequência teórica do fracasso prático experimentado pelas teses propostas n’*A República*: *As Leis* representam a correção d’*A República* em função dos resultados da experiência vivida em Siracusa. Do nosso ponto de vista é indispensável levantar essa questão para que se constate até que ponto os historiadores tendem a distorcer os fatos para minimizar a aparência derrisória que as teorias tecnocráticas assumem quando se confrontam com o mundo real. O malogro político de Platão em Siracusa foi total e inapelável; diante dessa evidência palmar, os historiadores, convertidos em hagiógrafos, empenhados no desonesto esforço de salvar a obra do “grande filósofo”, restringiram a responsabilidade pelo fracasso apenas às boas intenções do homem, cuidando eximir dessa forma as idéias que na realidade constituem o próprio cerne da mensagem política de Platão. Aliás, essa resistência em reconhecer o tecnocratismo e seus efeitos deletérios parece ser uma constante na historiografia: também nos casos de Saint-Simon e Veblen não faltam comentadores ansiosos por esvaziar as lutas políticas em que eles se empenharam do conteúdo tecnocrático que constitui a substância de suas obras teóricas. Tudo se passa como se para salvar as teorias tecnocráticas fosse necessário poupar-lhes o teste histórico, negando, para tanto, que os malogros resultam da própria prática da teoria. Isso, por sua vez, requer que se convencie o absurdo segundo o qual, na

¹⁰ Platão, *op. cit.*, p. 328.

vida política, os pensadores tecnocráticos e seus discípulos não se comportam de acordo com seu credo, nem lutam pela vitória de sua causa.

Concluída essa digressão, podemos retomar o fio das evidências disponíveis em favor da hipótese de que Platão se propõe a concretizar em Siracusa os ideais políticos formulados n'A *República*. O eixo teórico em torno do qual se articulam os elementos de demonstração dessa hipótese é dado pela interpretação d'A *República* que propusemos no capítulo anterior. Basicamente, sustentamos a premissa de que a teoria do comunismo e a teoria de educação constituem, tomadas em conjunto, a teoria das pré-condições da revolução tecnocrática de estilo platônico. Segundo essa análise, o problema da transformação revolucionária de uma dada sociedade estaria resolvido desde que fosse possível consolidar a unidade do novo Estado, a qual, por sua vez, dependeria das seguintes condições:

a) O poder deveria passar às mãos de um verdadeiro filósofo ou, numa alternativa mais viável, a verdadeira filosofia, pela via da educação, deveria ser infundida no espírito de um rei em exercício; a autoridade soberana desse rei-filósofo e, portanto, a unidade do Estado devendo basear-se na absoluta lealdade dos quadros administrativos civis e militares, temos que: b) deveriam ser eliminados os interesses particularistas, fundados nos laços de parentesco e na propriedade privada de bens materiais, que poderiam converter-se em fontes de conflito e bases de contestação da autoridade soberana; c) deveriam ser criados novos vínculos de coesão, de natureza espiritual, fundados na solidariedade dos correligionários que compartilham, acima de qualquer interesse egoístico, um credo filosófico comum que os guia numa só direção graças à certeza nas mesmas verdades e os subordina a uma só disciplina graças à prática das mesmas virtudes.

Em sua primeira viagem a Siracusa, Platão relaciona-se com Dion, cunhado de Dionísio I, segundo os princípios acima resumidos: "em minhas relações com Dion apresentando-lhe minhas concepções sobre o que me parecia ser o melhor gênero de vida para os homens e concitando-o a realizar essas idéias (...) de certa forma eu estava inconscientemente trabalhando para a queda do tirano. Dion, muito receptivo às minhas palavras (...) decidiu levar desde então uma vida diferente da de seus compatriotas, dando muito mais importância à virtude do que a uma existência de prazer e

sensualidade. (...) Ademais, ele decidiu não guardar só para si esses sentimentos adquiridos através da verdadeira filosofia. Assim, conseguiu que outros espíritos também fossem conquistados, poucos, sem dúvida, mas de qualquer forma alguns, e, entre estes, acreditava que logo poderia vir a contar com o jovem Dionísio. Ora, se assim fosse, que vida de uma incrível felicidade teriam Dionísio e todos os siracusianos.⁽¹¹⁾ (...) Se ele conseguisse inspirar aqueles mesmos desejos em Dionísio, como estava tentando fazer, havia uma enorme esperança de se estabelecer em todo o país, sem massacres e sem assassinatos, (...) uma vida feliz e verdadeira”.⁽¹²⁾

Evidentemente, uma vida de “incrível felicidade” não poderia advir da simples expulsão dos cartagineses da Sicília; Platão jamais usaria essa expressão para descrever qualquer outra coisa que não fosse o ideal de vida concebido n’*A República*. Por outro lado, não é menos evidente que o objeto de suas esperanças era a sociedade formada por Dionísio e os siracuseanos e não o conjunto mais amplo constituído pelo mundo grego. Tratava-se da reforma da vida política de Siracusa enquanto *polis* independente. Entretanto, como fazê-lo? Tal como Dion, Platão estava convencido de que não bastava ganhar o jovem Dionísio para a causa da filosofia, pois “sem amigos e sem colaboradores fiéis, seria impossível bem administrar os negócios do Estado”.⁽¹³⁾ Era necessário, portanto, realizar os “enérgicos preparativos” indispensáveis à mudança do sistema.

Assim sendo, com a morte de Dionísio I, Dion insiste para que Platão “embarque o mais depressa possível para Siracusa a fim de cooperar na execução de seus desígnios (...) antes que outras influências viessem a se exercer sobre o jovem Dionísio para arrastá-lo a uma existência outra que não a perfeita”.⁽¹⁴⁾ Em suas cartas, esclarece Platão, Dion “me falava da idade ainda tenra de Dionísio, de seu gosto bastante vivo pela ciência e pela filosofia e de seus sobrinhos e parentes, tão fáceis de serem conquistados para a doutrina e para a vida que eu não me cansava de pregar, todos dispostos a fazer pressão sobre Dionísio. Em suma, jamais, do

¹¹ Idem, idem, p. 327.

¹² Idem, idem, p. 327.

¹³ Idem, idem, p. 325.

¹⁴ Idem, idem, p. 327.

modo como era possível naquele momento, alguém poderia esperar concretizar a união, nas mesmas pessoas, da filosofia com o comando sobre as grandes cidades”.⁽¹⁵⁾

Entusiasmado por essa singular conjugação de eventos propícios, Platão embarca para Siracusa pela segunda vez. Sua presença *in loco* era tida como indispensável, acima de tudo por causa da habilidade com que era capaz de doutrinar os jovens e estabelecer entre eles os vínculos de solidariedade espiritual que deveriam cimentar a unidade da nova elite governante. Nas palavras de Platão, tal era o modo de pensar de Dion: necessito, dizia este último, dos “discursos persuasivos por meio dos quais tu consegues, como aconteceu comigo, conduzir os jovens ao bem e à justiça e, ao mesmo tempo, estabelecer entre eles laços de amizade e de camaradagem”.⁽¹⁶⁾

Chegando em Siracusa, é exatamente isso o que Platão se dedica a fazer, convencido, por princípio, de que a criação de um Estado tecnocrático, assim como sua estabilidade futura, requer que a elite dirigente internalize a filosofia na forma de uma doutrina comum e, mais do que isso, como um novo modo de vida, de natureza coletivista. Eis os argumentos que desenvolveu junto a Dionísio: “de acordo com Dion, tratei, em primeiro lugar, de convencer Dionísio a viver de forma a se tornar, cada vez mais, senhor de si mesmo e conquistar amigos e partidários fiéis para que não lhe acontecesse o que sucedeu a seu pai. Este tinha conquistado um grande número de cidades na Sicília (...) mas não foi capaz de dotá-las de governos seguros, em mãos de amigos escolhidos por ele próprio (entre as pessoas) que, de simples particulares, ele havia transformado em chefes e, de pobres, em prodigiosamente ricos. De nenhuma dessas pessoas ele pôde fazer um associado de seu poder, seja pela persuasão ou pela instrução, seja pelas vantagens materiais ou pela afeição de família (...) Não podendo confiar em ninguém, manteve-se no poder com dificuldade, pois era pobre de amigos e de pessoas fiéis (...) Esses eram os conselhos que eu e Dion dávamos a Dionísio II (...) Nós o exortávamos a antes de mais nada assegurar-se, entre os seus parentes e os companheiros de sua idade, outros amigos que estivessem de acordo entre si quanto à necessidade de converter-se à

¹⁵ Idem, idem, pp. 327-8.

¹⁶ Idem, idem, p. 328.

virtude (...) Somente numa educação liberal comum deve fiar-se o homem sensato e não nas afinidades do corpo ou do afeto”.⁽¹⁷⁾

Prefigurando o que teria sucedido caso o poder estivesse nas mãos de Dion, Platão define a função específica que a expulsão dos cartagineses deveria desempenhar nos seus planos de consolidação de um poder tecnocrático. Se fosse Dion o detentor do poder ou, alternativamente, “se Dionísio tivesse me escutado”, depois de haver re-organizado sua pátria, Siracusa, “teria tomado a peito a tarefa de repovoar a Sicília e libertá-la dos bárbaros, expulsando uns e submetendo outros (...) Na medida em que tudo isso fosse obra de um homem justo e corajoso ao mesmo tempo que sábio e filósofo, a estima pela virtude ganharia o coração da grande massa e, difundida entre quase todos os homens, ela os teria salvo”. Somos assim levados a crer que a expulsão dos cartagineses representava, no conjunto do plano, não um fim político valorizado em si mesmo, mas um instrumento publicitário utilizado para infundir na população a crença na superioridade do governo exercido pelo rei-filósofo. Tal como os tecnocratas contemporâneos capitalizam prestígio político com base no crescimento do produto nacional bruto, o rei-filósofo fortaleceria sua imagem de governante competente com base no crescimento das fronteiras do império.

Seja como for, Platão não conseguiu realizar nenhum de seus intentos nessa sua segunda viagem a Siracusa. Por um lado, os interesses prejudicados por sua intervenção, promoveram uma campanha de calúnias, acusando Dion de conspirar contra Dionísio. “Defendi Dion com todo meu poder, mas meu poder era muito pequeno”, confessa Platão. Por outro lado, Dionísio resistiu empedernidamente aos esforços feitos para convertê-lo à causa da filosofia. Esse pareceu ser a Platão o elemento decisivo na explicação de seu fracasso: “com o passar do tempo, Dionísio me estimava cada vez mais à medida em que se familiarizava com meu modo de ser e o meu caráter e queria que eu mostrasse mais estima por ele do que por Dion. Contudo, ele hesitava em tomar o caminho mais seguro para isso, que seria o de me frequentar na qualidade de discípulo e de ouvinte de minhas lições filosóficas. Ele temia que de alguma maneira isso viesse a diminuir sua liberdade.”⁽¹⁸⁾ Com efeito, os intrigantes

¹⁷ Idem, idem, pp. 331-3.

¹⁸ idem, idem, p. 330.

tes insinuaram que “deixando-se tomar de amores pelo estudo, Dionísio se desinteressaria do governo e o confiaria a Dion” que assim acabaria por destronar o rei. “Essas calúnias triunfaram”. Dionísio, percebendo com toda razão o risco de socialização de seu poder pessoal pelos correligionários de Platão, decide não mais co-operar. Finalmente, diz Platão, suas resistências mostraram-se insuperáveis.

Quem são esses intrigantes e caluniadores? São membros influentes da classe dominante local. Que motivação inspiram seu comportamento? Certamente os interesses ligados à família e à propriedade. Quais são as bases de seu poder? A riqueza e as conexões familiares. O que visam? Controlar o poder em nome do bem particular. Em que termos interpretam a iniciativa inovadora empreendida por Platão? Segundo as concepções tradicionais a respeito do sentido da luta política. Em conjunto, essas características revalidam a análise platônica: a tradição, a família e a propriedade, lado a lado com a ausência de uma educação que internalize uma ideologia comum, dividem a elite em facções antagônicas e impedem, assim, a consolidação da unidade do Estado.

Decepcionado, Platão abandona seu projeto e regressa a Atenas, onde retoma suas atividades rotineiras na Academia. Anos depois, agora pela última vez, sobrevém outro apelo de participação política que de novo desperta-lhe as mesmas esperanças. Desta feita, quem solicita sua presença em Siracusa é o próprio Dionísio II depois de haver concluído as guerras que havia empreendido para consolidar seu reinado. Por essa época Dion já havia caído em desgraça e encontra-se em Atenas, como exilado. Todos pressionam Platão para que atenda ao chamado de Dionísio. O primeiro a insistir é o próprio Dion, o qual é secundado por vários outros companheiros de Platão residentes em Siracusa.

Analisando os motivos que o levaram a voltar a Siracusa para arriscar a sorte uma vez mais no mundo da política, Platão destaca o seguinte: “a partir da Sicília espalhar-se o rumor de que Dionísio havia de novo se deixado empolgar por um zelo maravilhoso pela filosofia (...) Todos me davam notícia do extraordinário progresso filosófico realizado por Dionísio (...) Os que ouviram suas palestras tentavam discutir com ele na presunção de que havia assimilado toda a minha doutrina (...) Sendo extremamente vaidoso, (...) Dionísio provavelmente sentia vergonha de mostrar que não havia aprendido nada quando da minha estada

em Siracusa. Daí nasceu seu desejo de ser esclarecido em maior profundidade (...) Eu próprio pensava que não havia nada de surpreendente no fato de um jovem bem dotado, ouvindo falar de assuntos elevados, se sentir tomado por um belo amor pela vida perfeita".⁽¹⁹⁾

Prevenido pela malfadada experiência da viagem anterior, tão logo chega, Platão decide submeter Dionísio a um teste para descobrir quais são suas verdadeiras disposições. Para tanto, "existe um método bastante elegante que convém aplicar aos tiranos que se acham repletos de expressões filosóficas mal compreendidas: trata-se de mostrar-lhes o que é a obra filosófica em toda sua extensão, seu caráter próprio, suas dificuldades, o labor que ela reclama (...) Aqueles que não são verdadeiramente filósofos e se contentam com um verniz de opiniões, tal como as pessoas cujo corpo foi bronzeado pelo sol, vendo que há tanto a aprender e tanto a pensar, considerando esse regime cotidiano, único ajustado às exigências do objeto, concluem que é por demais difícil e que, para eles, é impossível".⁽²⁰⁾ Como notam os comentaristas, essa passagem foi escrita segundo o espírito do "Livro VI" d'A *República*, onde Platão define o papel do mestre em relação ao discípulo. A filosofia, sendo visão do real e modo de viver não se reduz a fórmulas diretamente transmissíveis. Só vivendo a vida do mestre e deixando-se conduzir sob sua influência, pode um dia o discípulo chegar ao conhecimento do bem. Não cabe ao mestre ensinar nada em particular, mas apenas ajudar o discípulo a desdobrar o seu próprio processo intelectual.

Para sua consternação, Platão imediatamente se convence de que seria inútil esperar a conversão de Dionísio. "Depois de me haver escutado uma única vez, acreditava ele saber o suficiente? (...) ou aqueles ensinamentos, não sendo para ele, o ultrapassavam e, positivamente, se sentia incapaz de levar uma vida sábia e virtuosa?"⁽²¹⁾ Dionísio não poderia jamais se transformar num rei-filósofo: ele não passava de um rei-filosofante. "Ele fazia a pose do homem que sabe muitas coisas e as mais sublimes e nada mais tem a aprender. (...) Redigiu (inclusive) um tratado que dava como sendo seu próprio ensinamento e não como a simples reprodução do que havia recebido".⁽²²⁾

¹⁹ idem, idem, p. 338-9.

²⁰ idem, idem, p. 340.

²¹ idem, idem, p. 345.

²² idem, idem, p. 341.

Completamente derrotado e desiludido, Platão regressa a Atenas, não sem antes passar por sérios percalços e graves humilhações. Posteriormente, Dion organiza uma expedição militar e consegue, finalmente, tomar o poder em Siracusa. Tal vitória, além de sem valor, porque lograda pela força das armas, mostrou-se fugaz: logo em seguida, na onda de oposições suscitadas pelas reformas que pretendia realizar, Dion é assassinado e com ele morre a derradeira ilusão tecnocrática de Platão. Para cúmulo do malogro, o mandante do crime, Calipos, é um ateniense antigo companheiro de Dion, ligado à Academia de Platão e membro do grupo que dirigiu a tomada de Siracusa. Para explicar o comportamento de Calipos, Platão se serve de seu principal argumento: a relação entre Dion e Calipos não foi profunda e sólida porque “não tinha sido criada pela filosofia; nasceu de uma camaradagem corrente e de laços vulgares de amizade”.⁽²³⁾

Não tendo Dionísio condições de filosofar, não tendo Dion condições de governar, esboroam-se, primeiro uma, em seguida a outra, as duas possibilidades alternativas contempladas desde o início por Platão. Resta-lhe lamentar-se em dobro pelo ocorrido: Dionísio e os assassinos de Dion “me causaram, tanto um quanto os outros, o mais grave dano; a mim e, posso dizê-lo, a toda a humanidade. Estes últimos mataram um homem que queria realizar a justiça; aquele outro voltou as costas à justiça durante todo o seu reino. Ele detinha, entretanto, a autoridade suprema e, se tivesse verdadeiramente unido a filosofia e o poder numa só pessoa, teria feito brilhar diante dos olhos de todos, gregos e bárbaros, a verdade de que nem a cidade nem os indivíduos conseguirão ser felizes sem uma vida sábia comandada pela justiça”.⁽²⁴⁾

Encerrada a aventura política, já praticamente no fim de sua vida, depois de ter escrito *O Político* e grande parte de *As Leis*, Platão volta a ser procurado pelos parentes e amigos de Dion que buscam orientação nos seus conselhos. Esse é o momento em que, em resposta, escreve a Carta VII. A pergunta que agora trata de responder é a mesma que sempre o preocupou: que condições precisam ser criadas para que seja possível a realização do Estado ideal? O pano de fundo das recomendações que agora faz não é mais fornecido por *A República*, mas por *As Leis*. Com efeito, o fracasso político resul-

²³ idem, idem, p. 333.

²⁴ idem, idem.

tante da aplicação de suas idéias originais levaram-no a conceber como crucial uma pré-condição que antes havia por completo negligenciado: a submissão às leis por parte de todos os cidadãos, governados e governantes. Numa palavra, o Estado de Direito.

N'A *República*, o personagem central é a razão filosófico-científica e, dada a sua superioridade sob as impressões e opiniões correntes e sobre os usos e costumes vigentes, cabia-lhe dirigir a sociedade para o paraíso da existência plenamente racional, subjugando, por um lado, a ignorância refletida nas opiniões circunstanciais e impondo-se, por outro lado, às leis emanadas dos costumes tradicionais. Até sua morte, Platão mantém-se fiel a esse ideal tecnocrático. Seria um grave equívoco supor o contrário. Como diz, com toda razão, G. H. Sabine, "até o fim Platão esteve convencido de que num Estado verdadeiramente ideal, o governo da pura razão, encarnado no filósofo-rei e inobstaculizado pelas leis ou pelos costumes, deveria prevalecer".⁽²⁵⁾ Conforme esclarece o próprio Platão, *As Leis* foram escritas para descrever, não o melhor de todos os Estados, mas o segundo melhor, ou seja, aquele que, na hierarquia dos graus de perfeição, antecede imediatamente o Estado perfeito. Em *As Leis* Platão o afirma explicitamente: sem leis os homens não diferem em nada dos animais selvagens, porém, desde que um sábio se torne governante ou o governante se torne sábio, as leis deixam *ipso facto* de ser necessárias, pois "nenhum direito ou ordenamento é mais poderoso que o conhecimento".

Por conseguinte, a mudança verificada no pensamento de Platão resume-se, no essencial, a uma reformulação de sua estratégia de reforma política. Já que a prática demonstrou em Siracusa a quase inviabilidade da construção imediata do Estado perfeito, contentemo-nos, por ora, com o objetivo de contituir o tipo de Estado, que vem logo abaixo na escala da perfeição. Atingir essa meta é o mesmo que dar um passo decisivo no caminho da perfeição, isto é, equivale a criação de uma condição propiciatória para o advento do Estado ideal.

A Carta VII não deixa a menor dúvida de que o fracasso da experiência vivida em Siracusa, constitui o fator determinante do papel de destaque que Platão passa à atribuir às instituições jurídicas em seus últimos escritos políticos. Com efeito, na análise que faz para os parentes e amigos de Dion,

²⁵ Sabine, G. H., *A History of Political Theory*, George G. Hanarp and Co. Ltd., London, pg. 70.

Platão insiste na idéia de que “os males das revoluções não cessarão jamais antes que os vencedores renunciem a ir à desforra de seus inimigos e a pagar o mal com o mal por meio de batalhas, banimentos e assassinatos”.⁽²⁶⁾ Nessa passagem, não poderia ser mais clara a referência aos acontecimentos que vitimaram Dion e seus companheiros e que, em última análise, impossibilitaram a realização do projeto tecnocrático de Platão.

Para que a estabilidade política se prolongue e se crie um clima favorável à reforma do Estado num nível mais alto, superior ao do puro jogo das paixões primárias, é necessário, diz ele, “que os vencedores se auto controlem e estabeleçam leis comuns tão favoráveis aos vencidos quanto aos vencedores”.⁽²⁷⁾ Na linguagem da Carta VII, aí está formulada a tese fundamental d’*As Leis*: em substituição à solidariedade fundada na internalização de uma filosofia comum (*A República*), a unidade do Estado, dada a precariedade do ponto de partida oferecido pelas condições existentes, deve ser cimentada, a princípio, por um fator de coesão de outra natureza, a saber, um direito universalmente válido, ao qual se submetem tanto os mais quanto os menos poderosos membros das classes dirigentes (*As Leis*). Em lugar da disciplina moral decorrente da prática da filosofia, Platão passa a esperar que o comportamento virtuoso manifeste-se primeiro enquanto observância das leis: os estadistas devem conquistar o respeito de seus cidadãos “mostrando serem homens que, sabendo dominar seus apetites, preferem servir às leis e o conseguem”.⁽²⁸⁾ Uma legislação comum, comparada com uma filosofia comum, constitui, por certo, um fator de coesão de qualidade inferior e, em si mesmo, não pode ser considerado uma base suficiente para a construção imediata do Estado ideal. Contudo, tendo em vista as circunstâncias reinantes, cujo modelo exemplar foi fornecido pelo sistema político de Siracusa, o primado do direito representa a primeira pré-condição a ser satisfeita pelos que desejam ir até o fim da viagem no caminho da perfeição.

Explicitamente, nos conselhos que agora dá aos amigos e parentes de Dion, Platão substitui a teoria do comunismo e a teoria da educação pela teoria do direito. Isso ocorre justamente no momento em que trata, na Carta VII, da ques-

²⁶ Platão, *op. cit.*, p. 336.

²⁷ *idem, idem*, p. 337.

²⁸ *idem, idem*, p. 337.

tão fundamental da unidade do Estado. Em lugar de uma elite comunista, eis o que ele recomenda: “Se os vencedores desejam realmente conservar o Estado, escolherão entre eles os melhores homens, isto é, os mais idosos e que têm mulher e filhos e descendem de uma linhagem de ancestrais ilustres e virtuosos — todos possuidores de uma fortuna suficiente, o que chegaria a mais de cinqüenta, numa sociedade de dez mil habitantes”.⁽²⁹⁾ Por outro lado, em lugar de pretender que a elite venha a acatar as verdades universais por meio de um processo educacional de alto nível, Platão agora limita-se a desejar que a elite venha a acatar não-verdades, mas apenas leis universais, e que chega a isso não por meio da educação, mas a força de honrarias, de preces e, inclusive, de coerção: “por meio de preces e honrarias, é preciso persuadi-los, e depois exigir-lhes e obrigá-los a erigir leis, a não favorecer nem vencedores nem vencidos, mas estabelecer a igualdade e a comunidade de direitos em toda a cidade”.⁽³⁰⁾

Nossa hipótese de que na obra platônica a teoria de direito passa a ocupar o lugar teórico, a princípio reservado à teoria do comunismo e à teoria da educação, parece ser diretamente confirmada pelo próprio Platão na passagem da Carta VII, em que assim qualifica o projeto de reforma política que agora propõe aos amigos e parentes de Dion: “os presentes conselhos (...) assemelham-se como irmãos aos planos que Dion e eu tentamos pôr em prática de comum acordo”.⁽³¹⁾ O objetivo último permaneceu idêntico; a estratégia de ação, em consequência do fracasso da anterior, é que passou a ser outra. Os planos atuais não são os mesmos que os antigos; todavia, assemelham-se como um irmão se assemelha a outro.

Finalmente, testemunhando a íntima conexão existente entre a prática e a teoria, graças à qual os resultados negativos alcançados na primeira refletem-se na correção dos elementos da segunda que se revelaram inadequados ao dados da situação real, Platão termina por vincular a aventura política em que participou, juntamente com Dion, ao longo da qual adotaram a estratégia concebida n’A *República*, com a nova aventura que os amigos e parentes de Dion pretendem agora empreender, valendo-se da estratégia reformulada concebida n’As *Leis* e diretamente recomendada na *Carta VII*:

²⁹ idem, idem, p. 337.

³⁰ idem, idem, p. 337.

³¹ idem, idem, p. 337.

“uma fatalidade, mais forte do que os homens, destruiu (...) o primeiro empreendimento tentado com Dionísio para realizar o bem comum (...) Assim, tratai agora de ser mais felizes e de alcançar a vitória”.⁽³²⁾

Platão chega, assim, ao fim de seus dias sem ter jamais visto o seu ideal realizado. A tecnocracia platônica terminou como se espera que terminem os amores platônicos: inconclusa, incapaz de passar da palavra para o ato. O curioso é que nisso, como em muitos outros aspectos de seu pensamento e de sua militância, Platão não se distingue dos demais tecnocratas, cujas façanhas políticas examinaremos nas seções seguintes deste capítulo.

³² *idem, idem*, p. 331.

CAPÍTULO VI

A POLÍTICA DOS SAINT-SIMONIANOS

O *saint-simonismo* como movimento histórico deu certo, mas não no sentido em que havia sido intentado por Saint-Simon. Na realidade, o aspecto especificamente tecnocrático da doutrina atrofiou-se e desapareceu na medida em que o *saint-simonismo* continuou evoluindo depois da morte do seu fundador. Os objetivos que se materializaram como realidade histórica não incluíram a constituição de um “novo poder espiritual”, nem uma organização autônoma de técnicos e cientistas capazes de assumir a responsabilidade pelo exercício desse novo poder, nem a criação de um sistema supra nacional de solidariedade ideológica e política em que se integrariam os homens de ciência de todo o mundo.

Em resumo, a história subsequente do movimento explicitou o significado prático da ideologia proposta por Saint-Simon. A doutrina original continha três aspectos principais: a idéia de um novo poder tecnocrático, a idéia de uma nova religião da humanidade e, finalmente, a idéia de um novo sistema industrial. Saint-Simon concebeu esses três elementos (tecnocracia, religião e indústria) como partes interdependentes de um todo integrado de tal modo que a omissão de qualquer uma delas, fatalmente, repercutiria sobre as demais, modificando-lhes o caráter e as funções precípua que originalmente se destinavam. E isso foi de fato o que aconteceu. Na medida em que abandonaram o ideal tecnocrático, os *saint-simonianos* voltaram-se inicialmente para um tipo de religião que muito pouco tinha a ver com o Novo Cristianismo proposto por Saint-Simon. Depois dessa experiência eclesiástica, e assim que as mudanças experimentadas pelo capitalismo francês o permitiram, voltaram-se para um tipo de atividade industrial que não só era distinta da originalmente concebida, como também não lhes dava o lugar de tecnocratas e sim o de tecno-assessores ou tecnoburocratas.

No que diz respeito à seqüência temporal temos, portanto, três momentos distintos. O momento tecnocrático que caracterizou a escola durante a vida de Saint-Simon. O momento religioso-comunitário, de curta duração, que se mostra incapaz de criar raízes no contexto econômico e político da época e acaba auto dissolvendo-se. Finalmente, temos o momento industrialista-tecnoburocrático que, juntamente com o capital monopolista e o capitalismo de Estado, perdura até hoje. O primeiro momento, tendo existido mais como propósito do que como fato, foi tratado no capítulo anterior dedicado à história das idéias. Assim sendo, resta-nos agora examinar, ainda que sumariamente, os dois momentos subseqüentes à elaboração da utopia tecnocrática.

O herdeiro e continuador do *saint-simonismo* foi o filho de um banqueiro fracassado e ex-aluno da Escola Politécnica, Barhétémy-Prosper Enfantin, que se uniu ao grupo de discípulos logo após os funerais do Mestre. A princípio, a liderança do movimento foi compartilhada por um triunvirato que incluía, além de Enfantin, Olinda Rodrigues, pupilo e companheiro de Saint-Simon inclinado a uma posição mais ortodoxa, e Bazard, antigo revolucionário, ex-carbonário, que representava a ala esquerda do grupo, em oposição a Enfantin. O triunvirato, entretanto durou pouco. Com o passar do tempo, agudizaram-se as divergências entre os três líderes e em 1831, seis anos após a morte de Saint-Simon, o conflito com Enfantin leva Bazard a cindir o movimento. Os que o seguem, contudo, são uma minoria inexpressiva que se dissolve com a morte de Bazard no ano seguinte. Poucos meses depois de Bazard, Rodrigues também rompe com o grupo original proclamando-se, sem êxito, o único verdadeiro herdeiro de Saint-Simon. Isso deixa Enfantin sozinho, à frente do movimento.

Em 1825 inicia-se o processo que culminaria na exacerbação do aspecto religioso-afetivo da doutrina, mas, desde então, são simultaneamente plantadas as sementes que desabrocharão no industrialismo-tecnoburocrático da fase seguinte. Com efeito, o sistema concebido por Saint-Simon começa a ser redefinido na nova revista fundada pelo grupo: *O Produtor*. Nos artigos aí publicados, enfatiza-se mais a modernização do que a revolução do sistema existente. Defende-se, entre outras coisas, a idéia de que a liberdade e a arbitrariedade devem ser eliminadas da prática industrial, e prega-se o princípio de que as forças produtivas poderiam ser levadas a níveis nunca antes atingidos, mediante uma reorganização empresarial que promova um maior entrosamento entre os

participantes do processo produtivo (chefes, técnicos e trabalhadores). Sem dúvida, essas são idéias de Saint-Simon. A diferença está em que os discípulos as apresentam relativamente, omitindo os demais elementos que constituíam o todo da doutrina do mestre.

Seja como for, a verdade é que mesmo essas idéias escolhidas, próprias de um capitalismo mais amadurecido, eram ainda excessivamente avançadas para as condições da época. A imprensa liberal, atestando o fino faro para as heresias que ameaçam o credo do *laissez-faire*, reagiu violentamente às propostas dos *saint-simonianos*, aos quais acusava, pela boca de Benjamin Constant, de serem “sacerdotes de Tebas e Menfis” e propugnadores de “um papismo industrial”. Em menos de um ano, *O Produtor* deixou de circular por falta de recursos financeiros.

O grupo é assim forçado a mudar de tática e passa a confiar na propalação oral de suas teses procurando endereçá-las a um público potencialmente promissor, ainda que numericamente mais restrito. O alvo escolhido é a Escola Politécnica, cuja importância foi claramente percebida por Enfantin. “É necessário”, dizia ele, “que a Escola Politécnica seja o conduto pelo qual nossas idéias se difundam na sociedade”.

O novo método não tardou a dar frutos. Conforme foi constatado por Charléty em seu estudo sobre a história do *saint-simonismo*, foi a Escola Politécnica que proporcionou novos recrutas para o pequeno grupo inicial, e foi graças a esses novos convertidos que se tornou possível, a partir de 1828, o início de uma série de reuniões regulares realizadas em Paris para a discussão e formulação da doutrina, assim como o estabelecimento de uma ramificação do movimento no sudeste da França.

Durante esse período, permanece a tensão entre os dois aspectos contraditórios do movimento: o religioso e o tecnoburocrático. Por um lado, em 1826, Enfantin se perguntava: “O que devem dizer os sacerdotes para pregar filantropia? Que meios devemos usar para despertar o sentimento do povo para essa sublime religião? Sobre essas coisas ainda não sei o que decidir”.⁽³³⁾ Por outro lado, entretanto, principalmente através de Bazard, o grupo vinha realizando uma série de palestras públicas que serão depois publicadas sob o título *Exposição da Doutrina Saint-Simoniana*.

³³ cit., por Hippolyte Carnot, em *Sur le Saint-Simonisme*, 1887.

O traço importante dessa obra consiste em que, com excessão de algumas passagens provavelmente introduzidas sob a influência esquerdizante de Bazard, aí se encontram os enunciados básicos da postura tecnoburocrática que será adotada mais tarde por Infantin e seu grupo. Com efeito, na *Exposição*, o elemento propriamente tecnocrático do pensamento do Mestre, representado pela idéia de um poder espiritual separado e autônomo, foi abandonado. Transformou-se na concepção de um poder gerencial, administrativo, exercido pelos mais competentes no interior da própria esfera temporal. A rigor, semelhante reformulação tinha o significado de desligar os *saint-simonianos* de Saint-Simon, na exata medida em que os aproximava do tipo de pensamento que será mais tarde desenvolvido por autores como Burnham.

Muitos comentadores descrevem os *saint-simonianos* como socialistas. Markam, por exemplo, sustenta que “em tudo, exceto no nome, eles defendiam uma doutrina socialista completamente madura”.⁽³⁴⁾ Na realidade, entretanto, o que deve ser creditado aos *saint-simonianos* é a sua notável capacidade de ter percebido que o capitalismo competitivo não tinha futuro, e a sua audaciosa proposta de re-organização da ordem econômica num sentido adequado à expansão do capital monopolista. É esse espírito neo-capitalista que encontramos primeiro formulado em teoria na *Exposição* e depois realizado na prática, tão logo o movimento conseguiu se desfazer de suas ilusões religiosas.

Na *Exposição*, os *saint-simonianos* tomam posição contra a propriedade privada dos meios de produção e advogam explicitamente o princípio que, um século depois, iria ser conhecido como a separação entre a propriedade e o controle. Para combater a anarquia da livre competição, que eles vêem como sobrevivência da época feudal, os *saint-simonianos* propõem a eliminação do direito de herança no que concerne aos “fundos de produção”. A transmissão hereditária dos meios produtivos não oferece, a seu ver, nenhuma garantia de que o capital será entregue aos indivíduos mais aptos para utilizá-lo. Assim sendo, os recursos produtivos deveriam ser propriedade virtual do Estado, que os alocaria em função de critérios racionais entregando-os ao controle dos membros mais competentes da sociedade. “A propriedade”, dizem os *saint-simonianos*, “pode ser entendida e regulada de manei-

³⁴ Markham, F., *Social Organization, The Science of Man*, Harper Torchbooks, New York, 1964, p. XXXVI.

ras distintas em diferentes épocas. (...) Quando combatemos a propriedade como direito de nascimento ou de conquista, lutamos contra a Antiguidade e a Idade-Média e a favor da propriedade do futuro, a que será adquirida pelo trabalho pacífico e não pela guerra ou pela fraude, a que será conferida não pelo nascimento mas pelo mérito pessoal. (...) Com o novo direito de propriedade, a opulência e a glória constituirão o nobre patrimônio do trabalho, do sacrifício e do gênio”.⁽³⁵⁾ É desse modo que “a lei do progresso observada na sociedade tende a estabelecer um estado de coisas” em que passa a prevalecer um novo direito, que premeia não a fortuna familiar mas a aptidão individual: “cada um, segundo sua capacidade, a cada capacidade segundo suas obras”.⁽³⁶⁾

A nova organização industrial seria eminentemente autoritária, cabendo aos mais capazes a posição de “magistrados industriais”, a partir da qual seria exercida a chefia das unidades produtivas: “cada estabelecimento ou cada distrito industrial tem necessidade de um regulamento de ordens e, por conseguinte, de homens encarregados de vigiar seu cumprimento ou de modificá-lo segundo as exigências do trabalho, ou seja, de homens capazes de avaliar os fatos que prejudicam ou que convêm à produção”.⁽³⁷⁾ Em outras palavras, os “magistrados industriais” seriam administradores recrutados nas fileiras dos profissionais mais competentes para exercer o controle do aparelho produtivo e permaneceriam, em última análise, responsáveis perante os proprietários do capital. Na versão inicial, os *saint-simonianos* (provavelmente cedendo à influência de Bazard) pensavam em termos de capitalismo monopolista de Estado, na medida em que concebiam o Estado como sujeito virtual da propriedade. Posteriormente, entretanto, esse critério foi substituído pela noção mais flexível de propriedade acionária. Tanto num caso como no outro, a gestão da propriedade (acompanhada dos rendimentos correspondentes a essa função) seria exercida por uma elite de gerentes tecnoburocratas, da qual, por definição, encontravam-se excluídos os produtores diretos. Para que as massas trabalhadoras aceitem entusiasticamente os rigores dessa disciplina, recomenda-se a disseminação da educação profissional e da educação moral, esta última baseada na nova religião, a respeito de cujo conteúdo e estilo Enfan-

³⁵ Bazard, *Enfantin e Olinda Rodrigues, Exposição da Doutrina de Saint-Simon*, p. 317.

³⁶ *Idem, idem*, p. 254.

³⁷ *Idem, idem*, p. 223.

tin, como vimos, ainda não estava seguro nesse época: “Será que o povo ainda necessita de mistérios, crenças e fé?”, perguntava-se ele.

Por mais duvidoso que seja o socialismo dos *saint-simonistas*, é inequívoca a sua posição contrária aos postulados do capitalismo concorrencial clássico. Nesse particular, sua palavra de ordem era: “Moralizemos a Economia Política”, pelo que entendiam que o falso credo do *laissez-faire* deveria ser substituído pelas verdades cruas do desenvolvimento capitalista. Assim, escreviam eles em *O Globo*: “Todos trabalham e são funcionários. A propriedade é a função. A centralização, pesadelo dos liberais, é o índice, a condição do progresso necessário. Não há termo médio entre a centralização e a anarquia”.

Por essa época, portanto, já estava claro, de que lado se situavam os *saint-simonianos*. Preferiam a centralização à anarquia da produção; o burocrata competente que age explicitamente como funcionário do capital ao empresário voluntarista guiado por motivações egoísticas; a proeminência do papel do Estado, como agente regulador e orientador da vida social, à dissolução do Estado na sociedade; a concentração à nivelção dos recursos produtivos. Numa palavra, eles foram os proféticos defensores das características específicas do capitalismo francês que, no futuro, acabaram provando sua superioridade sobre a concepção tipicamente inglesa de uma ordem econômica racional baseada na espontaneidade das forças do mercado.

É bastante provável que os *saint-simonianos* tenham percebido, com uma clareza que certamente faltou a Saint-Simon, em que consistiam as diferenças entre o capitalismo clássico e o neo-capitalismo, quando esses dois esquemas são comparados do ponto de vista do contingente técnico científico. Claro está que, tanto num quanto no outro, não há lugar para os tecnocratas. Contudo, uma ordem econômica que tende para o modelo de um capitalismo monopolista de Estado, sem dúvida oferece uma vantagem especial para os homens de saber que aceitem subordinar-se à lógica do capital. De fato, ela abre para esses indivíduos um importante canal de mobilidade social na mesma medida em que tente a criar um número crescente de posições tecnoburocráticas e de tecno-assessoria, tanto no setor público quanto no setor privado.

Desde que perceberam esse tipo específico de oportunidade e orientaram-se no sentido de aproveitá-la, tornou-se evidente para os *saint-simonianos* a necessidade de abando-

nar o ideal tecnocrático professado pelo Mestre. Nesse aspecto, o pensamento dos discípulos, na verdade, revela um notável grau de coerência interna. Com efeito, foi observado por Gurvitch que uma das diferenças mais importantes entre Saint-Simon e seus supostos seguidores, consiste em que estes adotam uma postura fatalista e aceitam com um conformismo submisso a predominância de uma ordem superior que governa a natureza das coisas. Os discípulos não viam no conhecimento a garantia de uma emancipação integral do homem. Ao contrário de Saint-Simon, que pensava em termos de um humanismo ativo, provavelmente derivado da criatividade e da autonomia que singularizam o espírito científico, os discípulos assumiam uma visão do mundo segundo a qual o saber e o seu exercício apareciam como realidades cujo direito à existência é limitado e essencialmente condicional. Em resumo, os discípulos substituíram o ideal tecnocrático pela mentalidade tecno burocrática. “Quanto mais o homem tem consciência de seu destino”, diziam eles, “tanto mais trabalha com Deus para realizá-lo. Seguro de seu destino, lhe oferece seus votos e sua espontaneidade. Antes de atuar já sabe qual será o resultado geral de sua ação e, utilizando todas as forças de suas faculdades, torna-se um agente livre e inteligente de seu destino, o qual não pode nem quer mudar, mas apenas acelerar por meio do seu trabalho.”⁽⁸⁸⁾

Antes de levar à prática essas posições de princípio, os *saint-simonianos*, enquanto ainda incompreendidos pela sociedade do seu tempo, mergulharam numa experiência contracultural em que as doses de misticismo, amor livre, vida comunal e auto promoção encontravam-se combinadas num padrão análogo ao que foi reproduzido recentemente no estilo de vida *beat-nik*. Eis como o comentador H. Blanc retrata o início desse período:

“Os apóstolos fundaram uma casa-comunidade na Rua Mon-siguy e passaram a se vestir de um modo diferente, usando túnicas e calças azuis. Tudo conspirava para tornar a propaganda ativa e irresistível. As doutrinas eram formuladas em meio aos ruídos festivos e sob a inspiração feminina. Abandonando suas profissões, esperanças de enriquecimento e laços familiares, engenheiros, artistas, médicos, advogados e poetas juntaram-se para somar suas mais generosas aspirações. Alguns trouxeram seus livros, outros seus móveis. Faziam suas refeições em comum. O culto da fraternidade era ardorosamente praticado. Entre novembro de 1830 e abril de 1832, eles controlaram um

⁸⁸ Idem, idem, p. 177.

importante jornal, *O Globo*, que funcionava como seu órgão de propaganda. Cerca de duzentos discípulos foram recrutados entre os trabalhadores de Paris e alojados em centros comunitários.”⁽³⁹⁾

Para completar esse relato vale a pena acrescentar que, em termos de estruturas de classes, foi justamente durante a fase religiosa que os *saint-simonianos* conseguiram atingir o ponto máximo de distanciamento com respeito à burguesia e à elite política, às quais se vinculavam por laços ocupacionais, profissionais e de família, e lograram uma acentuada aproximação com as camadas operárias, procurando inclusive estabelecer contatos com os movimentos socialistas autênticos como, por exemplo, os owenistas. Ao que parece, a exacerbação religiosa-afetiva teve o mérito de enfraquecer o jugo ideológico exercido pelas classes dominantes e de permitir, portanto, que eles desenvolvessem atitudes e valores mais independentes, assim como formas de comportamento e de relacionamento social tidas como irresponsáveis e indisciplinadas quando julgadas do ponto de vista da cultura dominante.

Foi nesse contexto que se desenvolveu a disputa entre “Père Enfantin” e “Père Bazard”. Bem apessoado, mais eloquente e mais vibrante do que Bazard, Enfantin suscitou a questão do *status* da mulher na nova religião e em torno desse debate foi capaz de criar uma atmosfera de exaltação místico-emocional, atraindo para si a atenção da maior parte dos membros do movimento. Para Enfantin, o homem e a mulher constituíam “a primeira religião do amor: o mesmo homem e a mesma mulher juntos por toda a vida, é uma das formas dessa religião. O divórcio e uma nova união, é outra forma dessa religião”.⁽⁴⁰⁾ Sustentava igualmente que as relações sexuais livres dos discípulos com os sacerdotes *saint-simonianos* deveriam ser multiplicadas para promover a simpatia mútua entre todos e, com compreensível entusiasmo, defendia uma concepção mais ampla e generosa do amor: “podemos ver”, afirmava ele, “os homens e as mulheres unidos por um amor até agora desconhecido, uma vez que nunca arrefece nem se torna ciumento; o homem e a mulher dando-se a muitos, sem deixar de permanecer um casal cujo amor será como um banquete divino que cresce em magnifi-

³⁹ Blanc, L., e Markham, F., *Historie de Dix Ans*, vol. III, p. 3, Paris, 1956.

⁴⁰ Ref. por Markham, *op. cit.*, p. XXXVIII.

cência na proporção do número e da seleção dos convidados”.⁽⁴¹⁾ Para Bazard, semelhante concepção era uma flagrante distorção do princípio de reabilitação da carne estabelecido por Saint-Simon.

Em função do debate com Enfantin, Bazard sofreu um ataque cardíaco e rompeu com o movimento, mas acabou morrendo um ano depois sem conseguir fazer frutificar sua liderança dissidente. Enfantin, por sua vez, prosseguindo agora como único supremo sacerdote, chegou finalmente à conclusão de que a questão das relações entre os sexos só seria definitivamente resolvida quando surgisse a “Messias Feminina”. Em meados de 1832, transferiu-se juntamente com quarenta apóstolos para uma propriedade pertencente à sua família no bairro de Ménilmontant. Aí passaram a adotar um regime monástico de vida, praticavam a castidade e vestiam-se com um novo traje, desenhado pelo próprio Enfantin: túnica azul, calças brancas e boné vermelho. O grau do apóstolo na hierarquia era bordado na parte da frente da vestimenta, equanto que os botões eram fixados na parte de trás, de modo a “ênfatizar a mútua dependência fraternal dos apóstolos”. Os jardins da mansão de Ménilmontant eram franqueados ao público duas vezes por semana, quando um grande número de curiosos acorria para apreciar os costumes do grupo.

Tudo isso terminou tão logo a polícia interveio. Alegando, entre outras coisas, vinculações do grupo com uma revolta operária ocorrida em 1831 em Lyon, a justiça francesa condenou Enfantin e dois discípulos a um ano de prisão por crimes contra a segurança pública e a ordem moral. Simultaneamente, em dezembro de 1832, a associação dos *saint-simonianos* foi declarada ilegal. Não fosse por isso, o agrupamento provavelmente teria sido de qualquer forma esmagado pelo peso das dívidas, contraídas depois de terem sido gastos cerca de um milhão de francos provenientes da fortuna pessoal dos seus membros.

Ao sair da prisão, em setembro de 1833, Enfantin era um outro homem. Aqui começa a terceira fase do *saint-simonismo*: aquela em que finalmente se materializa o pragmatismo, a eficiência, o espírito de iniciativa e a capacidade organizatória do tecnoburocrata típico, que vê melhor e mais longe do que o comum dos mortais onde jaz o interesse real do Estado e da grande empresa.

⁴¹ Carta publicada no Globo, Janeiro de 1832.

No mesmo ano em que foi liberado, Enfantin viajou para Alexandria levando na cabeça nada menos do que a idéia de construir o Canal de Suez. Ali chegando, introduzido pelo vice-cônsul francês De Lesseps e juntamente com dois de seus seguidores, engenheiros de profissão, Enfantin discutiu com o governo três projetos de grande envergadura: a estrada de ferro Cairo-Suez, o Canal e uma barragem no rio Nilo. Obtida a aprovação do governo, Enfantin e um grupo de *saint-simonianos* trabalharam, por dois anos, no projeto da barragem. Embora esse esforço particular tenha acabado num malogro, Enfantin não desistiu do plano e conseguiu fundar, em 1846, a "Sociedade de Estudos para o Canal de Suez", que forneceu a De Lesseps uma parte importante dos dados e análises que fundamentaram o projeto do canal finalmente construído.

Nesse meio-tempo, Enfantin e os *saint-simonianos* dedicam-se a uma variedade de atividades de inegável relevância no mundo dos grandes negócios e da alta política. Convertendo seu estatismo em monarquismo puro e simples, Enfantin proclama Luiz Felipe como "Rei dos Trabalhadores" ao mesmo tempo em que estreita suas relações de amizade pessoal com os empresários e financistas favorecidos pelo regime. Em 1839 é nomeado para a "Comissão Científica da Argélia" (um típico cargo tecno-assessor). Da experiência adquirida no exercício dessas funções, retira um novo livro intitulado *A Colonização da Argélia*, em que sustenta a necessidade de se desenvolver ali um sistema de "feudalismo industrial" que não é, segundo as suas próprias palavras, um sistema de "liberdade, nem de igualdade". Mas, prossegue, "não nos queixemos. Trata-se do germe de uma nova hierarquia, direção e regulamentação do trabalho: uma hierarquia aberta e uma direção confiada à capacidade".⁽⁴²⁾

Entre a viagem à Argélia e a publicação dessa obra, Enfantin elabora uma série de projetos relativos à unificação de várias companhias de estradas de ferro, visando a criação de sistemas ferroviários integrados. Assim é que, em 1846, é nomeado Secretário-Geral da Companhia Ferroviária Paris-Lyon. Com a revolução de 1848, redefine uma vez mais o seu estatismo e proclama-se republicano moderado até agosto de 1850. Aceita abertamente o golpe de Luiz Bonaparte e, es-

⁴² Charléty, S., *Historie du Saint-Simonisme*, Paris, 1896, pp. 262-3.

treitando suas relações com banqueiros e capitalistas prepara o amálgama de interesses que constituem o círculo financeiro-industrial de Napoleão III.

A essa altura, Infantin está plenamente convencido de que a alma da grande política consiste na arte de forjar poderosos anéis econômico-burocráticos. Sob essa inspiração negocia, em 1852 com a ajuda de um outro *saint-simoniano*, a fusão de empresas da qual resulta a formação da Companhia Ferroviária Paris-Lyon-Mediterrâneo. Isso por um lado. Pelo outro dedica ao Imperador o seu novo livro, *A Ciência do Homem* (1858). Napoleão III, por sua vez, não esconde sua simpatia pela doutrina *saint-simoniana* pensando, naturalmente, muito menos nas idéias do Mestre do que nas obras dos discípulos. Como foi observado por Proudhon, o Imperador dependia estreitamente dos seus amigos, "os *saint-simonianos* e *tuti quanti* do sistema bancário e suas sucursais. Não é o Imperador, porventura, o servidor dos banqueiros *saint-simonianos* que podem derrubá-lo se comete uma infidelidade?".⁽⁴³⁾

De fato, o Imperador encontra-se vinculado a uma rede de relações político-econômicas, da qual os *saint-simonianos* participam com invulgar destaque. Como foi indicado nos parágrafos anteriores, não foi sozinho que Infantin fez o que fez: em cada uma de suas jogadas há sempre pelo menos um *saint-simoniano* presente. Claro está, isso não se deve ao acaso. Os *saint-simonianos* constituíam um movimento e, assim sendo, não só eram muitos como achavam-se estrategicamente colocados para se auxiliarem uns aos outros nos momentos oportunos: na passagem de Igreja à igreja, a filiação ao mesmo agrupamento ideológico foi mantida como fonte de dividendos adicionais em nada desprezíveis.

Saint-simoniano é Michel Chevalier, desde 1840 professor de Economia Política do Colégio da França e, em 1860, negociador com Cobden, do famoso tratado de livre comércio celebrado entre a Inglaterra e a França. *Saint-simoniano* é Henri Fournel que, em 1830, havia renunciado à direção da Creusot para filiar-se ao movimento quando este atravessava sua fase religiosa. Reproduzindo na sua biografia a evolução do grupo *saint-simoniano*, Fournel passa a ser, na fase seguinte, Inspetor Geral das Minas.

Ocupando um lugar de destaque na "panelinha" *saint-simoniana*, encontravam-se os irmãos Pereira cuja proemi-

⁴³ Proudhon, *Manual de um especulador da Bolsa*, prefácio, 1853.

nência do plano político, assinalada pelo fato de serem conselheiros diretos de Napoleão III e de terem participado de decisões tão importantes quanto a renovação da prefeitura de Paris, só é comparável à sua proeminência no plano econômico, no qual destacaram-se como fundadores do Crédito Mobiliário que foi simplesmente o mais importante banco comercial da França durante o Segundo Império. Deve-se, igualmente, à iniciativa dos irmãos Pereira a criação da primeira estrada de ferro que fez a ligação entre Paris e St. Germain, assim como a fundação da Companhia Geral Transatlântica, linha de navegação cujos primeiros navios foram batizados com nomes *saint-simonianos* (Fournel, Olinda Rodrigues, Isaac Pereira e Saint-Simon).

A estratégia *saint-simoniana* incluía uma visão ampla da gama de aliados a serem recrutados em benefício do fortalecimento global do agrupamento e, portanto, do poder de barganha da liderança. Nesse sentido, os *saint-simonianos* procuraram atrair para as suas fileiras e envolver em sua política uma série de personalidades que desfrutavam, em maior ou menor medida, de certa ascendência sobre o movimento operário. Algumas tentativas nessa direção fracassaram. Tal aconteceu, por exemplo, quando em 1853, valendo-se dos recursos do banco dos Pereira, tentaram comprar a adesão de Proudhon oferecendo-lhe a quantia de 20 mil francos para financiar um de seus projetos. Indignado, Proudhon rechaçou o oferecimento com firmeza, denunciou publicamente a chantagem e deixou bem claro que ele, como socialista, situava-se no pólo oposto ao *saint-simonismo*. Eis como Proudhon se manifestou a respeito. O prefácio ao "Manual de um Especulador da Bolsa": "O senhor Pereira é o representante e o chefe do princípio *saint-simoniano* do feudalismo industrial (trata-se do conceito que, como vimos, foi cunhado por Enfantin) que, nesse momento, orienta a economia nacional. Considero que esse princípio é antidemocrático, antiliberal e funesto para a causa da emancipação popular. Meu dever e meu destino é combater esse sistema em tudo e por tudo. Seria, portanto, estranho, e na verdade digno de um cavalheiro da indústria, que eu recebesse uma gratificação do inimigo."⁽⁴⁴⁾

Em outras ocasiões, contudo, parecem ter dado certo as tentativas de aliciamento acima referidas. Quer seja por interesse material, quer seja por debilidade ideológica, a ver-

⁴⁴ Idem, idem.

dade é que *saint-simoniano* também foi Buchez, um dos fundadores do socialismo cristão na França e presidente da Assembleia Constituinte de 1848. Da mesma forma, também ingressou para as fileiras do *saint-simonismo* o influente autor de ensaios socialistas, Pierre Leroux.

A função específica que o capitalismo confere aos tecnoburocratas e tecno-assessores é, precisamente, a de descobrir e explorar as oportunidades de expansão potencialmente contidas na ordem vigente. Trata-se de alargar o campo das inovações e dos empreendimentos promissores até o nível máximo permitido pela consciência das classes dominantes. Trata-se, inclusive, de abrir essa consciência para o significado real e as perspectivas futuras do sistema. Nesse sentido, como movimento portador da mentalidade tecno-assessora que é prestigiada politicamente e premiada economicamente na medida mesma em que impulsiona o desenvolvimento capitalista, nesse sentido preciso, é forçoso reconhecer que o *saint-simonismo* foi um êxito. Como observou Felix Markham, “não há exagero em dizer que os *saint-simonianos* representaram a mais importante força propulsora por trás da grande expansão econômica do Segundo Império, particularmente no desenvolvimento do sistema bancário e ferroviário. Desde 1825 (ou seja, desde a morte de Sain-Simon) eles reclamavam, no *Produtor* e *O Globo*, o desenvolvimento em larga escala das estradas de ferro. Em 1848, nesse setor a França encontrava-se ainda bem atrás da Inglaterra e da Alemanha. Em 1870, ela conseguiu emparelhar-se. Foram os *saint-simonianos* que construíram a maior parte das estradas de ferro da Europa — na Áustria, na Itália, na Rússia e na Espanha”.⁽⁴⁵⁾

Sem dúvida, os *saint-simonianos* foram brilhantes especialistas da função tecno-assessora, e a um tal ponto foram exímios no seu ofício de pôr à disposição do sistema a riqueza da inventiva humana que muitas de suas idéias, então pioneiras, só muito mais tarde tornaram-se prática corrente do capitalismo amadurecido. Tal é o caso do projeto de implantação do Crédito Intelectual em que *Enfantin* trabalhou durante os últimos anos de sua vida.

O esquema, que ele vislumbrara ainda em estado de pura possibilidade, consistia na organização de uma companhia de seguros destinada a financiar a educação profissional

⁴⁵ Markham, F., *op. cit.*, p. XL.

dos estudantes, os quais, depois de formados, reembolsariam os gastos envolvidos no seu processo de treinamento. Semelhante projeto representava, para a época, uma idéia excessivamente avançada, vale dizer, uma idéia situada para além do horizonte de percepção dos interesses constituídos. Hoje, no entanto, tornou-se por toda parte comum e corrente.

O mesmo pode ser dito do princípio *saint-simoniano* da associação. Em contraposição às formas abertas de exploração do homem no estilo da relação senhor-escravo, os *saint-simonianos*, advogam a possibilidade de ser tecida uma rede integradora capaz de desfazer, ao nível da consciência dos patrões e dos empregados, a existência das relações materiais de dominação e exploração. Segundo eles, além do ocultamento desses aspectos mais constrangedores da realidade, o princípio da associação entre todos os participantes das empresas (diretores, chefes, técnicos e trabalhadores) acentua com a vantagem extra de ser uma fonte de forças coletivas de produção de um valor inigualável e, até então, insuspeitado. Em estreita relação com esse princípio, encontrava-se a concepção adicional de que a arte deve ser de natureza social para “sacudir as massas” e estimular a “força muscular social.”

Essas idéias ficaram dormindo por um longo período, até que os homens de negócio compreendessem que ali estava o cerne da moderna concepção da empresa. Hoje, desenvolvidas e desdobradas em suas implicações, elas se encontram por toda parte. No momento mesmo em que estamos escrevendo estas linhas, a revista *Visão* acaba de publicar, na sua seção Vida Moderna, uma reportagem intitulada “A Felicidade Lucrativa” onde se lê: “Alguns empresários brasileiros de repente descobriram que o trabalhador feliz produz mais e passaram a se servir da psicologia social para resolver problemas de relacionamento nas empresas. Uma das técnicas mais utilizadas é a dinâmica de grupo. O resultado são equipes entrosadas e, obviamente, mais lucros”.⁽⁴⁶⁾ Mais adiante, o prestigiado educador Lauro de Oliveira Lima explica o repórter em que consiste o novo método associativo. “O treinamento em dinâmica de grupo implica em reciprocidade, em respeito mútuo, de modo que os participantes são convidados a se despirem de seu *status* ou, como costumam dizer para brincar com meus alunos-executivos, de seu

⁴⁶ Revista *Visão*, maio, 1972.

pedigree, anterior à formação do grupo, proibindo-se qualquer qualificativo como presidente, doutor, senhor e outros que revelam diferenças de relacionamento".⁽⁴⁷⁾

Esse brincar de faz de conta no próprio interior de uma estrutura de dominação e exploração, essa omissão sistemática dos conceitos de interesse e poder, é justo o jogo aparentemente arriscado que os *saint-simonianos* tinham em mente quando propuseram o princípio da associação. Puro e cristalino *saint-simonismo* é também a noção de "lideranças emergenciais" em seguida mencionada pelo referido educador: "através da distribuição de papéis consegue-se um bom treinamento das lideranças emergenciais: o indivíduo torna-se líder do grupo naquele momento em que está explicando a seus chefes o funcionamento de sua seção". Na linguagem dos *saint-simonianos*, isso era designado pela expressão "hierarquia de capacidades."

Como se vê, a bem pouco ficou reduzido aquele ideal de um poder espiritual autônomo, imaginado por Sanit-Simon para substituir o império da Igreja pela liderança dos homens de saber. Nas mãos dos *saint-simonianos*, a via da tecnocracia foi substituída pelo caminho viável da tecnoburocracia. Daí a sua modernidade.

No seu tempo, como hoje, o *saint-simonismo* convenceu a muitos. Mas não conseguiu, entretanto, enganar a todos. Falando em nome da consciência socialista da época, Proudhon por exemplo, foi capaz de perceber o significado real do movimento *saint-simoniano*. Para ele, tratava-se de um movimento que procurou mistificar os trabalhadores por meio de ficção da "associação universal", a fim de "atraí-los e vendê-los a seus piores inimigos": por um lado, o Estado, pelo outro, o "império industrial".⁽⁴⁸⁾

⁴⁷ Idem, idem.

⁴⁸ Proudhon, *op. cit.*

CAPÍTULO VII

A POLÍTICA DOS VEBLENIANOS

A Revolução Tecnocrática nos Estados Unidos teve o seu Marx em Veblen e o seu Lenin em Howard Scott. Informalmente, o movimento começa a adquirir uma fisionomia própria em 1919 sob a liderança do próprio Veblen na *New School for Social Research*. O primeiro encontro de Veblen com Scott ocorreu em setembro de 1918. Durante quase dois anos, juntamente com amigos, colegas e estudantes, Veblen organizou seminários e discussões voltadas para o diagnóstico dos problemas básicos do desenvolvimento industrial na sociedade capitalista. Como observa Elsner, Veblen via as atividades da *New School* como “uma oportunidade para recrutar os indivíduos tecnicamente treinados e possuidores dos conhecimentos e hábitos de pensamento que seriam vitais para a reorganização da sociedade”.⁽⁴⁹⁾

Formalmente, tudo começou em 1920 quando Scott, reunindo um grupo de tecnólogos, funda a organização chamada *Aliança Técnica*. A Aliança propunha-se a realizar a parte inicial do programa concebido por Veblen, ou seja, a parte referente ao levantamento técnico científico da realidade e a elaboração do modelo de um novo sistema produtivo. Conforme seus estatutos, tratava-se de identificar os disfuncionamentos do sistema industrial, estimar os recursos naturais e humanos necessários para assegurar um razoável pedrão de conforto para os membros da sociedade e estruturar um esquema de produção e distribuição perfeitamente coordenado.

Além desses objetivos técnico científicos, a Aliança dispunha-se igualmente a realizar atividades de cunho mais prático, visando objetivos de natureza econômica e política. Pa-

⁴⁹ Elsner, H., *The Technocrats*, Sgracuse University Press, N. Y. 1967.

ra tanto, foi criado um departamento especial chamado "Serviço de Engenharia Aplicada", uma espécie de escritório de planejamento que faria pesquisas, análises e projetos para outras entidades. A relevância política desse Serviço é comprovada pelo tipo de clientes que a ele recorreram, entre os quais destacam-se o Sindicato dos Ferroviários e os I.W.W. (Industrial Workers of the World) que constituem na época, juntamente com a A.F.L., uma das organizações de cúpula do movimento sindical norte-americano.

Os objetivos que persegue, os contatos que tenta estabelecer dentro e fora da comunidade técnico científica, assim como o tipo de membros que recruta para a organização são indicadores de que a Aliança foi concebida para ser o embrião do Soviet de Técnicos idealizado por Veblen. Veja-se, por exemplo, a composição do seu "Comitê Provisório de Organização": além do engenheiro-chefe, Howard Scott, temos um engenheiro civil, três engenheiros eletricitas, um químico, um físico, dois arquitetos, um estatístico, um agrônomo, um especialista em problemas habitacionais e dois educadores. Significativamente, na lista oficial dos membros do Comitê não é mencionado um único economista; o próprio Veblen é aí incluído como educador. Além dos economistas, a lista também exclui empresários, políticos, militares, religiosos, lavradores, estudantes e operários. Trata-se, portanto, de um esforço consistente para organizar uma liderança estritamente técnico científica. Como o próprio nome indica, o que se tem em vista é a constituição de uma Aliança Técnica que agrupe "os indivíduos essenciais à técnica de produção". Conforme sustenta o programa da Aliança, os técnicos não podem funcionar na política, nos sindicatos ou nas organizações financeiras; ao mesmo tempo, "a má administração e o caos impostos ao mecanismo industrial pela direção arbitrária dos interesses estranhos, atingiu um ponto tal que os técnicos sentiram a urgente necessidade de confederar suas forças num programa de coordenação industrial baseado não em crenças, mas em conhecimentos precisos".⁽⁵⁰⁾

Nas relações com a classe operária, as sugestões de Veblen também foram seguidas ao pé da letra. Scott iniciou seus contatos com os I.W.W. em 1919 e acabou convencendo alguns de seus membros da necessidade de criar um Bureau de Pesquisa Industrial do qual foi nomeado diretor. O Bureau teve vida efêmera, mas as relações prosseguiram em 1920

⁵⁰ Prospecto da Technical Alliance, ref. Elsner, *op. cit.*, p. 24.

através de um estudo sobre a produção e o consumo do cobre preparado pela Aliança Técnica. As idéias de Veblen dominavam as recomendações oferecidas pela Aliança: a crise do sistema industrial seria propulsionada não pela sabotagem da produção mas, ao contrário, se o sistema fosse forçado a trabalhar em termos de eficiência e máxima produção. Em consequência, segundo declara Elsner, os I.W.W. decidiram suspender a greve que havia sido planejada contra a indústria do cobre.

Um estudo sobre os I.W.W. ⁽⁵¹⁾ sustenta que as terias de Scott causaram profunda impressão na organização sindical, sendo que talvez uma centena de seus membros passaram a ter contato mais ou menos direto com Scott. Em setembro e outubro de 1920, dois artigos escritos por Scott foram publicados no periódico *One Big Union Monthly*, editado pelos I.W.W.

No primeiro artigo Scott apresenta sua concepção tecnocrática e pejorativa da vida política, a qual não seria mais do que "realidade subjetiva" e "expressão emocional das massas", apoiando-se no "fervor da fé e no fanatismo da crença". Na opinião de Scott, ecoa a voz de Saint-Simon: é um paradoxo esperar que os partidos políticos se organizem com base nos fatos positivamente conhecidos e comprovados. Observe-se, diz ele, a estrutura política norte-americana: os representantes são escolhidos por áreas geográficas e daí resulta a irracionalidade de termos um advogado representando uma área carvoeira ou um banqueiro representando uma região agrícola. Além disso, a incompetência é reforçada na medida em que os legisladores não são responsáveis pela execução de seus atos legislativos.

No segundo artigo, ⁽⁵²⁾ Scott tenta mostrar que as organizações sindicais têm uma estrutura inadequada, uma vez que agrupam os trabalhadores ou como indivíduos ou por suas crenças ideológicas, quando na verdade deveriam basear-se na sua capacitação para o exercício de funções industriais. Se os trabalhadores chegassem ao poder não seriam capazes de gerir o sistema industrial melhor do que os atuais dirigentes capitalistas. A tecnocracia, em compensação, prometia um paraíso. No momento, diz ele, cada trabalhador recebe em média o equivalente a 8 por cento de seu esforço

⁵¹ Gambs, John G., *The Decline of the I. W. W.*, Columbia University Press, New York, 1932.

⁵² Scott, Howard, *One Big Union Monthly*, set-out. de 1920.

produtivo total; segundo o plano do governo tecnocrático passaria a receber 69,3 por cento. O restante, não havendo lucro privado, constituiria um fundo de investimento, depreciação e financiamento de serviços educacionais e de saúde pública. A agricultura seria inteiramente industrializada. 75 por cento das pessoas empregadas no comércio varejista tornar-se-iam desnecessárias e seriam transferidas para atividades produtivas. As estruturas políticas e judiciárias seriam abolidas graças à “eliminação de todas as causas de litígio”. Todos teriam segurança econômica garantida por meio de um contrato de manutenção vitalícia feito com o Estado.

A despeito do entusiasmo inicial, a Aliança Técnica não dura mais do que um ano. Em meados de 1921 o grupo se fragmenta e a organização é dissolvida. Entre as causas do fracasso desse esforço inicial estariam a doença de Veblen que morre logo depois, as dificuldades financeiras enfrentadas pelo grupo, a retomada da prosperidade econômica do país e, finalmente, os conflitos surgidos entre Scott e alguns membros da organização.

Como acontecerá mais tarde na segunda fase de expansão do movimento tecnocrático, a Aliança Técnica foi contemporânea da crise econômica. Com efeito, após a breve e aguda recessão de 1921, conhecida como “recessão dos estoques” devido à rápida acumulação de estoques invendáveis que a caracterizou, o terreno deixara de ser fértil para a doutrinação tecnocrática. Em sua maior parte, os anos 20 marcaram um período de notável expansão do produto nacional, dos salários reais e do consumo de bens industriais duráveis. E o movimento tecnocrático, qual chama sem oxigênio, encolhe-se diante da invasão dos refrigeradores, rádios, fogões, automóveis e demais amenidades produzidas em massa e oferecidas a preços baixos.

Somente dez anos depois, em 1931, estimulada pelos efeitos da crise de 29, a chama se reanimará ameaçando transformar-se em incêndio e os tecnocratas se lançarão numa nova aventura, desta vez decisiva e com um ímpeto muitas vezes multiplicado. Durante o intervalo de uma década, Scott foi praticamente o único a permanecer fiel aos propósitos iniciais; em sua maior parte, os antigos membros da Aliança Técnica simplesmente acomodaram-se aos padrões convencionais de suas respectivas carreiras profissionais. Scott, no entanto, continuou pregando as teses tecnocráticas e por várias vezes tentou, sem êxito, criar uma nova organização nos moldes da Aliança Técnica. É difícil saber quem era precisa-

mente Howard Scott. Os tecnocratas, quando em ascensão, tendem a ser descritos por seus contemporâneos numa linguagem divinizadora. Por exemplo, eis como ele foi retratado numa reportagem publicada pela revista *New Outlook*:

"Nascido na Virgínia, Scott foi criado e educado na Europa. Seu pai foi um dos construtores da estrada de ferro Bagdá-Berlim. Ainda criança, Scott passava boa parte do tempo nos laboratórios. Seu pai fez tudo para torná-lo auto-suficiente. Aos dez anos de idade, Scott viajava sozinho pela Europa. Frequentou várias escolas na França e na Alemanha e formou-se precocemente na Universidade de Berlim. Ele possui três ou quatro títulos universitários, inclusive o título de Doutor em Engenharia pela Universidade de Berlim. Aos vinte anos ele ocupava uma posição de responsabilidade como pesquisador na indústria de tintas da Alemanha (...) Durante a primeira guerra trabalhou no Canadá e, identificando-se com as autoridades, tornou-se especialista em munições e dirigiu a construção de duas fábricas canadenses de munições. Depois da guerra veio para os Estados Unidos e foi nomeado técnico-responsável pela construção do Muscle Shoals Project. Mais tarde abriu um escritório de consultoria técnica em New York. Também dirigiu projetos de engenharia no México, na Espanha e em outros países. Tem seis pés de altura, proíbe que se use "doutor" na frente do seu nome e renunciou a uma cátedra para dedicar todo o seu tempo ao levantamento das condições energéticas do país".⁽⁵³⁾

O prestígio de Howard Scott atinge o seu ponto de máxima culminância nas primeiras semanas de 1933. A coincidência entre o apogeu da crise e o apogeu do movimento é perfeita: ambos ocorrem em fins de 32 e princípios de 33. A brusca queda do movimento tecnocrático ocorre em janeiro de 33. Como se vê nos gráficos abaixo reproduzidos, é justamente nesse período que se dá a inflexão das curvas de desemprego, do produto nacional bruto e da renda *per capita*.⁽⁵⁴⁾

Não havia precedentes na história norte-americana para os índices registrados no final de 1932: nada menos do que um quarto da força de trabalho encontrava-se desempregado e a espiral econômica descendente ameaçava seguir seu curso para níveis ainda mais profundos de depressão, caso o sistema continuasse entregue às forças cegas do mercado. No bojo da tragédia, a intervenção consciente e planejada reclamava seus direitos. Assim sendo, para análise que se

⁵³ Waine W. Parrish, "What is Technocracy", *The New Outlook*, novembro 1932, p. 14, U. S. A.

⁵⁴ North, Douglas C., *Growth and Welfare in the American Part*, Prentice Hall, 1966, pp. 169-170.

segue, é de suma importância ter em vista a natureza das políticas que permitiram a superação da crise. De fato, o que na prática foi feito e deu certo nada tinha que ver com o programa advogado pelos tecnocratas. Durante a administração Hoover foram tomadas algumas medidas que levaram o Estado a correr em socorro da iniciativa privada: a Corporação de Reconstrução Financeira (RFC) criada para fazer empréstimos destinados a encorajar a expansão dos negócios; a lei tarifária Hawley-Smoot estabelecendo proteções alfandegárias; o Farm Board organizado para promover a estabilização dos preços agrícolas. Todas essas iniciativas, ainda viciadas pelos

pruridos liberais, não tinham a profundidade requerida pelo momento histórico: os fundos postos à disposição da RFC revelaram-se insuficientes; as novas tarifas protegiam apenas algumas indústrias importadoras às expensas do setor exportador; os recursos orçamentários do Farm Board foram exauridos sem que os preços se detivessem.

Em 1933, sob Roosevelt, inicia-se uma atuação marcadamente mais agressiva e tipicamente pós-liberal. Seus primeiros cem dias de governo foram pontilhados por uma atividade legislativa sem precedentes. No final de sua gestão, o capitalismo norte-americano já se encontrava girando em torno de um novo eixo. Roosevelt começou por reformular as relações do Estado com o sistema bancário: através da nova legislação bancária a RFC foi autorizada a reabrir, manter e encorajar os bancos considerados economicamente viáveis. Ao mesmo tempo, o padrão-ouro foi abandonado e o ouro foi reavaliado para estimular a inflação dos preços. Em seguida, foi aprovado o National Industrial Recovery Act que

permitia a formação de coalizões e cartéis a fim de que os preços fossem elevados, juntamente com o ânimo dos investidores deprimidos diante da ausência de perspectivas lucrativas. Por outro lado, o Agricultural Adjustment Act autorizou o governo a pagar aos agricultores para que esses restringissem deliberadamente a produção, uma prática que Veblen descreveria como sabotagem oficializada. Outro mito liberal derrubado por Roosevelt esboroou-se com a instituição do financiamento do *deficit* governamental, ou seja, de um sistema graças ao qual o governo gasta mais do que arrecada.

A nova tendência que se impunha visivelmente, baseava-se na crença de que a prosperidade pode ser retomada graças a participação do Estado na reorganização das atividades e na realocação dos recursos em contraposição ao modo pelo qual o mercado naturalmente tenderia a se comportar. Essa nova mentalidade capitalista, e não o credo tecnocrático, foi o que permitiu a multiplicação das intervenções governamentais na forma de investimentos públicos numa variedade de projetos. Nesse sentido, uma das mais importantes respostas neo-capitalistas à preocupação dos tecnocratas com o problema dos recursos energéticos foi a instituição da Tennessee Valley Authority, criada para desenvolver um complexo integrado de barragens visando objetivos relacionados com a navegação, o controle das enchentes, energia e recreação. Finalmente, resta ainda mencionar a notável reviravolta ocorrida na legislação sobre previdência e seguro social.

Voltando aos tempos difíceis, anteriores a Roosevelt, havíamos notado que a ascensão política de Howard Scott desenvolvera-se paralelamente ao agravamento da situação econômica. Com efeito, na medida em que a crise de 29 se aprofundava e envolvia a economia norte-americana num naufrágio aparentemente irremissível, Scott começou a colher os frutos de sua longa pregação. Com a superprodução, a crise financeira e o desemprego de crescentes massas da população não foram poucos os que começaram a recordar-se de que a Aliança Técnica havia previsto a Grande Depressão e apontado o caminho da salvação. Muitos dos antigos companheiros de Scott voltaram a reunir-se junto a ele. E outros, novos, surgiram. Entre estes M. King Hubbert, o geofísico entusiasta que, a partir de 1931, ajudou Scott a criar uma nova organização semelhante, em espírito e intenções, à antiga Aliança Técnica. Chamava-se o Levantamento Energético da América do Norte.

Oficializada em 1932, essa organização a princípio não passava de um pequeno grupo que reunia, além de Scott e Hubbert, mais quatro profissionais de boa reputação: um arquiteto, F. Ackerman, e três engenheiros. Logo em seguida, o ingresso de mais um membro, o professor Walter Rautenstranch, do Departamento de Engenharia Industrial da Universidade de Columbia, facultou ao grupo um sólido ponto de inserção no estabelecimento acadêmico. É a partir de então que a equipe de Scott passa a ter sua base de operações na Universidade de Columbia, instalando-se nas salas cedidas pelo Departamento de Engenharia Industrial. Ao mesmo tem-

po, graças à influência de Ackerman, passa a contar com um *staff* de cerca de trinta pesquisadores postos à sua disposição pelo Architects' Emergency Relief Committee.

O objetivo inicialmente fixado pelo Energy Survey foi o de avaliar o desenvolvimento industrial dos Estados Unidos durante o último século. A análise deveria ser feita em termos de fatores físicos: homens-hora, dispêndio de energia, emprego da força de trabalho, volume e taxa de crescimento do produto, potencial energético disponível por indústria e assim por diante.

Depois de alguns meses de trabalho acadêmico, o grupo dá início às suas atividades propriamente políticas lançando-se numa campanha de auto promoção e propaganda das teses tecnocráticas. Beneficiando-se das condições favoráveis criadas pela crise econômica, a campanha logra um impressionante impacto sobre a opinião pública. O prestígio do grupo cresce rapidamente e o interesse pela tecnocracia irradia-se por toda a parte, empolgando sucessivamente os mais diversos setores da sociedade. Criam-se a cada momento novas oportunidades para a ampliação dos contatos e articulações políticas, obrigando o grupo inicial a reestruturar-se em termos de uma organização mais adequada para explorar a maré montante de sua ascensão social, política e ideológica.

A primeira aparição pública do grupo ocorreu em junho de 1932. Scott compareceu a uma reunião da Associação Americana de Estatística para relatar algumas conclusões preliminares do Energy Survey. O que ele tinha a dizer não podia ser mais grave, nem era possível conceber matéria mais sensacional para a imprensa de um país em crise. No dia seguinte, o *New York Times*, estampava as declarações de Scott: segundo os cálculos tecnocráticos a produção total atingira o seu ponto máximo em 1929, enquanto que o emprego industrial total chegara ao seu limite de expansão em 1919. A promessa dos anos vindouros seria uma curva descendente que mergulharia num precipício sem fundo: o desemprego continuaria a aumentar cada vez mais até o colapso final do sistema industrial vigente. Somente a instauração de um novo modo de produção, a tecnocracia poderia trazer a recuperação, e posterior expansão, dos níveis de vida pré-existentes à crise. No novo Estado tecnocrático não só haveria emprego para todos, como bastariam 660 horas de trabalho anual para que cada trabalhador passasse a desfrutar de uma renda superior à atual.

Dois meses depois da divulgação dessa notícia, o mesmo *New York Times* informava que o grupo tecnocrático vinha recebendo “centenas de cartas de outros centros de pesquisa, universidades, economistas, organizações sindicais e líderes políticos desejosos de conhecer mais detalhes.”⁽⁵⁵⁾

Provavelmente estimulado por essa reação, Scott lança oficialmente a campanha publicitária do movimento concedendo uma entrevista conjunta, na própria Universidade de Columbia, ao *New York Times* e ao *Herald Tribune*. A partir dessa entrevista e dos relatórios de circulação restrita em que o grupo esboçava, sem entrar em detalhes, os seus planos para a constituição de uma nova ordem sócio-econômica, Scott começa a ser convidado, em escala crescente, para encontros e reuniões com industriais, banqueiros, políticos, jornalistas e, inclusive, com aqueles que virão a ser logo depois os administradores do New Deal. Com a ironia que toda tragédia encerra, nessa fase da gloriosa ascensão, a Tecnocracia é procurada, recebida e minuciosamente examinada pela curiosidade dos grupos econômicos e políticos que virão a ser seus futuros e implacáveis coveiros.

Entrementes, a imagem de um formidável agrupamento de homens de saber, já agora conhecido como Tecnocracia *tout court*, continua a conquistar setores cada vez mais amplos da opinião pública. A revista *The New Outlook* inicia em novembro de 32 a publicação de uma série de artigos sobre o significado da Tecnocracia, seus homens, suas idéias e a esperança de um futuro pós-capitalista imediatamente acessível. Segundo a descrição da revista, a Tecnocracia surgia como um produto ideológico absolutamente novo, sem congêneres no passado político da humanidade, solidamente apoiado em fatos e números incontestáveis, enfim, um produto cientificamente garantido e, além de tudo, pronto para a venda imediata. A repercussão não podia ser mais entusiástica. Conforme relata Allen Raymond, “as agências de notícias divulgaram extratos desse texto para todo o mundo e eles foram publicados em primeira página de Vancouver a Miami. Os editores da Costa do Pacífico telegrafaram para os diretores das agências de Nova York afirmando que esse noticiário, se verdadeiro, constituía o maior assunto jornalístico dos últimos anos”.⁽⁵⁶⁾

⁵⁵ Cf. Elsner, *op. cit.*, p. 3.

⁵⁶ Raymond, Allen, *What is Technocracy?*, McGraw-Hill, 1933, pp. 24-25.

Não era para menos, se se tem em vista as revelações do articulista da *The New Outlook*. Entre outras coisas, dizia ele: “nossos engenheiros informam que enfrentaremos a ameaça de bancarrota nacional e talvez o caos generalizado dentro de 18 meses”. Os estudos realizados pela Tecnoocracia “durante mais de uma década” (como se a Aliança Técnica estivesse funcionando ininterruptamente desde a sua fundação) “conduzem à afirmação incondicional de que não existe qualquer solução sob o sistema de preços”. Tal conclusão não se baseia em simples opiniões: ao contrário, ela é derivada de um sistema científico de interpretação da realidade, numa teoria cuja estrutura matemática “é mais complexa do que a teoria do campo unificado de Einstein”.⁽⁵⁷⁾ Assim como Saint-Simon, um século antes, fez o que pôde para capitalizar o prestígio científico estabelecido pela obra de Newton, mais do que isso faz agora a Tecnoocracia colocadndo-se a si própria em pé de superioridade com relação a Einstein.

As afirmações do articulista da *The New Outlook*, entretanto, não passavam de tímidas revelações se comparadas com as estrondosas profecias contidas nas citações de Howard Scott que a revista inseriu no mesmo texto. Depois de afirmar que o sistema vigente, diante da mudança social trazida pela tecnologia moderna, só poderia oferecer “narcóticos” e estava fadado a passar “de um gesto fútil a outro até a sublimação final do medo”, Scott conclui que, a despeito das medidas reacionárias que serão colocadas em prática pelos homens de negócio e pelo governo, nada poderá “bloquear o advento de uma nova ordem tecnológica”. Desafiando abertamente os líderes da nação, Scott declara que o que está aí “é a sua (deles) nau do Estado e, se eles não podem encontrar uma solução, a força imperativa das condições continentais trará ao comando aqueles que o podem. Os problemas existentes transcendem todas as teorias sociais, toda política partidária e o próprio governo. Trata-se da civilização em marcha”.⁽⁵⁸⁾

Em conseqüência do êxito da campanha publicitária surgiu a necessidade de re-estruturar o movimento, dotando-o dos instrumentos organizacionais apropriados para a escalada política em direção à tomada do poder. O recrutamento de novos membros, as adesões de um sem número de simpatizantes, a ampliação dos gastos financeiros, o alargamento

⁵⁷ Cf. Elsner, *op. cit.*, pp. 5-6.

⁵⁸ Scott, Howard, *cf. Elsner, op. cit.*, pp. 5-6.

e a multiplicação das áreas de articulação política e a própria necessidade de continuar os estudos que constituíam o desiderato inicial e a base de sustentação do movimento, tudo isso implicava numa massa de esforços e iniciativas que ultrapassavam de muito a capacidade de coordenação e a competência específica da pequena equipe de pesquisadores que se reunira um ano antes para fundar o Energy Survey. Assim é que, ao lado da organização de fins técnico científicos que continuava a funcionar na Universidade de Columbia, foi criado um Comitê Continental da Tecnocracia (CCT). Por meio dessa organização seriam elaborados, desenvolvidos e implementados os objetivos extra científicos do movimento: tal como fora concebida, ela deveria ser o braço político da Tecnocracia.

Dadas as suas finalidades precípuas e embora submetido ao controle último do grupo tecnocrático, o *staff* do CCT era basicamente constituído por um outro tipo de gente. Os primeiros a serem incorporados ingressaram como voluntários atraídos pelo impacto do movimento e eram, significativamente, especialistas em relações públicas: Charles Bonner e Roger Riis, ambos escritores e publicistas. Uma vez no exercício de suas funções (que a princípio consistiam em dar vazão à correspondência e atender aos pedidos de informação), Bonner e Riis passaram a ampliar a envergadura da organização. Em pouco tempo recrutaram um grande número de escritores e jornalistas, uma boa parte dos quais eram ou se tornaram figuras destacadas nas suas profissões. Segundo informa Elsner, entre os que ingressaram para o CCT estavam Richard Walsh, fundador da *John Day Press*; James Waterman Wise, editor do periódico *Opinion*; Quincy Howe, editor do *The Living Age Time* e ainda Dal Hitchcock que funcionava como elemento de ligação com Scott.

Graças ao CCT foram canalizadas para o movimento, além de uma variedade de novos apoios políticos, as contribuições financeiras de liberais e filantropos que por um motivo ou por outro simpatizavam com a causa tecnocrática. Com o novo impulso dado pelo CCT, a agitação tecnocrática aumenta extraordinariamente nos últimos meses de 1932. Em janeiro de 1933 torna-se patente que a pequena chama acesa por Veblen e alimentada por Scott durante mais de uma década convertera-se em gigantesca labareda. Se a grande imprensa pode ser considerada um termômetro confiável, um

dos dados disponíveis indica com precisão que enfim a Tecnocracia atingira o nível das altas temperaturas: somente o *New York Times*, apenas no mês de janeiro de 1933, publicou nada menos do que sessenta artigos sobre a Tecnocracia.

O índice Bibliográfico de 1933 registra, para o princípio do ano, a publicação de 41 (quarenta e um) artigos em revistas, além de 17 (dezessete) livros e panfletos focalizando o problema tecnocrático. Diretamente, os mentores do movimento contribuíram muito pouco para essa explosão bibliográfica. De sua autoria foram lançados apenas dois textos: uma *Introdução à Tecnocracia*, contendo escritos de Ackerman e Scott e o *ABC da Tecnocracia*, presumivelmente redigido por Ackerman em linguagem acessível para o grande público.

Paralelamente a essa febril atividade literária, multiplicavam-se as iniciativas organizatórias ao nível das grandes massas. Por toda parte formavam-se grupos e associações que, formal ou informalmente, filiavam-se à corrente central do movimento, sediada em Nova York. Segundo um comentarista, “as sociedades tecnocráticas alastraram-se de costa a costa”. Infelizmente não existem dados confiáveis com respeito ao número dos grupos e organizações tecnocráticas locais que floresceram durante o período 1932-33. Embora depois viesse a reconhecer que a estimativa era exagerada, Howard Scott várias vezes sustentou que chegaram a ser constituídas cerca de 300 associações desse gênero.

Como observa Elsner, “os livros, revistas e artigos de jornais não dão uma idéia adequada da reação popular à tecnocracia. As publicações a ela inteiramente dedicadas florescem brevemente para logo depois morrer; panfletos mal impressos proliferam por toda parte. A tecnocracia era tema de canções, anedotas e poemas. Em toda essa produção a palavra “tecnocracia” era livremente usada para expressar todo tipo de medos e esperanças a respeito da ordem econômica, sem que se tivesse uma clara noção do trabalho realizado pelo grupo de Nova York (. . .) Se havia algum denominador comum a todas essas reações, este era o sentimento de que o homem havia despertado um monstro — a Máquina — que acabou por escapar ao seu controle e ameaçava destruir sua civilização. Poderia a Ciência — corporificada na pessoa dos Tecnocratas — salvar-nos?”⁽⁵⁹⁾

⁵⁹ Elsner, *op. cit.*, p. 78.

A evolução aproximava-se do seu apogeu quando o CCT, no cumprimento de suas funções precípua, marcou um novo tento organizando uma programação verdadeiramente espetacular para o dia 13 de janeiro de 1933. Howard Scott, como convidado de honra, faria um discurso durante um banquete oferecido no Hotel Pierre de Nova York para uma seleta audiência constituída por banqueiros, industriais, economistas, artistas e figuras proeminentes da vida pública norte-americana. Simultaneamente, as palavras de Scott seriam retransmitidas ao vivo pela maior cadeia de radio-difusão já montada nos Estados Unidos. O brilho da cerimônia, a qualidade dos convivas, a amplitude do público e a sugestão insinuada pelo contexto, tudo contribuía para dar à ocasião o peso majestoso de uma fala presidencial. A realidade estava prestes a encenar o espetáculo com que Saint-Simon não ousara sonhar. Diante dos microfones, Howard Scott iria dirigir-se pessoalmente aos representantes das elites dirigentes que se encontravam sentados a seus pés, ao mesmo tempo em que as massas populares beberiam suas palavras com os ouvidos colados nos aparelhos receptores, fartamente distribuídos por uma abundância econômica que, ao desaparecer, deixaria em seu lugar a triste perplexidade de uma consciência nacional incapaz de compreender tanto a si mesma quanto ao mundo em que vive. Uma sociedade em trevas depositava na razão técnico científica sua esperança de luz.

Tudo estava programado par ser perfeito como uma máquina. Mas eis que a imperfeição surge justamente onde ninguém podia suspeitar que ela estivesse: subitamente, o homem falha. Não um homem qualquer, mas ele próprio, Howard Scott, o Engenheiro-chefe, o Tecnocrata em pesoa.

Em resumo, faltavam a Scott as virtudes necessárias para exercer a liderança de um movimento político revolucionário. No Hotel Pierre, ao se ver pela primeira vez na vida confrontado com um público nacional, Scott enfiou os pés pelas mãos: sendo péssimo orador, e, por outro lado, arrogante demais para limitar-se à leitura de um texto preparado de antemão, Scott lançou-se numa diatribe desconexa, entremeada de expressões de um jargão pseudo científico e hermético que a ele próprio confundia. Não conseguia terminar as frases iniciadas, voltava atrás, gaguejava, contradizia-se; muito menos foi capaz de marcar posições claras e bem definidas a respeito das principais questões políticas do

momento. Chegou inclusive a declarar que a Tecno­cracia não possuía nenhuma teoria a respeito da tomada de poder e nem tinha intenções de ir a parte alguma.

O clímax transformou-se em anti clímax: a razão não sabia raciocinar, o líder não queria liderar, a competência não encontrava a solução dos problemas, a causa política dos técnicos produzia efeitos contrários à técnica da política e avançando a esmo, incapaz de definir seus meios e seus fins, o movimento certo dissolvia-se numa agitação errática. Na opinião da maioria dos observadores, o significado daquele 13 de janeiro no Hotel Pierre surgiu claro como água: para a Tecno­cracia, estava tudo acabado.

E de fato assim foi. Mas não por causa de um discurso infeliz numa noite de má sorte. Na verdade, a Tecno­cracia teve a sua grande oportunidade histórica nos Estados Unidos, graças à brecha que se abriu durante a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Enquanto Scott, a Aliança Técnica, o Energy Survey e o CCT gesticulavam no proscênio, as forças capitalistas, sacudidas pela grande crise, tratavam de encontrar um novo caminho, um novo esquema de auto-afirmação capitalista. O maior equívoco dos tecnocratas foi imaginar que eles eram os únicos a perceber que as coisas não podiam continuar como antes: os interessados diretos na questão rapidamente chegaram à mesma conclusão e, além disso, embora aparentemente empurrados contra a parede, estavam longe de ter perdido a confiança em sua própria capacidade de reabilitação. Mais do que ninguém, a grande burguesia sabia que era preciso fazer alguma coisa, urgente e drástica. Porém, o fim do capitalismo proposto pela Tecno­cracia era, obviamente, algo que jamais lhe passou pela cabeça. Para ela, ao contrário, tratava-se de assegurar a continuidade do processo de acumulação de capital, fosse como fosse. Os pobres tecnocratas, apesar de sua apregoada sabedoria, não foram capazes de perceber o que, para a burguesia, era uma verdade límpida: o capitalismo ainda era eminentemente salvável. Bastava apenas fazer o que de fato foi feito, ou seja, re-ordenar o sistema em torno de um novo eixo centrado na grande corporação e no Estado intervencionista e co-ordenador. Ao descobrir que o que é ruim para o capitalismo concorrencial pode ser bom para o capitalismo monopolista, a burguesia deu-se conta de que não tinha nada a perder com

a troca e, sentindo-se preparada para recomeçar o jogo, ato contínuo, pôs as cartas na mesa para uma nova jogada: o New Deal.

Para descobrir o que estava acontecendo diante dos seus olhos, teria bastado aos tecnocratas simplesmente ler o que vinha sendo publicado. Sua exclusiva preocupação com os aspectos físicos do sistema industrial, lado a lado com seu medíocre menosprezo pelas ciências sociais, custaram-lhes elevado preço pago pelos que fazem política sem saber onde estão metidos. Se, em lugar de medir *ergs* e calcular estatísticas de produção, tivessem se dedicado a acompanhar a literatura econômica, política e sociológica da época, teriam visto avolumar-se uma montanha de publicações anunciando, prevendo e recomendando a virada do velho capitalismo para o novo capitalismo. Como poderiam ser apanhados de surpresa pelo New Deal se tivessem dado atenção aos estudos desenvolvidos por Keynes? Bastaria ter lido, em 1926, o seu *O Fim do Laissez-Faire*. Na realidade, a produção teórica que se iniciara no começo do século atingira um ponto culminante justamente no ano de 1932 com a publicação da obra de Berle e Means, *A Corporação Moderna e a Propriedade Privada*. Precisamente no ano em que o estardalhaço tecnocrático chegava ao seu momento de máxima euforia, Berle e Means, apoiados em sólido material empírico e arguto tirocinio, argumentavam com todas as letras, e tão enfaticamente quanto possível, que a grande corporação moderna representava uma nova realidade, uma ruptura histórica, uma entidade qualitativamente distinta da velha empresa capitalista. E acrescentavam que, sendo assim, era inevitável que dela só se poderia esperar formas de comportamento radicalmente distintas das que caracterizaram a empresa típica dos períodos anteriores. Em suma, não só as cartas estavam na mesa como estava pronta a teoria do jogo. Não faltava mais nada. Estava claro que chegara ao final a exibição amadorística dos tecnocratas. O cenário estava montado para um verdadeiro espetáculo profissional: o New Deal.

O sistema não mais se encontrava “suspenso entre o passado e o futuro”. O novo passo fechava definitivamente a brecha aberta durante os anos 30. Os tecnocratas, que justamente haviam se enfiado por esse túnel na vã ilusão de que soara a sua vez histórica, foram simplesmente soterrados. Sem entender que estavam sendo sepultados vivos, os tecnocratas não puderam impedir que, um após outro, os seus

coveiros fossem lançando terra sobre seus corpos ainda quentes em meio à corrida em direção ao poder. Alguns *flashes* são suficientes para contar a história desse massacre:

Dezembro de 32: o *Herald Tribune*, de Nova York, publica uma série de artigos desmentindo praticamente todos os títulos e feitos que a biografia oficial de Scott lhe creditava. Sua educação não tinha sido das melhores e sua carreira profissional, com exceção de um emprego na Muscle Shoals, foi completamente diferente do que se apregoava. Inclusive no caso desse emprego, o cargo de Scott não era o de engenheiro-chefe, mas apenas o de capataz de uma turma de operários. Além disso, tinha sido acusado de incompetência e conduta irregular, razões pelas quais foi demitido do emprego. Enfim, o que se afirmava sobre o passado de Scott, ou era comprovadamente falso ou questionável por falta de provas.

20 de dezembro de 32: Como se sabe, é essencial para qualquer liderança tecnocrática garantir a coesão de sua própria retaguarda, pois um movimento, que não consegue evitar a ruptura interna do contingente técnico científico tem os seus dias contados. Com efeito, a traição dos colegas surgiu entre os episódios que marcaram a queda dos tecnocratas. De repente, conhecidas personalidades da engenharia e dos círculos universitários passaram a lhes dirigir ataques frontais. Significativamente, ninguém menos do que o próprio presidente do M. I. T. (Massachusetts Institute of Technology) veio a público para declarar que a Tecnocracia era “falaciosa e inexata”.

1.ª semana de janeiro de 33: Dois cavalheiros, C. F. Kettering e Alfred P. Sloane, fazem declarações públicas contrárias ao movimento tecnocrático. Quem eram eles? Dois diretores da General Motors. Coincidentemente, na mesma semana são divulgadas as críticas feitas ao movimento pelo Dr. Julius Klein. Este também era um crítico respeitável, não apenas por causa do doutor antes do nome, mas acima de tudo por se tratar do secretário assistente da pasta do Comércio. A grande corporação e o Estado, unidos, declaravam que o movimento tecnocrático carecia de razão de ser. O futuro já tinha dono.

10 de janeiro: Um movimento político que não tem razão de ser é uma loucura. A *technocracy* está fazendo o país ficar *technocrazy*, foi o que afirmou um outro doutor, desta vez Virgil Jordan, Presidente da Conferência Nacional da Indús-

tria. Secundando o dueto dos dois primeiros solistas (Estado e G. M.), a indústria nacional sustenta em coro, pela boca do presidente de sua organização de cúpula, que “a Tecno-
cracia está provocando efeitos paralisadores sobre seções responsáveis da comunidade dos negócios”. Gravíssimo atentado reclamando imediata punição.

8 de janeiro: Entrementes, a reação anti tecnocrática conseguiria romper a unidade do jornal que vinha dando cobertura ao movimento liderado por Scott. O *New York Times* publica um artigo assinado por um membro de seu corpo editorial questionando a validade dos números e fatos até então apresentados pela Tecno-
cracia: as dramáticas esta-
tísticas, relativas ao crescimento da capacidade produtiva e à substituição da força de trabalho pela nova tecnologia, baseavam-se em dados incorretos e cálculos imprecisos, não podendo ser aceita qualquer conclusão daí derivada.

15 de janeiro: Apesar de admirá-los por sua capacidade técnica, Veblen, como vimos, sempre temeu a “fidelidade de homem-alugado” que os engenheiros manifestam pelo sistema dominante. Eis que ele tinha razão. O Conselho Americano de Engenharia prefere optar pelo outro lado e emite uma resolução na qual acusa os tecnocratas de, ilegitimamente, capitalizarem a seu favor “os medos, as misérias e as incertezas provocadas pela depressão”.

24 de janeiro: Sai a campo o presidente da Federação Americana de Publicidade. A Tecno-
cracia visava abolir a empresa privada. Ora, sem empresa privada não há anuncian-
tes e sem anunciantes não há anúncios. Era mais do que natural que a Federação preferisse o futuro prometido pelo capital monopolista e o Estado do Bem-Estar, para os quais a propaganda vem em primeiro lugar. Atacar a Tecno-
cracia era, em si mesmo, um esforço de auto promoção que os profissionais da publicidade entregaram-se de bom grado.

24 de janeiro: O Presidente da Packard Motor Car Com-
pany expressa sua oposição à causa tecnocrática.

24 de janeiro: Onde vão os pilares do sistema vão tam-
bém as suas traves. Depois que os interesses superiores da nação tomaram partido, faltava apenas demonstrar que esse era o lado de Deus. A cruzada anti tecnocrática foi abençoada pelo bispo que presidia a Igreja Episcopal e, demonstrando que nas horas graves vence o espírito ecumênico, um cardeal da Igreja Católica Romana também condenou a he-
resia tecnocrática.

Como se vê, não faltaram razões de peso nem motivos substanciais para que os chefes tecnocratas chegassem à conclusão de que advogavam uma causa vazia. De fato, ao colidir contra a resistência das forças de sustentação do sistema capitalista, o barco tecnocrático começa a fazer água na própria casa das máquinas.

23 de janeiro: Os jornais noticiam em primeira página que quatro dos membros mais importantes do grupo (Rauntenstranch, Jones, Ackerman e Henderson) anunciaram oficialmente seu desligamento. Renunciavam a continuar participando do movimento devido ao fato de terem surgido “desentendimentos e equívocos relativos ao conteúdo e aos objetivos da Tecnocracia”. Encerrado esse período de suas vidas, cada um deles voltou ao rame-rame da rotina acadêmica.

23 de janeiro: Scott foi proibido de continuar trabalhando na Universidade de Columbia. Em outras palavras, a Universidade suspendeu a autorização para que o quartel-general da Tecnocracia continuasse funcionando nas suas dependências. Esse melancólico desfecho teria sido precipitado pela indignação dos membros de outros Departamentos irritados com as incursões dos engenheiros liderados por Scott no campo da economia e das ciências sociais. Além disso, como se sabe, o Presidente da Universidade americana encontra-se normalmente exposto às mais variadas pressões de origem extra-acadêmica. Seja como for, Scott perdeu sua importante base organizacional de Columbia. Restava-lhe, ainda, o C. C. T.

29 de janeiro: O C. C. T. anunciou seu rompimento oficial com Scott. Dias antes, os dirigentes do C. C. T. convocaram uma reunião com Scott para decidir se continuariam ou não a dar-lhe apoio. Segundo eles, a questão fundamental era conhecer a opinião de Scott sobre o caráter da tecnocracia: trata-se de um movimento democrático ou ditatorial? Fizeram a pergunta e, em lugar de Scott, quem respondeu foi sua futura esposa, Eleanor Steele, também presente à reunião: “Claro que é democrático, mas Howard terá sempre o poder de veto”. Scott permaneceu calado. Os dirigentes do C. C. T. retiraram-se, dando tudo por encerrado.

Fevereiro de 33: A essa altura a tecnocracia já era tratada em termos debochativos. Ridicularizando as teses e a linguagem tecnocrática, John Lardner e Thomas Sugrue pu-

blicam o livro intitulado *The Crowning of Technocracy* em que o risível é localizado justamente nas pretensões científicas do movimento.

Março de 33: Continuando e estendendo a crítica satírica para o domínio do grande público, a revista humorística *Judge* dedica um número inteiro à publicação de caricaturas, piadas e *cartoons* tratando a tecnocracia como um circo em que os palhaços são os tecnocratas.

Abandonado por quase todos os seus companheiros de aventura (dos mais importantes apenas Hubbert e Hitchcock mantiveram-se fiéis), ainda assim Scott decide fundar uma nova organização. Denomina-a *Technocracy Inc.* e aut nomeia-se seu diretor, cargo que ocupou pelo resto da vida. A *Technocracy Inc.* existe até hoje. Em 1965 ainda publica três revistas quadrimestrais: *The Technocrat*, em Los Angeles; o *Northwest Technocrat*, em Seattle; e o *Technocracy Digest*, em Vancouver. Permaneceu, no entanto, como uma organização incubada numa sociedade em que jamais logrou estabelecer-se como uma força contestatória respeitável. Caracteristicamente, conseguiu uma efêmera expansão por volta de 1939, ou seja, durante a crise mundial que culmina na Segunda Grande Guerra. Mas essa nova crise não deu dividendos comparáveis às do início dos anos 30. Estima-se que mesmo nesse novo período de apogeu, o número máximo de filiados que a organização conseguiu recrutar não ultrapassou a casa dos 10 mil.

O C. C. T. também continuou em funcionamento, mas com menos dinamismo do que a organização de Scott. De acordo com a opinião de um de seus dirigentes, o C. C. T. baseou-se no recrutamento de "sonhadores, utópicos, anarquistas e liberais de esquerda", enquanto que a *Technocracy Inc.* era formada pelos que favoreciam "uma conspiração de homens situados em posições-chaves que aguardariam o momento oportuno para tomar o poder pela força quando a economia entrasse e mcolapso". Seja como for, a verdade é que, depois do fulgurante momento de glória, tanto a ala mais radical (Scott), quanto a ala mais moderada (C. C. T.) da revolução tecnocrática ideada por Veblen foram mergulhadas, contra sua própria vontade, na sombra do esquecimento.

CAPÍTULO VIII

A POLÍTICA DA TECNOESTRUTURA

Como foi exemplificado no capítulo anterior, ao examinarmos as idéias de Galbraith, os ideólogos contemporâneos da tecnocracia consideram que as características da tecnologia moderna tornam necessário e inevitável o controle do poder pelos integrantes da chamada tecnoestrutura. A hipótese unanimemente compartilhada por esses ideólogos é a de que quanto mais a tecnologia se torna complexa, sofisticada e rigorosa, tanto maior é o número de especialistas que passam a ocupar posições de destaque no governo e nas empresas e, conseqüentemente, tanto maior é a influência desses especialistas sobre o processo de tomada de decisões políticas. Em última análise, teríamos que a uma tecnologia ultra-avançada, corresponderia o controle efetivo do poder por parte dos membros da tecnoestrutura.

Com base nessa hipótese seria portanto possível argumentar que a análise do fracasso político dos *saint-simonianos* e dos *veblenianos* é inconclusiva com respeito aos projetos atuais da tecnocracia. De fato, é cabível alegar que esses movimentos tentaram firmar a supremacia do contingente técnico científico sobre as demais elites do poder numa época em que faltava a condição essencial para o êxito tecnocrático: o requisito de uma base tecnológica suficientemente desenvolvida.

Essa objeção, no entanto, dificilmente pode ser mantida se nos circunscrevermos a um país como os Estados Unidos no período posterior à Segunda Grande Guerra Mundial. Tais coordenadas de tempo e espaço na verdade delimitam um campo ideal para o teste da hipótese tecnocrática. Aí estão presentes as condições requeridas: tecnologia avançada e absorção maciça de especialistas. Afunilando ainda mais o enfoque, podemos nos limitar a um dos setores da realidade em que, as condições sendo mais favoráveis, seria maior a proba-

bilidade de ocorrência do poder tecnocrático. Tal parece ser o caso da tecnologia ligada ao estabelecimento militar norte-americano, da qual dependeu o desenvolvimento do armamento nuclear moderno.

Ao que tudo indica, o período, o país e o setor em questão oferecem todos os ingredientes necessários para que se submeta a hipótese tecnocrática a uma espécie de *experimentus crucis*. Segundo as estatísticas disponíveis, de 1941 a 1954 o governo norte-americano gastou cerca de 18 bilhões de dólares em pesquisa científica e tecnológica para fins militares. No final desse período, aproximadamente 32 mil cientistas físicos, dos 155 mil existentes nos Estados Unidos, encontravam-se diretamente empregados pelo governo.

Esses números, entretanto, estão longe de indicar o verdadeiro grau de dependência que caracterizava a situação dos grupos dominantes (econômicos, políticos e militares) com relação à elite técnico científica do país. Como se sabe, a expansão da economia norte-americana, assim como a sua supremacia político-militar no campo internacional, tem sido fortemente condicionada pela possibilidade de renovação e aperfeiçoamento do estoque de armamentos modernos, entre os quais evidentemente se incluem as bombas nucleares e seus veículos de transporte e entrega. Nessas condições, tal como a hipótese tecnocrática supõe, a extrema complexidade da tecnologia envolvida no esforço armamentista requeria que os círculos dirigentes da nação se abrissem para o contato, estreito e continuado, com os representantes autorizados do contingente técnico científico. Sem a cooperação dos especialistas de alto nível, é evidente que os planejadores políticos e militares ver-se-iam de mãos atadas. Assim sendo, conforme observa Philip Rieff, "os cientistas foram diretamente lançados na política, uma vez que o planejamento e a execução dos novos elementos da corrida armamentista é de todo inseparável das outras partes constitutivas do processo político."⁶⁰

Em um outro trabalho, ao discutirmos esse tipo de mudança acarretado pelo processo de modernização das sociedades industriais avançadas, procuramos mostrar que, tanto no caso das sociedades capitalistas, quanto no caso da União Soviética, a característica fundamental desse processo é a secularização e não a tecnocratização do sistema de tomada

⁶⁰ Rieff, Philip, *On Intellectuals*, Doubleday Co., New York, 1969, p. 317.

de decisões. Aqui voltamos a re-encontrar o tema com a vantagem de que agora podemos tratá-lo em termos mais concretos. Para tanto, faz-se mister apenas encontrar uma situação de conflito em que se defrontem, de um lado, os representantes da supostamente toda-poderosa tecnoestrutura e, de outro lado, os representantes dos interesses vitais do capitalismo norte-americano.

Enquanto não surge uma crise, ou seja, enquanto as engrenagens estão funcionando em ordem, não é fácil distinguir a verdadeira natureza das relações existentes entre os elementos componentes de qualquer estrutura de poder. Tal não é o caso, entretanto, nas situações de crise. Uma vez que exploda um conflito aberto e desde que a luta entre as partes chegue a um desfecho final, saber quem de fato manda em quem, torna-se uma questão decidida ao nível da prática política: depois de vencido, o perdedor (ou seus advogados) não tem mais direito, de proclamar que possui mais poder do que o ganhador. É nesse sentido que nos parece exemplar a experiência vivida pelo eminente físico J. Robert Oppenheimer no primeiro semestre do ano de 1954, nos Estados Unidos.

Durante os anos do após-guerra Oppenheimer chegou a ser considerado o mais proeminente cientista físico do país. Até certo ponto, ele conseguira ocupar o lugar de Einstein como "imagem pública do gênio". Por outro lado, o prestígio que desfrutava junto à comunidade científica fora inteiramente confirmado por seu *status* junto ao aparelho de Estado. Entre as muitas posições de relevo que ocupou, destacam-se a chefia científica do Manhattan District, a direção do projeto de construção da bomba atômica em Los Alamos e a assessoria do Departamento de Estado para assuntos de estratégia nuclear. Acrescente-se que no exercício dessa última função ele foi o principal elaborador do plano Acheson-Lilienthal, cujo objetivo era estabelecer o controle internacional da energia atômica. Ao lado de suas funções do governo, Oppenheimer exercia o cargo de presidente da junta de diretores do Boletim dos Cientistas Atômicos, publicação que desempenhou notável influência sobre a formulação da política atômica norte-americana. Em resumo, provavelmente nenhum outro cientista, em toda a história dos Estados Unidos, conseguiu entrar pelas portas do Estado adentro e desfrutar de tanto prestígio e poder quanto Oppenheimer. Como observa Rieff, Oppenheimer tornara-se a encarnação do sím-

bolo do sacerdote-cientista outrora concebido por Saint-Simon: um gênio capaz de transformar tanto a natureza quanto a história da sociedade universal.

É igualmente importante levar em conta que a participação de Oppenheimer ao nível das mais graves decisões governamentais não se dava em caráter isolado. Em outras palavras, como figura proeminente da tecnoestrutura tudo indica que Oppenheimer agia em comum acordo com outros cientistas de primeira classe, igualmente indispensáveis à consecução das metas políticas do governo. Prova disso é o alinhamento que se observa em duas questões decisivas para a sua carreira: a construção da bomba de hidrogênio e o desenvolvimento da capacidade norte-americana de ataque nuclear. No primeiro caso, contra a opinião de Edward Teller, perfilaram-se ao lado de Oppenheimer cientistas tão distinguidos quanto Conant, Du Bridge, Rabi e Hans Bethe, este último, autor da teoria da fusão dos átomos de hidrogênio. Na segunda questão, a posição de Oppenheimer era compartilhada pela parcela mais significativa da elite científica norte-americana liderada, no caso, pelo grupo Lincoln Summer Study organizado pelo M. I. T. e formado por trinta especialistas em estratégia militar, recrutados nas principais universidades e centros de pesquisa do país.

Assim sendo, nesse ponto também verificam-se as condições supostas pela hipótese tecnocrática que estamos examinando. De fato, na medida em que os técnicos e cientistas tendem a funcionar em equipes mais ou menos integradas ou conseguem de alguma forma lograr um certo nível de articulação interna, a capacidade de cada membro isolado de influir sobre o processo decisório é na realidade multiplicada pelo poder de pressão do conjunto mais amplo em que o especialista individual se encontra integrado. Em outras palavras, isso significa que lançar um ataque contra Oppenheimer representava uma iniciativa que só poderia ser tomada por uma força com disposição e poder suficientes para confrontar-se com a tecnoestrutura enquanto tal.

É aqui, portanto, que nos deparamos com a questão realmente decisiva. Segundo a hipótese tecnocrática, não pode existir na estrutura do Estado moderno, particularmente no setor onde é mais profunda e crucial a dependência ao fator tecnológico, nenhuma força suficientemente poderosa para opor-se com êxito à tecnoestrutura e aos propósitos por ela perseguidos. Segunda a hipótese anti tecnocrática que esta-

mos sustentando ao longo deste trabalho, tal força existe e manifesta-se com vigor, uma precisão e uma coerência verdadeiramente notáveis todas as vezes que a assim chamada tecnoestrutura tem a veledade de contrariar os objetivos superiores que norteiam o funcionamento do sistema capitalista.

Assim sucedeu com o eminente Dr. Oppenheimer: ele foi devidamente detectado, reprovado e esmagado pelos donos do poder. A questão que decidiu sua sorte dizia respeito à estratégia político-militar a ser adotada em resposta à ameaça soviética. Havia duas alternativas e em torno dessas alternativas estruturaram-se os dois grupos conflitantes: o grupo liderado por Oppenheimer do qual participavam os cientistas reunidos no Lincoln Summer Study organizado pelo M. I. T. (Massachusetts Institute of Technology); no pólo oposto, situavam-se os representantes do complexo industrial-militar liderados, no caso, pelo Comando Estratégico do Ar.

Oppenheimer sustentava a tese segundo a qual os objetivos de uma estratégia defensiva deveriam ter prioridade sobre os objetivos de uma estratégia ofensiva. Essa posição encontrava apoio nos estudos realizados pelo M. I. T., os quais haviam estabelecido a conclusão de que a capacidade russa de penetrar o território americano poderia ser reduzida a dimensões insignificantes mediante a instalação de um sistema defensivo constituído por uma rede de estações de radar, mísseis teleguiados e aeronaves lançadoras de elementos interceptadores. Segundo os defensores dessa posição, ela tinha o mérito de aumentar, em lugar de diminuir, o poder das forças ofensivas existentes ou por serem desenvolvidas no futuro.

O Comando Estratégico, ao contrário, era partidário da chamada teoria ofensiva de ataque retaliatório-dissuasivo. Gordon Dean, antigo membro da Comissão da Energia Atômica, assim apresentou essa teoria numa reunião da Câmara de Comércio de Los Angeles, em 1953: “o meio mais seguro de evitar que bombas inimigas caiam sobre as cidades americanas é destruir essas bombas (...) antes que elas saiam de suas bases. O poder aéreo ofensivo (...) é o primeiro elemento de uma defesa aérea apropriada”.⁽⁶¹⁾

Qual dos dois lados estava com a razão? Esta é, sem dúvida, uma pergunta sem sentido no contexto da presente análise. Se o que nos interessa no momento averiguar é qual

⁶¹ Dean, Gordon, in Rieff, *op. cit.*, p. 321.

dos dois lados dispunha de maior poder, pouco importa saber qual defendia a posição mais acertada. Por exemplo, a ninguém ocorreria pensar que o III Reich conseguiu aniquilar os judeus porque tinha mais razão e sim porque tinha mais poder. Aqui, a mesma regra deve ser aplicada. Num artigo recente, Joseph Alsop (*Herald Tribune*, 18/5/69) disse que o próprio Oppenheimer confessou-lhe que estivera inteiramente equivocado no caso da bomba de hidrogênio: “acho que concluí que ela não funcionaria porque queria muito que ela não funcionasse”.⁽⁶²⁾ O cientista de origem húngara, Edward Teller, poderia dizer justamente o contrário: ele lutou a favor da bomba porque tinha muitas razões, ligadas à sua origem nacional, para desejar que ela funcionasse. Reflexões desse tipo, contudo, servem apenas para nos esclarecer a respeito do grau em que o parecer aparentemente objetivo de um cientista pode estar eivado de valores e aspirações subjetivas, inteiramente estranhas aos dados da situação real que ele presume conhecer. Seja como for, entretanto, tivesse ou não razão, o que é certo é um truísmo: Oppenheimer teria conseguido se impor se estivesse do lado mais forte.

Como não estava, foi simplesmente massacrado. A Comissão de Energia Atômica abriu um inquérito contra ele em dezembro de 1953. Em junho de 1954 o processo chegou ao final com a condenação de Oppenheimer por “defeitos fundamentais de personalidade” e por manter relações sociais com comunistas “muito além dos limites toleráveis” pelo Estado norte-americano. A primeira sentença, emitida pelo Personnel Security Board foi confirmada, depois da apelação, pela Comissão de Energia Atômica. Tanto na primeira quanto na segunda decisão foi declarado que sua personalidade era demasiado complexa e que isso o desqualificava para as responsabilidades vinculadas à sua posição científica e ao acesso a informação confidencial. No primeiro julgamento constava também a acusação de que Oppenheimer demonstrara uma notável falta de entusiasmo durante as fases iniciais da pesquisa da bomba de hidrogênio. No segundo julgamento esta acusação foi retirada.

Oficialmente, Oppenheimer não foi condenado por ter cometido atos lesivos aos interesses nacionais: o governo não reconheceu como crime o fato dele propor uma orientação política discordante dos objetivos traçados pelo com-

⁶² Alsop, Joseph, *Herald Tribune*, 18-5-1969.

plexo industrial-militar. Oppenheimer foi condenado por ter tido um certo passado e por ter mantido relações pessoais com indivíduos considerados suspeitos. Acontece, porém, que esses indivíduos eram nada mais nada menos do que sua própria mulher e seu irmão, o qual tinha passado a viver como fazendeiro depois que sua carreira como físico foi destruída por perseguições políticas. Quanto ao passado, Oppenheimer tinha o passado que sempre teve ao entrar para o serviço do governo. Em vão, o editorial de maio de 1954 do *Boletim dos Cientistas Atômicos* procurou denunciar o absurdo: como era possível, perguntava o editorial, que uma pessoa chamada a “assumir tão graves responsabilidades no seio de um governo que tinha pleno conhecimento de sua vida progressa, e depois de ter comprovadamente dado o melhor de si mesmo prestando os mais valiosos serviços à nação, veja sua integridade conspurcada por fatos que sempre foram substancialmente conhecidos”.^[63]

A resposta é óbvia. Os poderes coativos do Estado só são acionados contra os indivíduos que se rebelam. Durante todo o tempo em que Oppenheimer procedeu como membro disciplinado de uma equipe submissa à orientação oficial, os fatos que depunham contra sua lealdade ao sistema de dominação capitalista eram do conhecimento das autoridades superiores, mas permaneceram inativos, guardados nos arquivos para o caso de necessidade. No entanto, no momento em que Oppenheimer saiu da linha e passou a discordar dos interesses estabelecidos, os fatos foram automaticamente desarquivados e sua utilização por meio dos mecanismos coativos foi suficiente para transformar o eminente cientista num *security risk*.

As declarações dos membros da junta judiciária não deixaram dúvida sob a magnitude do poder contra o qual Oppenheimer se chocara. Um deles justificou o seu voto alegando que qualquer cidadão comum, desligado do serviço público, não está sujeito às exigências do sistema de segurança. Certas pessoas, porém, são submetidas a esse “sistema especial de direito”. Oppenheimer encontrava-se nesse caso e, portanto, era obrigado a “renunciar ao direito de plena liberdade de associação que normalmente teria”. Não importa o que os indivíduos façam nas suas relações pessoais: “o que é incompatível com a obediência às leis de segurança são as próprias relações, por mais inocentes que de fato sejam”.

⁶³ Boletim dos Cientistas Atômicos, maio de 1954.

Desde que amigos e parentes de Oppenheimer não eram tidos como leais ao sistema, ele deveria ter renunciado a esses laços pessoais. Caso contrário, nada mais justo do que condená-lo por não ter mostrado "obdiência" e "exata fidelidade" aos regulamentos de segurança do Estado.

Outro membro da junta foi ainda mais longe. "Nós acreditamos", disse ele, "que o Estado tem o direito de pesquisar a alma de qualquer indivíduo cujo relacionamento com o governo esteja em questão". Assim é que não apenas o comportamento mas a própria mente dos cientistas é tida como objeto de controle por parte da autoridade. Nessas condições, se nas sociedades tecnologicamente avançadas aos homens de saber não é sequer reconhecido o direito de governar a sua própria cabeça, é necessário reconhecer que se torna extremamente árdua a tarefa de demonstrar a existência de um poder tecnocrático soberano. Na verdade, esse mito só se sustenta sob a condição de que os cientistas não tenham "mais pensamentos". Na verdade, a competência profissional por si mesma não tem valor nenhum para o Estado, se a cabeça além de ser boa não for "sadia". Eis porque para liquidar Oppenheimer, foi suficiente denunciá-lo como um homem de "tendências instáveis". Isso bastou para transformá-lo num perigo político e, em seguida, num proscrito.

Os técnicos e cientistas, afirma a ideologia, não atuam como indivíduos isolados: eles são células interdependentes de um organismo chamado tecnoestrutura. Se isso fosse verdade seria de se esperar uma reação vigorosa por parte desse organismo no momento em que um de seus membros mais preciosos foi tão violentamente amputado. No entanto, não foi assim que se comportou a comunidade técnico científica diante do desafio e da humilhação representada pelo processo Oppenheimer. Sua solidariedade para com o seu membro-vítima da arbitrariedade estatal quase não foi notada e, quando se manifestou, foi de todo ineficaz. Por exemplo: em cada um dos dois julgamentos, os votos discordantes da decisão final foram dados pelos cientistas que integravam a comissão julgadora; mas em ambos os casos foram votos vencidos. A comunidade agindo como um todo ou através de sua organização de classe, pouco ou nada conseguiu fazer para evitar o inapelável desfecho que encerrou a carreira de Oppenheimer. As vésperas de sua excomunhão, o máximo que um de seus mais prestigiados colegas, Norbert Wiener, fundador da cibernética, conseguiu dizer num editorial para

o periódico *The Nation* limitava-se à seguinte pergunta: quem sabe não merecem se queimar os incautos que brincam com fogo?

Note-se que, em situações normais (ou seja, nas situações em que não está presente o elemento de crise representado por um desafio à auto-afirmação do poder estatal) os cientistas norte-americanos, especialmente no período de pós-guerra, aparentavam ter atingido um apreciável grau de organização política. Os cientistas nucleares, em particular, haviam se organizado em poderosos grupos de âmbito regional e nacional. À época do julgamento de Oppenheimer, desde há muito vinha funcionando a Federação dos Cientistas Atômicos criada, entre outras coisas, para proteger e promover os interesses dos seus membros nas relações da ciência com a economia, com a educação e com o Estado. Note-se ainda que algúmas das escaramuças entre a elite militar e a elite científica foram vencidas por esta última. Significativamente, uma das mais importantes vitórias da elite científica foi ter conseguido passar a lei que, em 1946, colocou a Comissão de Energia Atômica sob controle civil, retirando-a assim, no fundo apenas formalmente, das mãos dos militares.

No entanto, a despeito de seu apreciável grau de organização e das várias iniciativas bem sucedidas que conseguiram levar a cabo, o que puderam fazer os cientistas, isolados ou coletivamente, quando se instalou uma situação de crise real, quando explodiu um conflito que punha em tela de juízo a verdadeira questão do poder? A rigor, não puderam esboçar o menor gesto de auto defesa conseqüente. Não foram sequer capazes de ampliar o debate levando ao conhecimento do público os dados e o andamento do processo. De fato, os vários anos de luta entre os cientistas e os grandes interesses do capitalismo norte-americano transcorreram no âmbito das repartições, sem que os pontos de vista em conflito, protegidos pelo sigilo burocrático, chegassem a se comunicar com as correntes de opinião pública. O povo de nada soube, uma vez que só se inteirou das versões oficialmente fornecidas. Em sua impotência, os cientistas não foram capazes de fazer nada, nem esse mínimo que seria o rompimento de seu isolamento institucional. Coube-lhes apenas baixar a preciosa cabeça e acatar resignadamente o veredito vindo do alto. Por ironia, como se a derrota em si mesma não bastasse, a última palavra no caso Oppenheimer foi emitida justamente por

aquela mesma Comissão de Energia Atômica que, em 1946, os cientistas nucleares julgaram ter subtraído ao controle do complexo industrial-militar.

As conclusões do estudo de Philip Rieff, no qual baseamos a elaboração deste capítulo, merecem ser citadas por extenso. O caso Oppenheimer, diz ele, “assinala não apenas a derrota pessoal de um cientista de proa, mas o afastamento dos cientistas norte-americanos, enquanto coletividade, do alto posto que pareciam ocupar na ordem política. A humilhação pessoal do Dr. Oppenheimer na realidade encobre o fracasso dos cientistas, como uma entidade corporativa, no sentido de exercer um papel de importância na formulação da política militar norte-americana que eles próprios (graças ao seu trabalho) tornaram possível. (...) Na época em que as lutas eram travadas entre a ciência e a teologia, esta última se esforçava para impedir que a ciência se desenvolvesse segundo sua própria lógica e a ciência, por sua vez, resistia a essa intervenção em nome da liberdade e do progresso. Hoje, essa guerra terminou. A ciência enfrenta um inimigo mais sutil: para o Estado não existem dogmas que ele não possa abandonar do dia para a noite, a fim de acompanhar as mutações do poder. O Estado não mais intervém, necessariamente na liberdade e no progresso da ciência. Ao contrário, ele está interessado no conhecimento científico mais avançado e em suas aplicações práticas. O cientista é livre para trabalhar à vontade, é recrutado para isso e é exortado a fazê-lo. Mas as opiniões dos cientistas podem interferir com o curso da política traçada. A elite científica pode entrar em choque com as outras elites. Assim, tanto a ciência quanto os cientistas, na medida em que estão a serviço do Estado, podem pensar que devem menos do que obediência perfeita sem automaticamente provocar investigações e represálias. O que era heresia, quando a ciência estava sob o jugo da teologia, transformou-se em deslealdade agora que ela está sob o jugo da política. Os cientistas jamais foram detentores do poder em nenhuma parte; jamais foram capazes de comandar. Mas eles chegaram a acreditar que tinham o direito de aconselhar, persuadir e dissentir sem, não obstante, perderem seus cargos. O caso Oppenheimer demonstrou que eles não têm esse direito. A opinião científica não pode reivindicar imunidades no que diz respeito à disciplina política”.^[64]

⁶⁴ Rieff, Philip, *op. cit.*, p. 339.